

**A IMPRENSA NA CONSTRUÇÃO DA REALIDADE RACIAL NO
BRASIL**

Um estudo de análise crítica do discurso jornalístico

Joseti Marques Xisto da Cunha

**Programa de Pós-Graduação
Escola de Comunicação
Universidade Federal do Rio de Janeiro
Curso de Doutorado**

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

**Rio de Janeiro
2005**

A imprensa na construção da realidade racial no Brasil

Um estudo de análise crítica do discurso jornalístico

Josefi Marques Xisto da Cunha

Tese submetida ao corpo docente da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor.

Aprovada por:

Prof. _____

Doutor Milton José Pinto
(Orientador)

Prof. _____

Doutora Ana Paula Goulart Ribeiro

Prof. _____

Doutor Joel Rufino dos Santos

Prof. _____

Doutor Manolo Garcia Florentino

Prof. _____

Doutor Roberto Múrcia Moura

Rio de Janeiro
2005

DEDICATÓRIA

A todas as crianças negras, mesmo aquelas que o tempo envelheceu.

A meus amados filhos e neto.

A Palmyra Cabral da Silva, minha avó, *in memoriam*.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, pelo estímulo permanente.

A Tati, Leo, Eduardo, Duty e Rafael, por estarem sempre perto.

À Doutora Cláudia Mesquita, fonte permanente de interlocução, conhecimentos e amizade.

Aos professores e amigos Pedro Vieira, Rose Mary Alessio e Saulo Chagas, pelos auxílios generosos.

Ao meu orientador, professor doutor Milton José Pinto, por ter-me ensinado a “ler”.

Ao professor doutor Geraldo Nunes, por ter-me ajudado a atravessar as águas turvas desse rio.

A Deus, que nos reconhece a luta e nos ampara mesmo diante do impossível.

Cunha, Joseti Marques Xisto da

A imprensa na construção da realidade racial no Brasil/ Joseti Marques Xisto da Cunha – Rio de Janeiro, 2005.

170 fls.

Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Pós-Graduação em Comunicação – ECO, 2005.

Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto

1. Racismo. 2. Imprensa e jornalismo. 3. Análise de discurso - Teses. I. PINTO, Milton José (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Pós-Graduação em Comunicação. III. A imprensa na construção da realidade racial no Brasil – um estudo de análise crítica do discurso jornalístico.

CUNHA, Joseti Marques Xisto. **A imprensa na construção da realidade racial no Brasil – um estudo de análise crítica do discurso jornalístico**. Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto. Rio de Janeiro: UFRJ/ECO, 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura).

RESUMO

O presente estudo investiga a participação da imprensa na configuração do perfil racial da sociedade brasileira, utilizando conceitos da Sociologia do Conhecimento, no que se refere à construção social da realidade, e o instrumental teórico da Análise Crítica dos Discursos, conforme proposta por Norman Fairclough, para abordagem e análise dos textos selecionados sobre a mais recente polêmica que iluminou, pela imprensa, a histórica problemática racial brasileira. A pesquisa tem como principal objetivo indicar novas formas de compreensão do poder e da influência da chamada mídia jornalística no tecido social, suas tendências e processos, e os reflexos que possam ter sobre as mudanças sociais. O corpus da pesquisa é constituído pelos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, no período que abrange o ano de 2002 e, de forma complementar, o ano de 2003.

CUNHA, Joseti Marques Xisto. **A imprensa na construção da realidade racial no Brasil – um estudo de análise crítica do discurso jornalístico**. Orientador: Prof. Dr. Milton José Pinto. Rio de Janeiro : UFRJ/ECO, 2005. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura).

ABSTRACT

This study investigates the participation of the press in the development of the racial profile of the Brazilian society. The author applied the concepts of Knowledge Sociology for the social construction of reality, and the theoretical background of Critical Discourse Analysis, as proposed by Norman Fairclough, for the approach and analysis of the press-published chosen texts about the most recent debate on historical racial problems in Brazil. The research is primarily intended to indicate new forms to understand knowledge and the influence of the so-called journalistic media on the social tissue, their trends and processes, as well as the reflexes they can have on social changes. The research corpus is taken from the Brazilian newspapers *O Globo* e *Folha de São Paulo* in the year of 2002, and complementarily, 2003.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
PARTE 1 - IMPRENSA E JORNALISMO NO CONTEXTO DAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO.....	14
1.1.1 - A imprensa “escrita à mão” – relativizando a influência dos suportes	19
1.1.1.1 - Imprensa, atos performativos e rituais de magia social	25
1.1.2 - Imprensa e mídia impressa nas pesquisas — por uma revisão crítica.....	30
1.2 – Ideologia e discurso – jornalismo e prática social; imprensa como estrutura.....	33
1.2.1 – Gêneros de discursos e posicionamentos ideológicos	45
1.2.2 – Lugar de fala da imprensa – interdiscursividade e polifonia.....	47
1.2.3 – Ideologia e constituição do sujeito no discurso jornalístico	50
1.2.4 – Imprensa e institucionalização – o discurso de auto-referenciação	63
PARTE 2 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO SIMBÓLICA DOS AFRO-DESCENDENTES	72
2.1 – Jornalismo e construção social da realidade – a sociologia do conhecimento.....	78
2.1.1 – Imprensa e racismo – reprodução da ideologia da elite hegemônica	84
2.1.2 – Desterritorialização social e discursiva – a notícia da abolição.....	87
2.1.3 – A imprensa como acervo social do conhecimento	89
2.1.4 – Institucionalização e legitimação – a imprensa validando a história.....	101
PARTE 3 LUGAR MARCADO OU A TAUTOLOGIA DA DIÁSPORA – ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA IMPRENSA	104
3.1 – Teorias sociais e os estudos críticos da linguagem – Norman Fairclough.....	107
3.2 – Quadro teórico da análise crítica proposta por Fairclough	111
3.3 - A polêmica das cotas raciais e a divisão do trabalho nas editorias dos jornais	117
3.3.1 – Editoria de Economia – mercado e direitos humanos se encontram no discurso ..	119
3.3.2 – Cartas do Leitor – a construção do discurso da opinião pública sobre as cotas ...	124
3.3.3 – Artigos de Opinião – o lugar de fala do discurso autorizado.....	131
3.3.4 – Reportagem – entre a construção do título e o acontecimento	138
3.3.5 – Discurso e resistência – uma questão da Editoria de Economia.....	141
3.4 – Folha de S. Paulo – discurso da Ciência decreta o fim da raça.....	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS	159
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	164

INTRODUÇÃO

Nunca o mundo se mobilizou tanto na defesa dos direitos humanos como nas últimas décadas. Organismos nacionais e internacionais se unem na observação das nações que ferem a dignidade humana pelos instrumentos da violência física ou econômica. A violência simbólica, mais sutil e difícil de se apontar, acaba sendo ignorada em seu trabalho permanente de estabelecimento e manutenção das relações de poder e dominação nos contextos sociais onde circula, reproduzindo e mantendo as assimetrias sociais que se materializam depois em pesquisas e índices de (sub)desenvolvimento humano, em uma análise reducionista que tudo explica pelo contorno econômico. É claro que não se quer dizer que o econômico seja irrelevante, já que é a face de maior visibilidade de qualquer processo, seja político ou social.

O capitalismo moderno transformou a esfera econômica no termômetro por excelência dos índices de satisfação da espécie humana. Mas o acirramento dessa nova ordem, a que Fairclough chama de Novo Capitalismo, induz a uma cultura de soluções paliativas que desprezam a causa, agindo apenas sobre as conseqüências das distorções. As propostas de solução passam todas pelo mercado: sanções econômicas entre nações; campanhas humanitárias de apelo à solidariedade individual que redundam em doações/esmolas; movimentos pela inclusão em uma ordem econômica que raramente se conjuga com uma ordem social; medidas legais punitivas que não encontram eco nas decisões judiciais. Das políticas de combate às discriminações de toda ordem — de cor, de raça, de raça e cor, de gênero, de opção sexual etc — o resultado mais efetivo tem sido a institucionalização do *politicamente correto*, camuflando, através do vocabulário, o sentido que ainda permanece lá.

Escravo – adj.s.m. – (...) “Ser propriedade (com o seu correlativo da sujeição pessoal) constitui o atributo primário do ser escravo. Deste atributo primário decorrem dois atributos derivados: os da perpetuidade e da hereditariedade. O escravo o é por toda vida e sua condição social se transmite aos filhos¹.”

A realidade traduzida em números dá conta de que de cada 2 mil crianças pobres no Brasil, 1600 são negras; 76,1 em cada mil crianças afro-brasileiras morrem antes dos 5 anos. No caso da discriminação racial, a definição do que é ser escravo e a constatação estatística da realidade racial no Brasil mal disfarçam a operação ideológica que se objetiva na repetição do sentido-lá. Se perguntarmos o significado da realidade que esses números descrevem, podemos responder com a definição de Gorender de que “do atributo primário de ser escravo decorrem dois atributos derivados: o de que a escravidão se perpetua por toda vida e a condição social do escravo se transmite hereditariamente aos filhos”. Uma aproximação que a naturalização do processo de exclusão do negro pelo discurso econômico não deixa relacionar. Um sentido que persiste no tempo, dribla causas, paralisa movimentos, enfraquece as lutas, reduzindo as ações a meras peças de retórica mercadológica “politicamente correta”.

PONTO FINAL



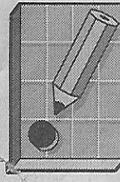
- A turma da coluna gosta e saúda este anúncio do BB. Nele, aparece um empresário negro. Embora haja poucos negros no meio empresarial, a peça foge do estereótipo de domésticas e motoristas.

COM ANA CLÁUDIA GUIMARÃES, MÁRCIA VIEIRA E MARCEU VIEIRA
E-mail para esta coluna: ancelmo@oglobo.com.br

Fonte: O Globo, 1º out. 2003, p. 16. Coluna Anselmo Gois.

Quadro 1: Estereótipos 1.

¹ GORENDER, J. O Escravismo Colonial. *Apud* SCISÍNIO, A. E. *Dicionário da Escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 1997. p. 140.

PONTO FINAL	
	<ul style="list-style-type: none"> • Um guerreiro da luta contra a discriminação racial adorou, para valer, o anúncio do BB em que um negro aparece não como serviçal, mas no papel de empresário. Mas diz que gostaria mais ainda se, entre os 22 diretores do bancão, houvesse pelo menos um negro. Não há nenhum.
COM ANA CLÁUDIA GUIMARÃES, MÁRCIA VIEIRA E MARCEU VIEIRA E-mail para esta coluna: ancelmo@oglobo.com.br	

Fonte: O Globo, 2 out. 2004, p. 16. Coluna Ancelmo Gois.

Quadro 2: Estereótipos 2.

Munido das recomendações, o mercado sai na frente, adaptando seu discurso a uma espécie de código de postura que tem como finalidade o desbravamento de novos nichos de oportunidades: o negro como imagem de consumo para estimular novo mercado consumidor. Reforçando a falácia capitalista de que há chances para todos na medida de seus talentos, o negro aparece onde na verdade raramente está.

Os efeitos de sentido estão presentes no discurso e traem a retórica minimalista do politicamente correto. São os efeitos do esquecimento ideológico operando no discurso e produzindo uma impressão de atualidade do pensamento, a ilusão de que somos a origem do que dizemos, apagando sentidos pré-existentes que permanecem em nós e se revelam no discurso, significando à revelia de nossa vontade.

O imaginário faz necessariamente parte do funcionamento da linguagem. Ele é eficaz. Ele não “brota” do nada: assenta-se no modo como as relações sociais se inscrevem na história e são regidas, em uma sociedade como a nossa, por relações de poder².

As pistas do sentido que nos regem o pensamento estarão dadas no discurso; a forma como esse sentido se engendrou estarão marcadas na história e registradas em

² ORLANDI, E. P. *Análise de discurso* – princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 1999, p. 42.

seus documentos. Mas como esses sentidos atravessam o tempo e ganham atualidade no cotidiano, em contextos que já não os deveriam comportar?

Seguimos a pista de que o trabalho da imprensa desempenha importante papel nesse jogo de atualização de sentidos, mesmo aqueles que repudia em discurso manifesto.

Para tentar encontrar essas marcas, definimos como *corpus* da pesquisa os textos jornalísticos do ano de 2002, que discutiram, noticiaram ou, de alguma forma, referiram-se à polêmica que envolve o estabelecimento de cotas raciais para promover o acesso de negros às universidades públicas. Embora tenhamos acompanhado e selecionado material sobre a discussão até dezembro de 2004, optamos por esse recorte por ser o período em que os debates sobre o programa de cotas raciais ainda se davam no sentido de fazer prevalecer opiniões e influenciar na consolidação das medidas prometidas pelo Governo Federal em setembro de 2001 na Conferência de Durban, na África do Sul, onde se discutiram políticas de combate ao racismo e promoção das minorias. Os jornais escolhidos foram *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, por serem dois dos principais veículos em termos de circulação nacional, editados em duas capitais de grande relevância econômica, social e cultural do país. A seleção dos jornais obedece também a critérios de circulação, periodicidade e alcance e por circularem em uma faixa de público considerada formadora de opinião.

Esses são os momentos pontuais com que trabalhamos, embora não nos furtando a incluir outros textos que vimos encontrando e que colaboram para a compreensão de nosso objeto. Em capítulo referente aos processos de produção jornalísticos justificaremos adequadamente esta seleção.

Os aspectos teóricos da pesquisa podem ser resumidos em três principais abordagens: estudos de Teoria da Comunicação, com foco principal na produção jornalística; elementos de Sociologia do Conhecimento, no que se refere aos fundamentos do conhecimento na vida cotidiana e da construção social da realidade; e Análise Crítica dos Discursos, como ferramenta para investigar e interpretar o discurso que os textos jornalísticos fazem circular sobre a questão racial na sociedade brasileira e como esse trabalho poderá estar se articulando com uma ideologia que tem sustentado as desigualdades sociais que historicamente incidem sobre os negros.

Com base nessas abordagens, dividimos a linha argumentativa em três partes, na pretensão de que o encadeamento das partes contribua para a compreensão do raciocínio que propomos.

Na primeira parte, refletimos sobre o papel dos veículos de comunicação jornalística no campo dos estudos da Comunicação de Massas, enfocando as pesquisas que tratam da construção social da realidade. Ao tratar dos aspectos que diferenciam o produto jornalístico dos demais produtos midiáticos, reivindicamos uma maior especificidade sobre o material jornalístico e a elaboração de parâmetros próprios de abordagem.

Na segunda parte do trabalho, articulamos os conceitos da Sociologia do Conhecimento com as proposições elaboradas a partir das reflexões sobre as condições de produção jornalísticas, entendendo os processos de produção como o movimento de interação comunicacional, que envolve a produção, a circulação e o consumo dos sentidos.

Esta abordagem reforça nossa intenção de compreender o papel do trabalho da mídia jornalística na construção de idéias e crenças socialmente compartilhadas e como sentidos se articulam na consolidação de práticas sociais.

A Análise Crítica de Discursos, instrumento com que empreendemos a leitura dos textos jornalísticos, tem-se mostrado um dos mais eficientes instrumentos de avaliação dos sentidos postos em circulação pelos produtos culturais e, desde a década de 80, é um dos setores da pesquisa em comunicação que mais vem se desenvolvendo. Conduzimos a pesquisa a partir da perspectiva da análise de discursos francesa, que foi desenvolvida por Michel Pêcheux, na década de 60, com base na teoria de ideologia de Althusser. Outro de seus principais expoentes é Michel Foucault, cuja abordagem de análise de discursos é considerada como um modelo pelos cientistas sociais. Em sua obra, Foucault demonstra como a razão e o pensamento são afetados pelo poder.

Para dimensionar a participação da imprensa na questão racial a partir de uma perspectiva histórica e identificar suas condições de produção, observamos as marcas e os traços deixados na superfície discursiva do trabalho jornalístico, a partir das abordagens de Milton José Pinto e Norman Fairclough. O primeiro, por oferecer uma visão inovadora em meio às diversas correntes que se alinham em torno desse campo novo de pesquisas que é a Análise de Discursos. Em sua obra de referência — *As Marcas Lingüísticas da Enunciação* — Pinto constrói uma interessante descrição do fenômeno de *modalização*, que vai nos orientar no sentido de demonstrar como são criadas as diferenças de poder entre emissor e receptor, no caso do discurso jornalístico.

Em Fairclough, vamos buscar principalmente os dispositivos de interpretação do objeto observado, trabalhando na direção por ele proposta de Análise Crítica dos

Discursos (ACD). Essa abordagem é baseada no ponto de vista que considera a semiose como um elemento irreduzível da objetivação de todo processo social.

O enfoque de Fairclough da ACD é sobre as mudanças radicais que vêm ocorrendo na sociedade contemporânea, cada vez mais invadida pelo controle de mercado. Mas é a prática de análise crítica que ele propõe que nos interessa particularmente e a forma como demonstra que o discurso é moldado por relações de poder e ideologia.

Como uma espécie de convite à compreensão do objeto recortado pela perspectiva de nosso olhar, esperamos atingir o objetivo de demonstrar, na primeira e segunda partes, o percurso de nossas reflexões sobre o lugar da imprensa na cena social em geral e no debate racial em particular, propondo, na terceira parte, a *leitura* dos textos jornalísticos selecionados a partir deste instrumental. Os textos foram separados em quatro principais grupos, de forma a permitir uma análise específica do sistema de produção que condiciona a construção do discurso jornalístico, levando em conta a especificidade de cada editoria.

Temos então o grupo de recortes de *Reportagens*, o de *Cartas do leitor*, o dos *Editoriais* (opinião do jornal), o de *Artigos* (opiniões em geral) e o de *Economia*. A divisão, mais do que propriamente agrupar pela divisão de trabalho dos jornais em editorias, nos permite observar o modo próprio de estruturação deste lugar de fala em que cada texto se inscreve e sua relação com o receptor.

PARTE 1 - IMPRENSA E JORNALISMO NO CONTEXTO DAS TEORIAS DA COMUNICAÇÃO

A refuncionalização do princípio da esfera pública baseia-se numa reestruturação da esfera pública enquanto uma esfera que pode ser apreendida na evolução de sua instituição por excelência: a imprensa.
Jürgen Habermas

Dimensionar o peso da influência que a imprensa exerce sobre a vida social em comparação às outras mídias é um dos pontos fundamentais para a compreensão de nossa proposta. Mesmo que essa operação não seja passível de uma quantificação objetiva, acreditamos que a observação das abordagens do jornalismo nos estudos das teorias da comunicação nos ofereça elementos suficientes para justificar nossa intenção.

Nos estudos das teorias da comunicação, os mais diversos veículos são englobados sobre a mesma rubrica — *mass media*, mídia ou veículo de comunicação de massa. Mesmo nas teorias que pretendem traçar o percurso dos efeitos da mídia sobre as audiências, a referência aos emissores confere o mesmo tratamento geral aos diversos veículos ou às diversas mídias, observando os fatos midiáticos através do mesmo referencial teórico. Embora haja uma inegável concentração de exemplos extraídos do trabalho de produção de notícias, exclusivo dos veículos jornalísticos, nas pesquisas empreendidas no âmbito da comunicação, a maioria dos teóricos não parece considerar as especificidades da mídia jornalística como um dado expressivo para a compreensão da interferência das ações midiáticas no tecido social.

Apesar da expressiva mudança de perspectiva na observação dos efeitos da comunicação de massas, privilegiando as *conseqüências de longo prazo* ao invés de a *influência de curto prazo*, a metodologia da pesquisa não parece ter sofrido grandes

alterações, mesmo que abandonando os casos singulares, como campanhas políticas, programas de auditório, por exemplo. Esses recortes passam a ser tratados como áreas temáticas dentro de um campo ampliado de observação de todo o sistema de mídia. O trabalho de averiguação das mudanças de atitudes e opinião dá lugar à reconstrução do percurso através do qual o indivíduo transforma sua própria representação da realidade social.

Na evolução que a questão dos efeitos está a sofrer desde há algum tempo, muda, em primeiro lugar, o tipo de efeito, que já não diz respeito às atitudes, aos valores, aos comportamentos dos destinatários, mas que é um efeito cognitivo sobre os sistemas de conhecimento que o indivíduo assume e estrutura de uma forma estável, devido ao consumo que faz das comunicações de massa. Em segundo lugar, muda o quadro temporal: já não efeitos pontuais, ligados à exposição à mensagem, mas efeitos cumulativos, sedimentados no tempo³.

A nova orientação, marcadamente sociológica, traz a vantagem de tornar pertinentes as abordagens interdisciplinares, já que põe em cena os diversos fatores que interagem na constituição do processo de influência. A partir de então, as pesquisas centradas na teoria informacional da comunicação — que tem como principal preocupação os efeitos comportamentais de reação aos estímulos midiáticos que podem ser objetivamente observados e medidos — dão lugar a uma corrente de investigação onde a sociologia do conhecimento terá progressiva influência, por lidar com os processos simbólicos e comunicativos como pressupostos da sociabilidade.

A adoção de um modelo de comunicação centrado no processo de significação dá ensejo à compreensão da influência da mídia nas opiniões e nas crenças dos receptores e à percepção de que os processos midiáticos colaboram para a estruturação da realidade social a longo prazo. No entanto, os estudos baseados nesses conceitos

³ WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 4a. ed. Lisboa: Presença, 1995. p. 126.

também observam pela mesma ótica os diversos produtos midiáticos, quer sejam de natureza publicitária, como as campanhas políticas, quer sejam exclusivamente jornalísticos e noticiosos.

A opção por essa abordagem mais genérica não encontra uma explicação ou referência específica nos tratados de teoria da comunicação, mas talvez deva-se à mesma lógica que fez com que durante muito tempo prevalecesse a perspectiva clássica administrativa da *communication research* dos efeitos de curto prazo, onde se considerava que os processos comunicativos são episódicos, com efeito isolável e independente; que são assimétricos, supondo um emissor ativo e um receptor passivo; que afetam diretamente o indivíduo, sendo portanto necessária a observação isolada; e que a comunicação é intencional, supondo que o emissor atua com uma intenção prévia. Segundo Wolf, a resistência à mudança desse paradigma explica-se de várias maneiras, mas relaciona entre elas a problemática do “poder” dos veículos de comunicação.

A isso deve-se acrescentar um elemento inerente à lógica “administrativa” de grande parte da *communication research*: o facto de a teoria dos “efeitos limitados” ser adequada quer aos grandes aparelhos de comunicação de massa, quer à imagem profissional dos jornalistas, na medida em que contribuía para “defender”, uns e outros, de controlos e pressões sociais excessivos, que seriam, pelo contrário, inevitavelmente acentuados desde que se acreditasse na idéia de uma influência maciça dos *mass media* sobre o público⁴.

Mesmo nesta citação que indica uma postergação dos avanços da pesquisa por interferência externa, podemos notar que a referência ao “jornalista” deixa pouco clara a amplitude do que o autor quer incluir ou restringir como “*mass media*”. Se considerarmos que nem todo profissional que atua nos meios de comunicação de massa é jornalista, podemos inferir que o autor se refere aos veículos jornalísticos e que o que chama de “*mass media*” inclui apenas estes veículos. Podemos ainda interpretar a

⁴ WOLF, M. *Op. cit.*, p. 127.

citação de uma outra forma: os “*mass media*” como o campo amplo onde se incluem todos os dispositivos midiáticos, e os “jornalistas” agindo — ou sendo atendidos — para impedir que as pesquisas não denunciasses seu alto grau de influência. O que, de qualquer forma, evidenciaria a necessidade de se avaliar especificamente o campo jornalístico, já que está claro o poder que essa mídia específica tem de interferir nos processos, determinando o rumo que setores estratégicos deverão seguir. A forma ambígua com que o tema tem sido tratado deixa antever um nível de dificuldade de abordagem que poderá ter seus fundamentos para além das motivações acadêmicas.

Os detalhes deste debate ideológico não são fundamentais para a compreensão da hipótese sob a qual trabalhamos, mas é importante citar que um dos textos que marcaram a mudança de perspectiva dos estudos sobre os efeitos, de 1973, intitula-se *Return to the concept of powerful mass media*⁵, de Elisabeth Noelle-Neuman, pesquisadora alemã que a partir da década de 1960 começa a publicar seus trabalhos sobre formação e evolução da opinião pública. Elisabeth graduou-se em História e Filosofia na Alemanha e em Jornalismo pela Universidade de Missouri, nos Estados Unidos, doutorando-se em Jornalismo pela Universidade de Berlim, em 1939. O pai dela era membro do Partido Nazista e, aos 19 anos, fazia parte da Organização Estudantil Nacional Socialista. Junto com o marido, Hubert Neumann, fundou um instituto de pesquisa de opinião que trabalhou para o partido democrata cristão da Alemanha. Em 1961, começou sua trajetória acadêmica na Universidade Livre de Berlim; em 1964, na Universidade Johannes Gutenberg de Mainz, fundou o Institut für Publizistik. Em 1974, publicou seu mais importante trabalho sobre a influência da divulgação dos resultados de pesquisas de opinião, que ficou conhecido como a teoria

⁵ NOELLE-NEUMANN, E. Return to the concept of powerful mass media. *Studies of Broadcasting*, v. 9, p. 67-112, 1973.

SOS, sigla formada com as iniciais do título do livro — *The spiral of silence* – public opinion, our social skin —, que mostra a chamada opinião pública como uma forma de controle social, influenciando e fazendo prevalecer no indivíduo aquilo que é divulgado como a vontade da maioria. O principal motivo desta pesquisa teria sido entender como os alemães se deixaram conquistar pela ideologia nazista. A comunidade acadêmica, no entanto, cobra da pesquisadora uma referência mais objetiva sobre sua própria participação neste período dramático da história da humanidade. Em *The spiral of silence*, Noelle-Nuemann descreve o esfacelamento do bloco comunista no Leste Europeu como resultado do direcionamento da opinião pública pela divulgação do que seria a “vontade da maioria” e afirma:

Se nós entendêssemos a força da opinião pública, não seríamos tolos de pensar que podemos ser ‘bons’ cidadãos completamente independentes da pressão da opinião pública⁶.

Apesar da polêmica envolvendo a biografia de Elisabeth Noelle-Neumann, o fato é que é esta se tornou uma das mais conceituadas pesquisadoras sobre opinião pública e seu trabalho de 1973 fez com que os estudos sobre os efeitos da comunicação de massa reconquistassem uma importância que havia sido abandonada pelos pesquisadores americanos desde a década de 1950.

Do nosso ponto de vista, consideramos que a aplicação indiscriminada de conceitos das teorias da comunicação a todo e qualquer dispositivo midiático nos afasta da possibilidade de compreender o grau de influência que cada uma das mídias vai ter no processo de estruturação de realidades públicas relevantes, incluídas aí a formação da opinião pública.

⁶ NOELLE-NEUMANN, E. *The spiral of silence* – public opinion, our social skin. 2a. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993. p.7.

1.1.1 - A imprensa “escrita à mão” – relativizando a influência dos suportes

O que se convencionou chamar de mídia engloba desde as editoras de revistas de histórias em quadrinhos, passando pela televisão, pelo rádio, indústria cinematográfica, e desembocando no mais recente dos veículos de comunicação/interatividade de massa, a Internet. Cada uma dessas instituições engloba um leque variado de dispositivos midiáticos, podendo ter entre eles aqueles de caráter exclusivamente noticioso. Por exemplo, todas as emissoras de televisão aberta e algumas a cabo ou satélite têm produções jornalísticas em suas grades de programação. Mesmo as rádios que “tocam” apenas notícias, como é o caso da nacional CBN, do Sistema Globo de Rádio, têm algum nível de entretenimento em sua programação. Mesmo nestes casos, a mídia de caráter noticioso ainda se diferencia do restante dos produtos veiculados por essas mídias, guardando semelhança e mantendo um padrão comum, regido por normas técnicas e por um código deontológico que o diferencia profundamente das demais mídias. Fora desses veículos, o jornalismo impresso marca um lugar histórico entre as mídias, representando a matriz de todos os outros dispositivos de mídia noticiosa, não importando qual seja seu suporte. O jornalismo *online*, o radiofônico, o televisivo, todos fazem parte do que se convencionou chamar *imprensa*. O trabalho da imprensa, não importando para que veículo é produzido, reúne as mesmas características fundamentais em todos.

Estamos aqui falando da excessiva relevância que as abordagens teóricas atribuem ao suporte, no que se refere à análise do resultado social do trabalho jornalístico. Evidentemente que as análises que pretendem apenas identificar e classificar os discursos deverão atribuir importância à manifestação material dos discursos — uma notícia será analisada de diferentes formas e poderá indicar um

determinado gênero discursivo levando-se em consideração seus diferentes suportes: impressos, no caso do jornal; meios eletrônicos no rádio e TV; mídia digital, na Internet etc. Maingueneau chama atenção para este aspecto:

Hoje, estamos cada vez mais conscientes de que o mídiun não é um simples “meio” de transmissão do discurso, mas que ele imprime um certo aspecto a seus conteúdos e comanda os usos que dele podemos fazer. O mídiun não é um simples “meio”, um instrumento para transportar uma mensagem estável: uma mudança importante do mídiun modifica o conjunto de um gênero de discurso⁷.

Mas o conjunto do trabalho jornalístico a que costumamos chamar genericamente de imprensa, notadamente o da imprensa escrita, tem como suporte, na nossa visão, além de seus diversos aparatos técnicos, o suporte que lhe define o gênero que é a *imprensa em si*. A imprensa, embora seja uma entidade imaterial formada pelo conjunto material dos diversos veículos de comunicação jornalística e seus profissionais, é entendida por nós como *meio*.

A especificidade da mídia jornalística, desde os primórdios de sua história, sempre foi marcada pela definição clara de seu lugar no território antes escassamente povoado dos produtores de discursos de ampla circulação. O trabalho de reportar fatos, opiniões, informações, influenciando o público principalmente em relação a decisões políticas, era tarefa empreendida pela *imprensa*, numa referência clara ao fato de o suporte da informação ser a impressão produzida em prensas, de onde também saíam os livros e mapas:

⁷ MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000. p. 71-72.

Podemos fixar um tempo exato (1455, na cidade alemã de Mainz). Embora aproximações grosseiras da imprensa possam ser encontradas em épocas mais recuadas da história, o primeiro livro foi produzido por uma prensa que usava tipos móveis fundidos em metal, apenas poucas décadas antes de Colombo realizar sua famosa viagem. Quase da noite para o dia a tecnologia disseminara-se pela Europa toda. De lá partiu para outras partes do mundo e revolucionou a maneira pela qual desenvolvemos e preservamos nossa cultura⁸.

A evolução tecnológica trouxe novo *status* à produção de livros, inscrevendo-a no território das artes, literatura e conhecimento — aliás, uma reivindicação dos eruditos desde que o jornalismo começou a se popularizar e expandir, no início do século XVII, conquistando não apenas o público que viria mais tarde a ser observado como massa, mas cooptando os próprios escritores que viam na nova forma de comunicação um meio mais constante de garantir a sobrevivência. Para alguns, as publicações impressas eram um negócio como qualquer outro; para outros, o romance era a principal forma literária e o jornal vinha para degradar esse ambiente literário a que somente uma elite tinha acesso.

Na Europa, o afastamento da produção literária do berço comum do jornalismo, pelo menos na nomenclatura que aos dois definia, talvez tenha começado a se processar logo nos primeiros momentos em que os jornais mostravam sua vocação popular e de mercado.

⁸ DE FLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. p. 24.

Para Gissing e Henry James (1843-1916), grande romancista norte-americano que viveu na Inglaterra, os jornalistas pareciam estar tomando conta de tudo, tendo atrás de si andrajosos editores. A mesma impressão tinha o historiador W.E.A. Leck (1838-1903), que escreveu em 1888 um artigo sobre as mortes coincidentes do advogado constitucional Sir Henry Maine (1822-88) e do poeta e crítico Matthew Arnold (1822-88). “O talento literário”, declarou, “estava sendo pulverizado e absorvido pela imprensa diária ou semanal”. ‘Suponho’, concluiu, ‘que jamais houve um país ou uma época em que excelentes talentos literários em tão grande número tivessem se dedicado à escrita e se tornado imediatamente anônimos e efêmeros’⁹.

No Brasil, onde a imprensa chegou tardiamente em 1808 com o advento da transferência da Corte de D. João, a produção jornalística, se é que podemos chamar assim, é que enseja o florescimento da literatura nacional. Surgida já com o intuito de representar interesses políticos, a imprensa da época resumia-se a dois jornais: *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal oficial que enaltecia os feitos da Corte e reproduzia material de jornais portugueses e ingleses, e o *Correio Brasiliense*, de Hipólito da Costa, que era feito em Londres, do qual se diz — não sem controvérsias — ter sido o primeiro jornal e marco do nascimento da imprensa no Brasil. Mecenas Dourado, em biografia do jornalista, diz que o *Correio* surgiu com a finalidade de “preparar para o Brasil instituições liberais e melhores costumes políticos”, admitindo que o jornal “não foi fundado para pregar a independência e não a pregou”¹⁰.

O atraso da imprensa no Brasil, aliás, em última análise, tinha apenas uma explicação: a ausência do capitalismo, ausência da burguesia. Só nos países em que o capitalismo se desenvolveu, a imprensa se desenvolveu. A influência do *Correio Brasiliense*, pois, foi muito relativa. Nada teve de extraordinário. Quando as circunstâncias exigiram, apareceu aqui a imprensa adequada¹¹.

As “circunstâncias” de que nos fala Nelson Werneck Sodré são as condições políticas para a separação do Brasil de Portugal, e a posterior necessidade de

⁹ BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, p.203.

¹⁰ DOURADO, M. Hipólito da Costa e o *Correio Brasiliense*. *Apud* SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 23.

¹¹ SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998. p. 28.

estruturação do Estado. A intenção de mobilizar e unir as classes em torno dos ideais da independência é que levou os representantes da classe dominante colonial a fazerem concessões à liberdade de imprensa — liberdade que não hesitariam em restringir ao sentirem que o aprofundamento do processo de independência poderia por em risco seu domínio tradicional. O aprofundamento da crise política propiciava o crescimento da imprensa e o aparecimento de novos jornais.

A imprensa definia-se, quanto à orientação, nos três campos, o dos conservadores de direita, embalados no sonho da restauração, o dos liberais de direita, que faziam papel de centro, e o dos liberais de esquerda¹².

A fundação dos cursos jurídicos, as atividades públicas de governo, o surto da imprensa faz acelerar o desenvolvimento das letras já na segunda metade do Século XIX. Ao contrário do que acontecia na Europa, onde os jornais cooptavam os homens de letras, no Brasil os jornais apresentavam as obras dos escritores europeus em capítulos. Sodré nos conta que o folhetim era o melhor atrativo do jornal e se transformava em hábito de leitura familiar.

Machado de Assis, em crônica de 1859, considerava o folhetim um instrumento de alienação, da forma como se difundia na sociedade brasileira da época:

O folhetinista é originário da França, onde nasceu, e onde vive a seu gosto, como em cama no inverno. De lá espalhou-se pelo mundo, ou pelo menos por onde maiores proporções tomava o grande veículo do espírito moderno: falo do jornal (...) Força é dizê-lo: a cor nacional, em raríssimas exceções tem tomado o folhetinista entre nós. Escrever folhetim e ficar brasileiro é na verdade difícil¹³.

No entanto, Machado acaba se rendendo ao novo gênero e publica, em 1874, em *O Globo*, *A mão e a luva*; em 1878, *Iaiá Garcia*, em *O Cruzeiro*.

¹² SODRÉ, N. W. *Op. cit.*, p. 123.

¹³ *Ibid.*, p. 243.

O *Jornal do Comércio* publicava Joaquim Manuel de Macedo, com *A moreninha* e *O moço loiro*; *Memórias de um sargento de milícias*, de Manoel Antônio de Almeida, fora publicada em capítulos no *Correio Mercantil*; Raul Pompéia lançou *O Ateneu* na *Gazeta de Notícias*, em 1888. Era uma fase em que se confundiam “imprensa e literatura”, para usar as palavras de Sodré.

Por certo ainda não se divisava a força política que a nova mídia começava a adquirir e que não tardaria a se tornar patente. Uma força com influência direta sobre o cotidiano da sociedade, causando um grande impacto sobre o bloco monolítico de poder do qual o conhecimento entesourado nos livros era o instrumento principal. A literatura e o jornalismo — os dois mais importantes produtos que tiveram a prensa como tecnologia de produção — passam a se diferenciar ao longo do processo. À literatura erudita ficou reservado o lugar de transmissão e preservação da cultura, assumindo o registro pomposo de “editorial”. O mercado editorial, hoje, refere-se quase que exclusivamente à produção de livros. Ao jornalismo ficou a tradição do nome — *imprensa* — que acabou por defini-lo de forma exclusiva no ambiente geral denominado mídia, que abriga todos os veículos de produção jornalística e de notícias. O trabalho jornalístico realizado por uma emissora de TV, por rádio, revista, Internet, constitui-se no trabalho de imprensa, não no trabalho da mídia impressa ou da mídia radiofônica. A mídia radiofônica e a mídia impressa produzem entretenimento e propaganda, por exemplo. A imprensa, ao contrário, produz apenas informação noticiosa a partir de critérios e normas estabelecidos pelos códigos do jornalismo. As características técnicas de cada veículo alteram as condições de produção da notícia, obrigando a adequações que diferenciam não apenas a forma, mas o grau de atenção ou

de influência que terá junto à audiência. No entanto, o suporte tecnológico nunca foi definidor da essência da produção jornalística:

Em todos os países, independentemente do tipo de lei, a imprensa havia se estabelecido por volta de 1900 como uma força social que deveria ser avaliada em uma democracia futura, tanto quanto havia sido em um passado autoritário. A impressão gráfica permaneceu um meio de comunicação básico, mesmo depois do aparecimento da mídia eletrônica, como florescimento de jornais, livros e enciclopédias. A tecnologia não era fator dominante. As primeiras folhas de notícias australianas eram escritas a mão¹⁴.

A imprensa não se define pelo aparato tecnológico que dá suporte à circulação de seus conteúdos — não importa se a velha prensa, a TV, o rádio ou a Internet — mas por ser ela mesma um meio; meio de difusão de conteúdos de realidade. Os suportes são apenas os veículos.

Suas características não podem ser descritas objetivamente como os demais meios de comunicação de massa, justamente por sua abrangência no que se refere aos suportes midiáticos. No entanto, se considerarmos o fato de que a imprensa detém a hegemonia dos discursos de verdade — porque o discurso da Ciência está para ser contestado, refutado, superado, atualizado, e o da imprensa não — que é o lugar onde se articulam os sentidos que vão dar corpo à realidade socialmente compartilhada, independentemente do veículo onde esteja inserida, podemos percebê-la com um contorno nitidamente definido em relação ao que se convencionou chamar de mídia.

1.1.1.1 - Imprensa, atos performativos e rituais de magia social

A famosa história da transmissão radiofônica do romance de ficção científica do inglês H. G. Wells, *A guerra dos mundos*, nos permite algumas observações que vêm ao encontro dos nossos argumentos.

¹⁴ SODRÉ, N. W. *Op. cit.*, p. 201.

Quando em 30 de outubro de 1938, o Dia das Bruxas nos Estados Unidos, o jovem ator e diretor Orson Welles colocou no ar a novela radiofônica que descrevia a invasão da Terra por marcianos, seis milhões de pessoas eram o público estimado da Columbia Broadcasting System — CBS. Um em cada cinco ouvintes não notou que se tratava de ficção. Milhares de pessoas entraram em pânico, provocando acidentes e sérios prejuízos ao tentarem fugir de suas casas e cidades.

O pânico se espalhou entre os ouvintes, especialmente aqueles que casualmente rodavam o dial à procura de um programa interessante, e passaram a acreditar naquelas ‘notícias’ como verdadeiras¹⁵.

“*Senhoras e senhores, interrompemos nosso programa de música de danças para levar a vocês um boletim especial da Intercontinental Radio News*” — a frase soou como uma vinheta que chama a atenção dos sentidos do espectador para a realidade, interrompendo a programação musical que também era parte da novela. O equivalente moderno desta técnica com maior poder de atração hoje em dia é a vinheta da TV Globo, que interrompe a programação com uma sonoplastia indicial, informando que o que vai ser apresentado é de caráter jornalístico, portanto verdadeiro, cujo porta-voz é reportagem/imprensa, representados na imagem da vinheta pelos inúmeros microfones de mão (“sorvetões”) e câmeras. A sonoplastia da vinheta atinge até mesmo as pessoas que não estão sintonizadas na TV, e todos reconhecem que vão receber uma notícia importante e de interesse de todos, demonstrando a institucionalização de um procedimento ritual.

Bourdieu nos fala, ao analisar as condições sociais da eficácia do discurso ritual, que o poder das palavras é apenas o *poder delegado* do porta-voz, cujas palavras

¹⁵ SERVA, L. Os marcianos estão chegando, Folha de S. Paulo, 29 out. 1985. In: MEDITSCHI, E. (org.) *Rádio e pânico – a guerra dos mundos 60 anos depois*, [s.l.]: Insular, 1998. p.135.

constituem no máximo um testemunho da garantia de delegação de que ele está investido.

A força ilocucionária¹⁶ da vinheta que indica edição extraordinária não está localizada no som da vinheta, ou nas palavras do texto que chamam a atenção para algo extraordinário, tampouco na imagem que irrompe em meio à programação para quebrar a inércia do espectador. Exatamente como acontece às palavras proferidas em atos rituais, todo o aparato performativo da vinheta não exerce o poder de atração da atenção e expectativa apenas por si, mas porque representa uma instituição da qual, naquele momento, é apenas o porta-voz autorizado. Assim como o poder das palavras nos rituais é representação, o poder das mensagens, textos e discursos jornalísticos, é também representação:

O poder das palavras é apenas o poder delegado do *porta-voz* cujas palavras (quer dizer, de maneira indissociável, a matéria de seu discurso e sua maneira de falar) constituem no máximo um testemunho, um testemunho entre outros da *garantia* de delegação de que ele está investido (grifos do autor)¹⁷.

O jornal – impresso, televisivo, radiofônico, digital – é o porta-voz da imprensa, assim como o jornalista que o produz e interpreta. No caso da “reportagem” da novela de Orson Welles, o jornalismo, os locutores, os redatores, os repórteres eram “impostores”, porque, na verdade, eram artistas forjando a atuação da imprensa. Não

¹⁶ *Força ilocucionária* é um dos conceitos principais da Teoria dos Atos de Fala, a maior contribuição da pragmática ilocucional desenvolvida por J. L. Austin e J. Searle. A Teoria dos Atos de Fala considera que a linguagem deve ser tratada como uma forma de ação e não meramente como representação, sendo que as condições do enunciado é que definem seu significado. Em um exemplo, Austin indica que ao dizer “declaro encerrada a sessão” não se está apenas comunicando o encerramento, mas efetivamente encerrando a sessão. Bourdieu critica a hipótese de que a força ilocucionária esteja no enunciado em si ou nas palavras por serem performativas, defendendo que são apenas representantes de um objeto de crença certificado e garantido, a que ele chama de porta-voz autorizado. Sobre a Teoria dos Atos de Fala, ver: AUSTIN, J. L. *How to do things with the words*. Oxford: Clarendon Press, 1962. Sobre o conceito de porta-voz autorizado, ver: BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas*. São Paulo: Edusp, 1996.

¹⁷ BOURDIEU, P. *A economia das trocas lingüísticas* – o que falar quer dizer. São Paulo: Edusp, 1998. p. 87.

eram porta-vozes autorizados. Fizeram bem a sua arte de representar e produziram o efeito que apenas a intervenção da imprensa poderia provocar — no caso, o pânico —, demonstrando que a eficácia dos enunciados performativos dependem de um conjunto de condições e de capital simbólico que lhes são atribuídos pela sociedade, dos quais se valeu a ficção. Parafraseando Bourdieu, “o porta-voz é impostor provido de cetro”, ou seja, de poder delegado.

Em oposição ao impostor, que não é o que se pensa que ele é, e que, em outras palavras, usurpando o nome, o título, os direitos ou as honras de um outro, e também em oposição ao mero ‘pau-mandado’, substituto ou auxiliar que desempenha o papel do diretor ou do professor [ou do jornalista] sem possuir os títulos para tanto, o mandatário legítimo, por exemplo, o porta-voz autorizado é um objeto de crença garantido e certificado; ele tem a realidade de sua aparência, sendo realmente o que cada um acredita que ele é porque sua realidade — enquanto sacerdote, professor ou ministro [ou jornalista] está fundada na crença coletiva, garantida pela instituição e materializada pelo título ou pelos símbolos, como galões, uniformes e outros atributos, e não em sua crença ou menos ainda em sua pretensão singular.” [inclusões nossas]¹⁸

O conceito de poder delegado se aplica perfeitamente ao contexto do trabalho da imprensa, com suas diversas vozes e aparatos tecnológicos que lhe portam o discurso, desde a primeira etapa do processo de produção, até o momento que o conteúdo é levado ao receptor. O que nos chama a atenção em uma vinheta de edição extraordinária? A música, a imagem, a mídia que atinge milhões de pessoas? Certamente não. O que nos chama a atenção é o *status* de verdade que essa vinheta carrega. Da mesma forma, não foi o fato de se estar transmitindo a história pelo rádio que fez com que a população acreditasse na invasão da Terra pelos marcianos, como se a confiabilidade gerada pela transmissão fosse atributo apenas do aparato tecnológico, conforme defendem alguns autores; como também não foram as técnicas jornalísticas empregadas na construção do texto que o tornaram um discurso eficaz. O que fez com

¹⁸ BOURDIEU, P. *Op. cit.*, p. 105.

que milhares de pessoas entrassem em pânico foi a confiança estabelecida por um contrato implícito em sua relação com a imprensa — seja ela radiofônica, televisiva, impressa ou digital — que lhes garante que tudo o que for dito terá sempre como base a realidade e, em troca, tudo o que for dito será considerado sempre verdade, à semelhança do ritual de *magia social* que implica uma economia de procedimentos por parte do indivíduo.

A formação do hábito acarreta o importante ganho psicológico de fazer estreitarem-se as opções. (...) E oferecendo um fundamento estável no qual a atividade humana pode prosseguir com um mínimo de tomada de decisões durante a maior parte do tempo, liberta energias para decisões que podem ser necessárias em certas ocasiões¹⁹.

Confiar em um porta-voz autorizado também poupa o indivíduo de todas as reflexões e investigações necessárias a definir se o conteúdo informativo que está recebendo será verídico porque faz sentido que assim seja, com base em referências e dados plausíveis. Saber que a fonte da informação goza da prerrogativa de confiabilidade reduz o percurso entre o reconhecimento do fato e a tomada de decisão.

O caso Welles se transformou em um marco na história das teorias da comunicação e do jornalismo. A partir de então, o aviso de “simulação” passou a acompanhar todo e qualquer conteúdo televisivo ou radiofônico que porventura apresentasse grande semelhança com a “realidade”, ou seja, com o trabalho da imprensa. Cumpre notar, no entanto, que a imprensa radiofônica e televisiva é que passou a tomar o cuidado de indicar quando determinado conteúdo é de caráter ficcional ou simulação de algo possível em realidade – como, por exemplo, as simulações de desastres nas usinas nucleares de Angra dos Reis para treinamento de segurança. A ficção tem marcas próprias que lhe caracterizam como tal, sendo desnecessário o

¹⁹ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. 17a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 78.

cuidado. Todo o esforço empreendido foi no sentido de preservar e reforçar a credibilidade da imprensa — que poderia ser maculada pelos simulacros — para salvaguardar a população de eventuais desastres provocados por informações duvidosas.

É importante observar que o jornalismo impresso não se prestaria a esse ilusionismo, uma das razões pelas quais consideramos o jornal impresso um capítulo à parte no conjunto dos veículos de comunicação jornalística.

1.1.2 - Imprensa e mídia impressa nas pesquisas — por uma revisão crítica

Se tomarmos a descrição teórica que Fausto Neto faz da mídia para demonstrar o processo de semantização da AIDS operado pelos veículos de comunicação, vamos perceber que há apenas uma indicação discreta da especificidade da “mídia jornalística”, demonstrando com isso não apenas o tratamento indiferenciado que os teóricos da comunicação dispensam à questão, mas a dificuldade que aparentemente o tema carrega. Fausto Neto observa que existem outras “ordens” e outros discursos (aspas do autor) que perpassam o discurso das mídias:

Vale ressaltar o fato de que nas duas dimensões – sociológica e discursiva – as mídias se apresentam como instâncias distintas, ainda que tenham também caráter complementar: por um lado se destacam pela sua instância de mediação de outras “ordens” e de outros discursos. Por exemplo, são mediações dos próprios ideais organizacionais das empresas que lhes constituem. Mas, por outro lado, são efetivamente instâncias mediatizadoras de discursos midiáticos, na medida em que o peculiar de sua oferta está constituída por mensagens, mensagens essas que circulam como produtos em um mercado de discursos²⁰.

Cabe perguntar que tipo de “mediações dos próprios ideais organizacionais das empresas” que constituem a mídia poderiam significar uma interferência substancial no processo de mediação das demandas da sociedade se, em se tratando de mídias,

²⁰ NETO, Antônio Fausto. *Comunicação e mídia impressa – estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hackers, 1999. p. 19.

poderemos estar incluindo o território livre da Internet, o filme, a novela. Estes últimos trabalham exatamente uma re-interpretação do real em seus processos de produção. Mas a mídia jornalística, diferentemente, detém a primazia no mercado de discursos e de produção simbólica, porque seu lugar de fala é específico e suas regras e leis internas não apenas a constituem como instância mediadora do real, mas definem a verdade como o seu compromisso fundamental, sua matéria-prima. O código deontológico do jornalista, que o obriga a esse compromisso com a verdade, torna-se ele mesmo uma espécie de objetivação do “contrato de leitura” simbólico a que o autor se refere. E é certamente à mídia jornalística que Fausto Neto se refere quando sugere que a “mídia” não opera apenas uma mediação passiva, já que dispõem de uma autonomia para construir “a própria realidade”, segundo economias e leis próprias. O *corpus* da pesquisa que ele vai empreender é exatamente o material noticioso publicado em jornais de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Salvador, referidos como “fenômenos midiáticos impressos”. Embora as referências teóricas pareçam englobar a mídia indistintamente, onde os jornais são colocados sob a rubrica “dispositivos midiáticos impressos” (como poderiam também ser classificadas as revistas femininas, masculinas e de *fait divers*), algumas ressalvas focalizam especificidades do jornalismo, apenas afirmando que, por sua função indicial, organizam, disponibilizam, tematizam, hierarquizam os dados do real, dando-lhes contornos de credibilidade e verdade.

Trata-se de uma ampla “conversação pública” desenvolvida por diferentes campos de poderes e de saberes, que tem basicamente no discurso jornalístico, por meio de suas estratégias e mecanismos textuais, o espaço que “coordena” o funcionamento e os respectivos processos de semantização dessas conversações. (...) É verdade que os chamados discursos jornalísticos são espécies de “discurso-objeto”, se considerarmos que necessitam sempre do relato alheio para construir a atualidade²¹.

²¹ NETO, A. F. *Op. cit.*, p. 23.

A afirmação de que o discurso jornalístico depende sempre do relato alheio para construir a atualidade é apenas descritiva e reducionista, à medida que parece não levar em conta o fato de a própria mídia jornalística provocar o “relato alheio” para construir o discurso que vai fazer circular, a partir de agendamentos de temas e personagens, ou apenas iluminando determinados aspectos da realidade e dos fatos — “um efetivo protagonista desse processo de produção de sentidos”, conforme o próprio autor acaba por reconhecer.

O discurso jornalístico, conforme diz Adriano Duarte Rodrigues, emerge como notável a partir do momento em que se torna dispositivo de visibilidade universal:

O que torna o discurso jornalístico fonte de acontecimentos notáveis é o fato de ele próprio ser dispositivo de notoriedade, verdadeiro deus *ex machina*, mundo da experiência autônomo das restantes dimensões da experiência humana²².

Seguindo essa linha de raciocínio, diríamos que o discurso da sociedade atrela-se quase sempre ao discurso jornalístico, que se oferece também como ator social à medida que ilumina o fato e o lança na arena das atenções públicas, para construir a realidade que a própria mídia jornalística vai se encarregar de atualizar.

O trabalho de atualização reflete apenas a etapa de circulação dos discursos, quando o processo de construção dos sentidos que vai fazer circular já terá sido iniciado. Se considerarmos, à luz da teoria da recepção, que o sentido se realiza no receptor, poderemos considerar que a mídia jornalística não apenas atualiza, mas organiza e conduz a maneira como esse sentido deverá se realizar – isso não exclui, de forma alguma, a divergência eventual de pontos de vista sobre um mesmo tema; muito pelo contrário, estimula a polêmica, um dos atributos de valor do produto notícia, mas

²² RODRIGUES, A. *Estratégias da comunicação*. 2a. ed. Lisboa: Presença, 1997. p. 101.

delimita o leque de abordagens que entrarão na disputa pela hegemonia da opinião. A opinião, então, será resultado de uma estratégia de negociação administrada da produção e circulação dos discursos jornalísticos. Dessa forma, podemos inferir que a imprensa também constrói a opinião que vai publicizar, reforçando seu papel de ator social com lugar privilegiado em relação aos demais, ou constituindo-se como estrutura que delimita o debate.

1.2 – Ideologia e discurso – jornalismo e prática social; imprensa como estrutura

Fairclough chama atenção para o fato de os textos, como elementos sociais, terem efeitos causais que podem provocar mudanças em nosso conhecimento, atitudes, crenças e valores; em nosso comportamento; no mundo material; nas decisões políticas etc. Podemos aplicar essa observação a um sem número de situações concretas que vivenciamos a todo momento nas mais diferentes esferas da vida — a começar, por exemplo, pelo texto das leis. A objetivação de todo o embate político que resultou na abolição da escravatura se dá no texto da Lei Áurea, que por seu turno passa a regular e a promover uma série de mudanças na economia, na política e na vida da sociedade daquela época e de outros períodos da história.



Fonte: *A Tarde*, 14/05/1888, p.1.

Quadro 3: Representação da força da lei.

Não sendo nossa intenção entabular reflexões de caráter epistemológico, deixaremos de lado a perspectiva que retoma os conceitos de ato de fala de Austin e Searle, e de porta-voz autorizado de Bourdieu, já referidos anteriormente, e que sem dúvida abririam ampla linha de discussão se aplicados ao exemplo. No entanto, percebemos importantes pontos de convergência com essas teorias, quando Fairclough admite que os textos também são resultado de causas que os definem e destaca dois desses “poderes causais”: as estruturas e práticas sociais, e os agentes sociais, pessoas envolvidas nos acontecimentos sociais, e explica:

Estruturas sociais são entidades muito abstratas. Pode-se pensar de estrutura social (tais como uma estrutura econômica, uma classe social, ou um sistema de parentesco, ou uma linguagem) como definindo um potencial, um conjunto de possibilidades. No entanto, a relação entre o que é estruturalmente possível e o que realmente ocorre, entre estrutura e acontecimento, é muito complexa. Acontecimentos não são, de alguma forma simples ou direta, os efeitos de estruturas sociais abstratas. Sua relação é mediada – há entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e acontecimentos. Vamos chamá-las de ‘práticas sociais’²³.

Estruturas sociais delimitam um conjunto de possibilidades, um potencial; acontecimentos sociais constituem o que é real, e a relação entre o potencial e o real é mediada pelas práticas sociais — esta é a definição sucinta da teoria tridimensional de Fairclough. Práticas sociais, para ele, são vistas como articulações de diferentes tipos de elementos que estão associados a áreas particulares da vida social. O aspecto que Fairclough ressalta sobre as práticas sociais e que nos é particularmente importante é que as práticas sociais articulam discurso, juntamente com outros elementos sociais não discursivos.

Em uma aproximação com essa abordagem, entendemos o jornalismo como prática social e a instituição imprensa como a estrutura de onde emanam as ordens de discurso que se vão articular e constituir em textos jornalísticos, atravessados pelas diversas vozes – o discurso da imprensa. Ordem do discurso é, segundo o conceito foucaultiano, a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas. A articulação de ordens de discurso é decisiva para a constituição de qualquer *formação discursiva*. A noção de formação discursiva tem origem em Foucault, referindo-se a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas. Mas foi com Pêcheux que o conceito entrou para a análise do discurso,

²³ FAIRCLOUGH, N. *Analyzing discourse – textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003. p. 23.

significando que toda formação social implica na existência de posições políticas e ideológicas que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação:

Formação discursiva designa na AD todo o sistema de regras que fundam a unidade de um conjunto de enunciados sócio-historicamente circunscritos, determinando o que pode e deve ser dito a partir de uma dada posição ideológica numa determinada conjuntura²⁴.

O conceito de formação discursiva tem sido substituído em análise de discursos pela noção de *arquivos*, mais adequada à abordagem que pretendemos em relação ao discurso da imprensa. De acordo com Maingueneau, arquivos são “corpos de enunciados que dependem de um mesmo posicionamento sócio-histórico e que são inseparáveis de uma *memória* e de instituições que lhes confirmam sua *autoridade*, legitimando-se por seu intermédio”²⁵. Para Foucault, também estaria aí presente a idéia de controle:

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade²⁶.

Para a Análise de Discursos, os contextos sócio-históricos persistem nos discursos, trazendo à atualidade os *efeitos de sentido*, reconhecimento cognitivo que propicia a empatia do leitor com o texto, instando-o muitas vezes a retomar elementos que se originam na formação de nossa sociedade. A essa resistência de uma memória discreta que atualiza o passado nos textos atuais, os teóricos da análise de discursos chamam *interdiscurso*. Segundo definição de Maingueneau em *Termos-chave da análise do discurso*²⁷, o conceito refere-se ao conjunto das unidades discursivas com o

²⁴ PINTO, M. J. *Comunicação e Discurso – introdução à análise de discursos*. São Paulo: Hacker, 1999. p. 56.

²⁵ *Ibid.*, p. 56.

²⁶ FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*, p. 9.

²⁷ MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 86.

qual o discurso entra em relação, podendo-se tratar dos “discursos citados, dos discursos anteriores do mesmo gênero, dos discursos contemporâneos de outros gêneros etc.”

Orlandi enfatiza que o interdiscurso — “um conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos” — disponibiliza dizeres que afetam todo o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada, inserindo o conceito em uma abordagem mais ampla advinda da psicologia social e re-elaborada por Pêcheux no campo da análise do discurso, que é a das *condições de produção*. Condições de produção, em Pêcheux, assume a designação de *pré-construído*, ou seja, representações imaginárias que se constituem através do que já foi dito, em um jogo de apagamento e memória construído pelas “filiações de sentidos constituídos em outros dizeres”, marcado pela ideologia e pelas posições de poder:

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as considerarmos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico. (...) A memória, por sua vez, tem suas características, quando pensada em relação ao discurso. Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retoma sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada²⁸.

Todas as formulações discursivas se conformam a partir da perspectiva da memória, do interdiscurso, e da formulação da atualidade. “Para que minhas palavras tenham sentido, é preciso que elas já façam sentido”, resume a autora, oferecendo a chave da tradução de discursos comuns que permanecem nos discursos atuais, muitas vezes sem que se perceba a carga ideológica e de historicidade que carregam.

²⁸ ORLANDI, E. *Análise de discursos – princípios e procedimentos*, p. 31.

O imaginário, que faz parte do funcionamento da linguagem, constrói-se a partir do modo como as relações sociais inscrevem-se na história e são regidas pelas relações de poder. O sentido de um texto — texto aí entendido como qualquer formação discursiva — é determinado pelas posições ideológicas presentes no processo sócio-histórico em que foi construído, ou seja, a formação ideológica determina o dizer. A formação discursiva, noção fundamental na Análise de Discursos, vai permitir a compreensão do processo de produção de sentidos e sua relação com a ideologia. Como diz Milton José Pinto:

É na superfície dos textos que podem ser encontradas as pistas ou marcas deixadas pelos processos sociais de produção de sentidos que o analista vai interpretar. O analista de discursos é uma espécie de detetive sociocultural²⁹.

Pela análise de discursos, podemos perceber a forma como linguagem e ideologia se articulam e produzem sentido, iluminando a opacidade do texto. Como ilustração, em uma análise superficial, podemos relembrar o caso do “pé na cozinha” de Fernando Henrique Cardoso, na campanha presidencial de 1994. Segundo reportagem no jornal *Folha de S. Paulo* de 1º. de junho de 1994, o então candidato disse em discurso de campanha no interior de São Paulo, que “era mulatinho” e que “tinha um pé na cozinha”. A frase teve repercussão em diversos veículos e foi contestada por FHC, que afirmou que por falha da reportagem teriam sido publicadas expressões que não haviam sido ditas por ele. O jornal rebateu a crítica, mostrando que havia gravado suas declarações.

Representantes do movimento negro também se manifestaram, afirmando que as expressões eram “pejorativas” e “preconceituosas”. Cinco anos depois, a revista *Época*

²⁹ PINTO, M. J. *Comunicação e discurso* – introdução à análise de discursos, p. 22.

publica o resultado de uma pesquisa sobre a árvore genealógica de Fernando Henrique, agora já como Presidente da República em segundo mandato:

O pé na cozinha é da trisavó

Não foi por demagogia que o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou seu pé na cozinha durante a campanha presidencial. A banda da família que governou Goiás e recebeu comendas no Império já era conhecida. Sua ascendência negra é que só agora é revelada pela pesquisadora paulista Marta Amato. Motivada a fazer a pesquisa por encomenda da comunidade mórmon, que pretendia presentear o presidente com sua árvore genealógica, Marta Amato trabalha há seis anos na busca das raízes familiares de Fernando Henrique e Ruth Cardoso. Depois de vasculhar cartórios, arquivos paroquiais, inventários e testamentos, a pesquisadora, de 52 anos, não tem dúvida: "A bisavó do presidente era mulata, e sua trisavó, negra". Já a primeira-dama, garante, tem cepa bandeirante. No século 17 emplacou dois ascendentes ilustres: Bartolomeu Bueno, o Anhangüera, e Fernão Dias Pais, que chefiou a bandeira das esmeraldas.

Fonte: *Época*, ed. 53, 24 maio 1999.

Observemos que o texto jornalístico defende o fato de não ser “demagogia” a declaração do então candidato à Presidência. Pelo levantamento feito pela pesquisadora, ele realmente tinha pelo menos duas antepassadas negras, a avó e a trisavó, esta certamente escrava e, com muita sorte, trabalhando na cozinha da casa grande. O que nenhum dos emissores — Fernando Henrique e o jornalista que escreveu o texto — se deram conta foi de que atualizaram no discurso a imagem de uma mulher historicamente inferior por ser negra e, como tal, escrava, trabalhando na cozinha. A tradução do sentido da frase é: “pé na cozinha” = ser negro do sexo feminino, que corresponde ainda à condição escrava (ou subalterna), cuja função mais comum é a de cozinheira. E o que confirma a posição de inferioridade a que o discurso relega a protagonista indireta da história é que o candidato à Presidência tem apenas “um pé” na cozinha, como se a cada geração fosse se apagando nele a memória da descendência de negros e escravos; como se o tempo fosse “corrigindo”, no corpo, a memória da cor.

No caso de FHC, percebemos a atualização, no discurso, de uma história densamente carregada de sentido ideológico, identificada, neste caso, com a discriminação racial. E é pela repetição dos sentidos históricos que atualizamos e fazemos permanecer ideologias, mesmo contra a vontade consciente.

Esse “esquecimento”, chamado esquecimento ideológico, é da ordem do inconsciente e produz a impressão de que o que dizemos se origina em nós — é o modo pelo qual somos afetados pela ideologia, retomando sentidos preexistentes.

Na realidade, embora se realizem em nós, os sentidos apenas se representam como originando-se em nós: eles são determinados pela maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não pela nossa vontade³⁰.

Podemos dizer, então, que a história *fala* nos discursos e que transportamos a ideologia que a constitui, mesmo que de forma naturalizada, a ponto de não mais percebermos que a estamos reproduzindo. Pelos princípios da análise dos discursos, Fernando Henrique é o *emissor* desse texto, aquele que o pronunciou; o jornalista, responsável pelo texto aqui realçado, é o *autor empírico* desse texto. Mas os dois, em primeira e em segunda instâncias, o produziram fisicamente, sendo portadores de toda a sua carga de significação. À medida que os dois se atêm mera e simplesmente à afirmação e à necessidade de comprovação do que reconhecem como “pé na cozinha”, poderíamos deduzir que ambos partem de um consenso sobre o significado implícito na expressão “pé na cozinha”.

Se observarmos o texto da reportagem que fala sobre a indignação dos representantes do movimento negro sobre a desastrosa declaração, também vamos encontrar marcas que demonstram o funcionamento do jogo sócio-histórico no discurso, produzindo a evidência do sentido que é, também, um efeito ideológico.

³⁰ PINTO, M. J. *Comunicação e discurso* – introdução à análise de discursos, p. 35.

Negros protestam contra tucano

Da Reportagem Local

O movimento negro vai protestar formalmente contra a declaração de Fernando Henrique de que é "mulatinho" e tem o "pé na cozinha". Os termos são considerados "pejorativos" e "preconceituosos". O advogado Antônio Carlos Arruda da Silva, do SOS Racismo e filiado ao PSDB, vai propor hoje na reunião do órgão a aprovação de uma moção de censura à declaração do candidato. Adomair Ogunbiye, coordenador do Movimento Negro Unificado, disse que sua entidade deve divulgar nota ou realizar manifestação contra FHC. O Geledes - Instituto da Mulher Negra também condenou as expressões. FHC citou esses termos anteontem, ao dizer que tem origem negra.

"Os negros merecem mais respeito", disse Solimar Carneiro, do Geledes.

"Só se ele é filho de mula. Mulatinho é cruzamento com mula, não com negro".

Flávio Rodrigues, do Soweto - Organização Negra, disse que as declarações "soaram mal e pejorativamente, principalmente vindas de uma pessoa que tem tese acadêmica sobre o negro". Geledes, Soweto e Movimento Negro Unificado são entidades suprapartidárias que têm militantes de vários partidos, inclusive do PSDB.

Fonte: Folha de São Paulo. 1º jun. 1994.

No discurso relatado do jornalismo, não podemos identificar exatamente o que disseram os entrevistados. Até chegarmos ao texto como este é apresentado ao leitor, temos a *mediação* do repórter, que colheu os depoimentos, a do redator, que retrabalhou o texto da reportagem, e a do editor, que por diversos motivos editoriais ou de decisão própria reduziu o texto ao que considerou suficiente para cumprir as exigências técnicas do jornalismo. Retornaremos mais adiante a esses aspectos que se referem à produção jornalística, inclusive propondo uma nova linha de observação para o conceito de mediação, quando aplicado ao trabalho da imprensa. Por ora, queremos apenas ressaltar que mesmo o discurso dos militantes do movimento negro (discurso relatado, é bom repetir) reflete a permanência da exclusão racial que é comum aos discursos que circulam na sociedade. Há, nas frases elaboradas para responder ao discurso de FHC, como que um desligamento do passado histórico que suscitou as referências; a imagem da mulher, da mulher negra, da mulher negra e escrava, da mulher negra, escrava que trabalha na cozinha é completamente apagada; o que se reclama é da ordem do preconceito e do pejorativo. Aprofundando um pouco mais, percebemos que a mulher negra e escrava que trabalha na cozinha está lá e é real — real no passado histórico e no presente referido na fala do candidato como formação discursiva que a atualiza e

resgata. A forma como ela é reconhecida no discurso do movimento negro é da ordem da incompletude constituinte.

A noção de *discurso constituinte*, introduzida por Maingueneau e Cossutta³¹, qualifica a categoria de discursos que têm um *status* especial dentro da sociedade e perante outros discursos. Esses discursos dão sentido aos atos da coletividade e são a garantia de múltiplos outros discursos. Podemos considerar que a fala de FHC mobilizou um discurso constituinte, produto de uma comunidade discursiva específica (a dos senhores de escravos no passado, ou dos brancos após a abolição, ou a dos não negros agora), cujos enunciados estão inscritos numa memória. Ao dizermos que o discurso dos representantes do movimento negro é da ordem da incompletude constituinte, queremos indicar que a ausência de marcas discursivas que evidenciam a mulher negra, escrava, trabalhando na cozinha e todo o seu contexto nos remete ao primeiro movimento de exclusão dos negros na história quando, saídos da escravidão, não encontraram na sociedade um lugar que lhes classificasse, perdendo até o que lhes havia sido o maior valor, que era o trabalho. Empenhada no projeto de embranquecimento do país, a elite do século XIX enaltecia o imigrante europeu e apontava os negros como inferiores até mesmo para o trabalho.

Além de alienar o negro de sua própria história, apregoando o seu caráter passivo e desinteressado, o movimento abolicionista visava a infundir uma imagem invertida do mundo aos negros, para que eles tomassem como parâmetro a conduta dos homens brancos, não se opondo à forma de “integração” que lhes era oferecida. Dessa forma, o movimento abolicionista funcionou como um grande estandarte dos interesses dos cidadãos brancos que pretendiam, de maneira racional e planejada, adequar o negro a um lugar que não gerasse incômodos à ordem emergente³².

³¹ MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constituints. *Langages* 117, p. 113, 1995.

³² SANTOS, G. A. *A invenção do ser negro – um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Educ/Fapesp; Rio de Janeiro: Pallas, 2002. p. 120.

Chamamos a atenção para o fato de que estamos partindo do princípio de que o texto da reportagem teria sido fiel aos enunciadores do discurso, o que muito provavelmente não terá ocorrido, até mesmo por necessidades técnicas. De qualquer forma, é importante notar que o discurso relatado é o que circulou sobre a questão.

No caso do discurso relatado, temos na cadeia de produção o resultado final que relata a reclamação, mas omite o esclarecimento, caso tenha havido, e que poderia explicar o que é “pejorativo” e “preconceituoso” na referência à mulher negra, escrava, trabalhando na cozinha. Ele existe e está lá, como um registro de toda a carga da história da escravidão. O que poderia ser considerado pejorativo seria a forma como FHC se referiu a ela, sem o devido posicionamento e respeito principalmente a que sua condição de sociólogo o obrigava, por estar-se reportando a uma época em que as negras eram comumente violentadas pelos senhores brancos, o que provavelmente ocorreu com suas antepassadas. Todo este cenário está contido no registro “pé na cozinha”, repetido ao longo do tempo com um certo ar de pilhéria, por significar exatamente o abuso sexual a que as mulheres negras eram submetidas quando das “visitas” dos senhores brancos à cozinha, onde certamente foram gerados muitos de seus descendentes. O presidente sociólogo não sabia que o que ele falou queria dizer tanto. Da mesma forma que os representantes do movimento negro identificaram apenas os “termos” como pejorativos e preconceituosos (ao menos pela reportagem), quando, na verdade, o preconceito e o tratamento pejorativo estavam no comportamento de Fernando Henrique, o que ficou demonstrado quando a memória acionou as expressões para dar conta da declaração que ele pretendia simpática aos negros. A memória acionou a história e a ideologia e denunciou-lhe a vinculação histórica a partir do cenário da escravidão.

As ideologias não são definidas somente em termos de grupos sociais, relações de grupo e instituições, a um macronível, e em termos de práticas sociais, a um micronível. Enfatizaremos que as ideologias são construídas, utilizadas e trocadas entre e pelos atores sociais como membros de um grupo, em práticas sociais específicas e, freqüentemente, discursivas. No são constructos individuais, idealistas, mas constructos sociais compartilhados por um grupo³³.

Em última instância e objetivando a questão, o que poderiam esperar os negros em termos de políticas voltadas para suas necessidades de um presidente ideologicamente identificado com grupos herdeiros de uma mentalidade escravocrata e racista?

Em resumo, se queremos saber que aparência têm as ideologias, como funcionam e como se criam, interagem e reproduzem, necessitamos observar detalhadamente suas manifestações discursivas³⁴.

Em termos práticos, a compreensão desse jogo ideológico poderia orientar a decisão política dos negros naquelas eleições.

E quanto à imprensa? Que tipo de discurso e que posicionamento ideológico demonstrou? E que repercussão provocou? Não se observou por esses aspectos a reportagem da revista *Época*, que vem corroborar o que Fernando Henrique declarou, partindo do mesmo princípio ideológico — “Não foi por demagogia que o presidente Fernando Henrique Cardoso colocou seu pé na cozinha durante a campanha presidencial”. O olhar da imprensa, representada aí pela reportagem, está posicionado na mesma perspectiva que faz com que Fernando Henrique veja suas avós negras situadas em uma cozinha histórica, densa, onde ele assume ter o pé. E a imprensa o redime. Todos os jornalistas que *falaram* no processo de produção da notícia o fizeram a partir da Casa Grande, deixando transparecer de que ângulo percebem os rumores da

³³ DIJK, T. A. *Ideología* – una aproximación multidisciplinaria. Barcelona: Gedisa, 1999. p. 23.

³⁴ *Ibid.*, p. 19.

senzala. Gilberto Freyre nos fornece relato realista de como funcionava o pensamento escravocrata em relação às escravas:

Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens o imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu num manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas de significação: ‘a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador’³⁵.

1.2.1 – Gêneros de discursos e posicionamentos ideológicos

Para a análise de discursos, cada texto se enquadra em um *gênero de discursos*, conceito fundamental para se proceder à interpretação dos enunciados. Existe uma imensa variedade de gêneros de discursos, cujos princípios de definição atendem a parâmetros como o *status* dos enunciadores e co-enunciadores; o suporte e os modos de difusão; os modos de organização. No exemplo acima, se separarmos as duas etapas em que se produziu o enunciado “pé na cozinha”, teremos o discurso político ou de campanha realizado pelo candidato Fernando Henrique Cardoso, com a intenção de conquistar os votos e a simpatia dos negros naquela eleição, através da desastrosamente alegada afinidade racial. No segundo enunciado, o texto produzido por um jornalista se classifica como discurso jornalístico. Não é o jornalista que está em evidência neste caso, mas regras de produção explícitas que conformam esse discurso, cujo suporte é um aparato midiático.

Os gêneros de discurso subdividem-se ainda em *dispositivos de enunciação*, que são a explicitação dos chamados *posicionamentos ideológicos*, *posições enunciativas*, ou ainda *lugares de fala*. O lugar de fala diz respeito à posição dos interlocutores na cena discursiva; refere-se a status socioeconômico, poder institucional, legitimidade que

³⁵ FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. 43a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 373.

o autoriza a falar e o confronta com o outro ou outros do discurso. Não há fala que não seja emitida de um *lugar*, mesmo que esta seja apenas uma posição imaginária assumida por um dos interlocutores, aceita ou não pelo outro, que vai estabelecer seu próprio posicionamento no discurso, a partir de suas próprias credenciais.

Seguindo com nosso exemplo, o lugar de fala de Fernando Henrique ao se referir ao “pé na cozinha” era o do candidato, supondo uma posição específica em relação a seus interlocutores-eleitores e que demandava estratégias de aproximação, diferentemente do que seria o discurso de Fernando Henrique Cardoso presidente, cujo lugar de fala estaria carregado de todo o simbolismo e poder conferido pelo cargo, supondo uma situação de prevalência no jogo discursivo. O candidato, em situação de desvantagem em relação a seus interlocutores hipotéticos — por necessitar de sua aceitação e voto — assume a personagem da humildade (uma das faces de sua retórica) e despe-se até mesmo da condição acadêmica que realçava ainda mais a condição de presidente que viria a assumir mais tarde. Maingueneau refere-se a esse comportamento discursivo como *cenografia*, uma exigência feita pelo gênero de discurso, no caso o de campanha/publicitário, para reforçar o enunciado. Segundo o autor, os gêneros de discursos mais propícios às construções cenográficas são os discursos publicitários, literários e filosóficos, embora outros gêneros também possam se valer da mesma estratégia para tentar estabelecer a hegemonia do discurso:

O discurso político é igualmente propício à diversidade das cenografias: um determinado candidato poderá falar a seus eleitores como um jovem executivo, como tecnocrata, como operário, como homem de grande experiência etc., e atribuir os lugares correspondentes a seu público³⁶.

³⁶ MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*, p. 89.

O lugar de fala de um candidato a cargo eletivo ou de um presidente da República é facilmente identificável, mas quando se trata do discurso jornalístico, a quem atribuir a responsabilidade pelas representações reconhecidas no texto?

1.2.2 – Lugar de fala da imprensa – interdiscursividade e polifonia

O posicionamento ideológico ou lugar de fala são as diferentes maneiras pelas quais se constituem os enunciados a partir das representações de contextos próprios ao sujeito, sustentando o dizer da forma como é dito e agregando ao discurso toda a carga de significação trazida por esse contexto. Podemos inferir, em uma espécie de remissiva, que os lugares de fala são também constituídos de outros textos que os legitimam e os fazem significar para além do discurso, textos estes carregados de uma historicidade própria e que se constituíram alhures no tempo. Essa re-significação entretecida pelos diversos textos carregados de historicidade, e a que chamamos interdiscurso, é também elemento constituinte da matéria prima que dá forma a esse lugar de fala. Um lugar *dialógico*, que se configura por essas muitas falas em contradição e disputa, construídas ao longo de lutas históricas pela hegemonia ideológica e pelo poder; lutas que se transportam para o discurso através do tempo, despojadas das armas muitas vezes contundentes com que se inscreveram na história, transformadas em sentidos fantasmáticos que digladiam pela hegemonia do discurso no presente.

O lugar de fala também significa e *fala*; é também, de certa forma, polifônico, por mais que as múltiplas vozes estejam acomodadas no tempo. Os lugares de fala se constituem nas dobras da discursividade que os engendra — credenciais simbólicas de que se valem os sujeitos para constituírem a si mesmos no discurso.

A lógica da organização do texto jornalístico também se aproxima desta noção de polifonia, quando oferece as diversas vozes que vão construindo a história e, ao mesmo tempo, estabelecendo o que chamamos de *princípio do contraditório*. O contraditório, no jornalismo, tenta reproduzir a figura do Direito em que o método de busca da verdade se realiza por intermédio da contraposição dialética:

O contraditório não se identifica com a igualdade estática, puramente formal, das partes no processo; não exprime a simples exigência de que os sujeitos possam agir em plano de paridade; nem determina ao juiz o mero dever de levar em conta a atividade de ambos, permitindo que façam ou até que deixem de fazer alguma coisa. O contraditório, como contraposição dialética paritária e forma organizada de cooperação no processo, constitui o resultado da moderna concepção da relação jurídica processual, da qual emerge o conceito de par condicio ou igualdade de armas³⁷.

Assim, ao oferecer a versão de ambas as partes, espera-se que o juiz/receptor possa formar sua própria opinião, a partir de uma suposta igualdade de condições estabelecida no discurso. Essa prática visa a conferir o caráter de isenção e imparcialidade ao relato, agregando valor de credibilidade ao processo discursivo. No entanto, o fato de estar na decisão dos jornalistas que atuam no processo de edição a seleção do ângulo de observação dos acontecimentos já indica a impossibilidade de absoluta objetividade. O procedimento é, por excelência, gerador de subjetividade e estabelece uma espécie de *dialogismo*, conceito introduzido na teoria de discursos pelo teórico russo Mikhail Bakhtin, em seus trabalhos sobre literatura para analisar as diversas vozes em conflito e contradição no romance de Dostoievski. Para Bakhtin. Dialogismo é o princípio constitutivo da linguagem e a condição do sentido no discurso, sendo entendido também como intertextualidade — vozes de outros ressoando sob as palavras de alguém.

³⁷ GRINOVER, Ada Pellegrini. *Novas Tendências do direito processual*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990. p. 7.

Toda enunciação, mesmo sob sua forma escrita cristalizada, é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal. Ela é apenas um elo na cadeia dos atos de fala. Toda inscrição prolonga aquelas que a precederam, estabelece uma polêmica com elas, aguarda reações ativas de compreensão, antecipa-se sobre estas etc.³⁸.

Pensando sobre essa cadeia dos atos de fala, percebemos o texto jornalístico como um dialogismo de terceira ordem, se entendermos que os jornalistas participantes do processo estarão submetidos, em uma primeira etapa, à ordem original da intertextualidade e da interdiscursividade ao elaborar o processo de leitura/compreensão dos acontecimentos; de segunda ordem, podemos considerar o processo de discussão e avaliação do tratamento do acontecimento como notícia, onde a subjetividade de cada um dos participantes estará agindo na elaboração da notícia, submetidos todos à vontade hierárquica do editor; de terceira, a forma textual com que será publicado, depois de toda a rotina. Esse processo é geralmente discreto, até mesmo pela rotina que se estabelece nas redações depois de longa convivência entre seus membros. Quanto às regras do jornalismo, entendemos que funcionam de maneira semelhante às normas gramaticais. Constringem o autor a dizer dentro de limites, mas não o impedem de dizer da forma como entende e avalia o acontecimento.

Ao privilegiar aparência e reordená-las num texto, incluindo algumas e suprimindo outras, colocando estas primeiro, aquelas depois, o jornalista deixa inevitavelmente interferir fatores subjetivos. A interferência da subjetividade nas escolhas e nas ordenações será tanto maior quanto mais objetivo, ou preso às aparências, o texto pretenda ser. Assim, pode-se narrar uma procissão do ângulo da contrição dos fiéis, ou com destaque aos problemas de trânsito que causa, ou ainda à contradição entre suas propostas e a realidade contemporânea. No primeiro caso, estaremos, possivelmente, redigindo um texto de fundo religioso; no segundo, de intenções agnóstico-mecanicistas; no terceiro, de intenções críticas e materialistas³⁹.

³⁸ BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoïevski*. Paris: Seuil, 1970. p. 106.

³⁹ LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981. p. 16.

1.2.3 – Ideologia e constituição do sujeito no discurso jornalístico

A questão do sujeito do discurso está diretamente imbricada com a questão da *enunciação*. Foi Benveniste quem ofereceu a definição clássica para onde convergem as teorias do discurso. Para ele, a enunciação é o ato de produzir um enunciado, não o texto do enunciado:

Trata-se aqui de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira. A dificuldade é apreender este grande fenômeno, tão banal que parece se confundir com a própria língua, tão necessário que passa despercebido. A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização⁴⁰.

Ao pensarmos o “ato de produzir o enunciado”, encontramos a fonte do dialogismo de que nos fala Bakhtin. A produção do enunciado se dá a partir da arregimentação dos diversos textos naturalizados na experiência daquele que produz o discurso, e que toma os códigos da língua e outros códigos como instrumento. As muitas vozes que encarnam o enunciado nos falam de um conjunto de subjetividades que atravessam o *enunciador*, definido como aquele que fala, mas não nos deixam identificar mais do que “níveis enunciativos”, conforme diz Bakhtin:

Se eu narrar (ou escrever) um fato que acaba de acontecer comigo, já me encontro como narrador (ou escritor), fora do tempo-espaço onde o evento se realizou. É tão impossível a identificação absoluta do meu “eu” de que falo como alguém suspender a si mesmo pelos cabelos. O mundo representado, mesmo que seja realista e verídico, nunca pode ser cronotopicamente identificado com o mundo real representante, onde se encontra o autor-criador dessa imagem⁴¹.

“Suspender a si mesmo pelos cabelos”, uma expressão que nos remete ao legendário personagem do Século XVIII Barão de Münchhausen, tido como o maior mentiroso do mundo, e que contava entre outras fantásticas histórias que havia

⁴⁰ BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989. p. 82.

⁴¹ BAKHTIN, M. *Questões de literatura e estética – a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Edunesp, 1988. p. 360.

levantado a si mesmo nos ares pelos próprios cabelos. A comparação lembrada por Bakhtin foi usada por Michel Pêcheux para dar conta da constituição do sujeito ideológico.

Se é verdade que a ideologia “recruta” sujeitos entre os indivíduos (no sentido em que os militares são recrutados entre os civis) e que ela os recruta a todos, é preciso, então, compreender de que modo os “voluntários” são designados nesse recrutamento, isto é, no que nos diz respeito, de que modo todos os indivíduos recebem como evidente o sentido do que ouvem e dizem, lêem ou escrevem (do que eles querem e do que se quer lhes dizer), enquanto “sujeitos-falantes”: compreender realmente isso é o único meio de evitar repetir, sob a forma de uma análise teórica, o “efeito Münchhausen”, colocando o sujeito como origem do sujeito, isto é, no caso de que estamos tratando, colocando o sujeito do discurso como origem do sujeito do discurso (grifos dos autor)⁴².

Pêcheux trabalha seus conceitos a partir das teses sobre ideologia de Althusser, onde os princípios básicos são o de que “só há prática através de e sob uma ideologia”, e de que “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”⁴³.

Althusser inaugura uma das máximas mais freqüentemente citadas em análise de discursos que é a de que “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, que quer dizer que só há ideologia pelo sujeito e para os sujeitos; é pela categoria de *sujeito* e de seu funcionamento que se torna possível a destinação da ideologia. Althusser aborda a não explicitação do sujeito como tal, usando como exemplo a ideologia jurídica, que diz que o homem é naturalmente um sujeito, inaugurando a figura de “sujeito de direito”, e vai além ao indicar que a categoria de sujeito é a categoria constitutiva de toda a ideologia, não importando determinações de classe ou o momento histórico em que se inscreve, porque “ideologia não tem história”. À categoria de sujeito, Althusser acrescenta a noção de alma e Deus em Platão:

⁴² PÊCHEUX, M. *Semântica do discurso* – uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Unicamp, 1988. p. 157-8.

⁴³ ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998. p. 93.

Dizemos: a categoria de sujeito é constitutiva de toda a ideologia, mas, ao mesmo tempo, e imediatamente, - acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda a ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função (é o que a define) “constituir” indivíduos concretos em sujeitos. É nesse jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia, não sendo a ideologia mais do que o seu funcionamento nas formas materiais de existência deste mesmo funcionamento (grifos do autor)⁴⁴.

Essa formulação tautológica implica que o homem é por natureza um ser ideológico e que tanto autor como leitor são sujeitos e como tal vivem imersos em ideologia. O fato de eventualmente o autor estar ausente como sujeito, como no discurso científico, onde se pretende afirmar um “sujeito da Ciência”, realça também a ideologia da Ciência, lugar institucional que se auto-referencia como tal a cada vez que se manifesta. Isso nos remete ao discurso jornalístico, onde a impessoalidade provoca a ilusão da ausência do sujeito, substituindo-o pela ilusão da objetividade no discurso manifesto. Embora não focalizando exclusivamente a questão ao arrolar “a maioria dos jornais” entre os aparelhos ideológicos de estado de domínio privado, Althusser indica que ali estão não apenas os meios, mas o lugar da luta de classes, e que como tal os jornais funcionam também através da ideologia, inscrevendo-se no conjunto de práticas materiais que asseguram a manutenção das relações de produção. Para o teórico, as relações de produção implicam divisão de trabalho e a definição de um lugar na produção para cada ator social:

O mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo da sujeição.(...) esse mecanismo ideológico básico – a sujeição – não está presente somente nas idéias, mas existe num conjunto de práticas, de rituais situados em um conjunto de instituições concretas⁴⁵.

A escola, para ele, seria o aparelho ideológico dominante para as formações capitalistas. Althusser tem sido duramente criticado por essa posição e por considerar o

⁴⁴ ALTHUSSER, L. *Op. cit.*, p. 93-94.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 8.

Estado o centro de onde emana e para onde converge a ideologia dominante, soberano além das classes. Embora não seja nosso propósito discutir esse aspecto, queremos chamar atenção para o fato de o próprio autor ter indicado um movimento de transformação natural ao estabelecimento da ideologia dominante, quando se refere à Igreja como tendo sido substituída pela escola como aparelho ideológico de estado dominante. Ousamos conjecturar que a Igreja não terá deixado de cumprir seu papel ideológico, embora a escola, em outro momento, tenha se posicionado na linha de frente desse trabalho. Pensamos que cada época reflete um momento da luta entre classes, além de também reagir ao desenvolvimento e avanço da ciência, pondo em destaque uma ou outra das instituições definidas como aparelho ideológico de estado. Acreditamos que a escola vem assumir o papel que cabia à Igreja quando a ideologia dominante necessita de cidadãos letrados — a escola apenas assume a função de fortalecimento da ideologia dominante.

Na atualidade, acreditamos que a mídia como um todo assumiu o papel da escola, sendo o mais eficiente de seus veículos a imprensa. Althusser posterga a discussão desse aspecto no que se refere à imprensa, apenas arrolando os veículos de informação entre as empresas do domínio privado que pertencem à categoria dos aparelhos ideológicos de estado. E ilustra como a categoria de sujeito é estabelecida como “evidência”. O exemplo, tirado do senso comum, demonstra o que chama de *efeito de reconhecimento* — efeito ideológico que impõe as “evidências como evidências”, as quais não podemos deixar de reconhecer. O efeito ideológico elementar é o que nos constitui como sujeitos. A cena do exemplo é a de uma interpelação policial, onde um indivíduo, ao voltar-se, reconhece a interpelação e a si mesmo na cena como sendo o “sujeito”:

Supondo que a cena teórica ocorre na rua, o indivíduo interpelado se volta. Nesse simples movimento físico de 180° ele se torna sujeito. Por quê? Porque ele reconheceu que a interpelação se dirigia “certamente a ele”, e que “certamente era ele o interpelado” (e não outro)⁴⁶.

Vamos tentar compreender de forma ampliada essa noção de sujeito em Althusser valendo-nos de outro exemplo em que o teórico ancora suas reflexões nas premissas freudianas do ritual ideológico da espera pela nascimento de um filho. As formas de “ideologia familiar, paternal, maternal, conjugal, fraternal” que constituem a espera pelo nascimento do bebê já preparam sua condição de sujeito a partir de evidências elementares naturalizadas por esta mesma configuração. Acrescentamos a isso a noção de que este é o primeiro de uma série de movimentos ideológicos que, naturalizados ao longo da história, também vão se agregar a essa historicidade que constitui o sujeito. Ao responderem à “interpelação”, esses sujeitos incorporados pelo indivíduo vão ter na sociedade o seu lugar dado como um *a priori*.

Já observamos que o sujeito se constitui pelo “esquecimento” daquilo que o determina. Podemos agora precisar que a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)⁴⁷.

No exemplo que se segue, mesmo sem grande esforço teórico, podemos observar o *conhecimento* instaurado por circunstâncias históricas de exclusão e estigmatização dos negros e o efeito de reconhecimento que hoje opera sobre os atores da cena.

⁴⁶ ALTHUSSER, L. *Op. cit.*, p. 97.

⁴⁷ PÊCHEUX, M. *Op. cit.*, p. 163.

PM é acusada de matar por racismo

Dentista negro é confundido com assaltante e baleado em São Paulo

● SÃO PAULO. A morte do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana, de 28 anos, na madrugada do dia 3, envolveu a Polícia Militar de São Paulo em um escândalo de racismo e de tentativa de ocultar um assassinato. Flávio, que era negro, foi confundido com um ladrão e baleado por PMs na segunda-feira. Os cinco policiais que estavam na patrulha que abordou o dentista estão presos.

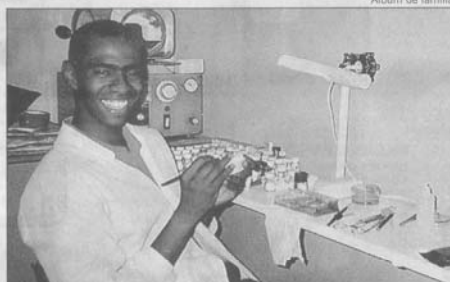
Um dos policiais confessou que botou no bolso do dentista a carteira do empresário Antônio Alves dos Anjos, de 36 anos, vítima do assalto que originou a ação. Um sexto policial foi preso por tentar fazer com que Antônio protegesse os colegas em seu depoimento à Polícia Civil.

Comandante foi à casa do pai do dentista

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Alberto Silveira Rodrigues, foi à casa do pai de Flávio, o cabo aposentado da PM Jonas Sant'Ana, de 50 anos, prestar solidariedade.

— Fui informá-lo de que a PM está preocupada em apontar os culpados e em buscar provas para esclarecer o caso. Além disso, lembrei que a maioria de nossos policiais é pessoa de bem e que ele é um exemplo disso, já que atuou 23 anos na PM — afirmou o oficial.

O crime ocorreu quando Flávio voltava do Aeroporto Internacional de Cumbica, em Guarulhos, onde deixara a ex-noiva, a editora de moda suíça Anita Jos, que embarcou para Nova York. Na Avenida Santos Dumont, o dentista foi apontado pelo empresário como suspeito



FLÁVIO: POLICIAIS que mataram o dentista já estão presos

Quase um indigente

Pai de dentista acusa IML de descaso

● SÃO PAULO. A família do dentista Flávio Ferreira Sant'Ana está indignada com o tratamento que teve no Instituto Médico-Legal (IML). O pai do rapaz, Jonas Sant'Ana, culpa o órgão por ele quase ser enterrado como indigente.

— Na madrugada de quinta-feira, perguntei ao funcionário do IML se havia algum corpo ali com as características do meu filho e ele disse que não. O Flávio já estava lá, sim — disse Jonas, informando que o corpo de seu filho esteve no Pronto-Socorro de Santana (Zona Norte da capital) na madrugada de terça-feira e foi encaminhado ao IML.

Em nota, a Secretaria da Segurança Pública explicou que a Superintendência da Polícia Técnico-Científica abriu procedimento administrativo para apurar a denúncia.

de ser o homem que o assaltara pouco antes. No boletim de ocorrência inicial, os PMs disseram que Flávio atirou contra eles três vezes e, no revide, foi baleado duas vezes no peito.

Ao ver Flávio baleado e agonizando, Antônio ficou em dúvida

e mudou seu depoimento na delegacia. A Corregedoria da PM trabalha com a hipótese de que, para encobrir o erro, os policiais puseram uma pistola com numeração raspada junto ao dentista e disseram que o suposto ladrão não fora identificado.

Album de família

A corregedoria investiga outros dois casos de resistência e morte, ambos em 1996, em que o tenente Carlos Alberto de Souza Santos, de 34 anos, participou. Ele comandava os quatro PMs do 5º Batalhão envolvidos na morte do dentista.

Além de Santos, os acusados da morte do dentista são o cabo Ricardo Arce Rivera, de 27 anos e os soldados Ivanildo Soares da Cruz, de 35, Deivis Júnior Lourenço e Luciano José Dias, ambos de 24. Os cinco tiveram a prisão temporária decretada por 30 dias e estão no presídio militar Romão Gomes.

O coronel afirmou ainda não poder tirar conclusões sobre o que ocorreu no local. Mas supõe que quando os PMs perceberam que haviam cometido um erro, tentaram encobrir as provas.

Flávio temia ser vítima de discriminação nos EUA

Pouco antes de ser assassinado, Flávio estava triste pelo fim do namoro com Anita. Segundo a amiga Tatiana Barreto, Anita queria que Flávio fosse trabalhar nos EUA, mas ele não queria. Osvaldo Maiello Júnior, de 26 anos, melhor amigo do rapaz, disse que Flávio não queria ser discriminado nos EUA:

— Ele dizia que, sendo negro e brasileiro, não conseguiria realizar o sonho de trabalhar lá.

Jonas disse que sempre pediu aos filhos para ter cuidado com as abordagens da PM:

— Sei como é o sistema. Tenho certeza de que se ele fosse branco não morreria. ■

Fonte: O Globo, 10 fev. 2004, p. 10.

Quadro 4: Racismo.

Não vamos ainda observar o recorte pelo aspecto da análise do discurso da imprensa, o que reservamos para apresentar na terceira parte do trabalho. Por enquanto, vamos nos ater apenas à observação de como a cena ilustra a noção de *efeito de reconhecimento* e oferece oportunidade de refletirmos sobre a categoria de *conhecimento*, um dos aspectos centrais de uma das vertentes teóricas que sustentam as proposições desta tese — a sociologia do conhecimento.

O acervo social do conhecimento se estrutura, segundo seus teóricos, a partir da acumulação contínua de experiências e tipificações que vão se tornando discretas à

medida que se afastam no tempo. O fato de se tornarem discretas não impede — muito pelo contrário — que voltem como elementos na realidade da vida cotidiana. Esta acumulação inclui o conhecimento de minha situação na sociedade e seus limites, localizando-me em relação ao outro. A interação na vida cotidiana é diretamente afetada pelo compartilhamento do acervo social de conhecimento comum.

A realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como “lidamos” com eles nos encontros face a face. Assim, apreendo o outro como “homem”, “europeu”, “comprador”, “tipo jovial” etc.⁴⁸

Podemos considerar essas tipificações como elementos pertinentes à lógica do efeito de reconhecimento, que atua a partir de evidências que acionam parcelas de conhecimento disponíveis sempre que os indivíduos são interpelados em sujeitos, explicitando, na ação, a ideologia que conformam. Aplicando-se a teoria ao exemplo, podemos ver claramente o consenso em torno da condição de desvantagem social do ser negro, mitigada pelas condições de exceção construídas no discurso jornalístico e que o elevam à condição de vítima credenciada à inclusão num universo dividido simbolicamente em potenciais vítimas e potenciais agressores. Vejamos:

1. *“Dentista negro é confundido com assaltante e baleado em São Paulo”*. A explicitação da profissão de nível superior e que autoriza ao seu titular o tratamento de “doutor” confere à ação dos policiais o caráter de ilegitimidade que provavelmente não teria se a vítima fosse apenas um negro. Lembrando que a naturalização dos processos é que lhes confere a oportunidade do retorno discreto à atualidade dos discursos, propomos aqui um desmembramento da significação deste subtítulo: embora negro, era dentista,

⁴⁸ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*, p. 49.

escapando, portanto, da classificação comum de suspeito a que todo negro se vê enquadrado.

2. “*Flávio, que era negro, foi confundido com um ladrão e baleado por PMs na segunda-feira*”. Como nunca houve, em qualquer dos relatos, a presença do verdadeiro autor do assalto, fica evidente que o homem negro não foi “confundido” com o assaltante, situação — a de “confundir com” — que supõe dois atores em cena; ele foi *identificado* como o assaltante, certamente a partir de uma tipificação e de um efeito de reconhecimento oferecidos pelo acervo de conhecimento consolidado na história e representados, na cena, pelos policiais.
3. Os policiais colocaram os documentos do comerciante assaltado no bolso da vítima. Se o jovem não fosse um dentista, provavelmente a farsa não teria sido descoberta. Seria apenas mais um assaltante (negro) morto em confronto com a polícia.
4. No *box*, ao centro da matéria principal, temos um relato que deixa claro o consenso em torno da condição de inferioridade e “indigência” com que os negros são normalmente rotulados. Neste caso específico, as provas são contundentes.
5. Observemos o título: “*PM é acusada de matar por racismo*”. O título é a parte do texto jornalístico que mais denuncia a presença do autor. Pelas regras da construção desse enunciado, temos que buscar a parte mais chamativa do assunto — o que também atende a determinadas regras, sendo, a mais comum delas, a atualidade — e traduzi-la, em poucas palavras, de forma a explicitar o mais proximamente possível os fatos narrados na

reportagem. A decisão sobre que aspectos do fato serão alçados ao principal da chamada está nas mãos de poucos elementos da equipe de redação, quais sejam o editor e o redator. O redator vai fazer o título que poderá ser aceito ou não pelo editor. O título dessa reportagem baseou-se no depoimento do pai da vítima, que está no último parágrafo da reportagem. Dar o título referindo-se a racismo foi uma decisão da editoria.

A análise que Adriano Duarte Rodrigues faz dos títulos de jornais é extremamente pertinente e pode ser aplicada ao exemplo que trouxemos:

Os títulos da imprensa, graças ao processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. Em virtude da sua diafaneidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver⁴⁹.

Agora vejamos a avaliação que o próprio jornal fez do título, na autocrítica diária que publica sobre a edição do dia anterior. A avaliação refere-se não somente a erros gramaticais, mas a inadequações discursivas. Neste caso, o jornalista responsável pela crítica viu no título da matéria uma inadequação de sentido. Vejamos a partir da quinta linha do texto da coluna *Autocrítica*, à esquerda:

⁴⁹ RODRIGUES, A. D. *Estratégias da comunicação*, p. 110.



Fonte: O Globo, 12 fev. 2004, p. 2.

Quadro 5: Autocrítica.

O jornalista que faz a crítica considera que o título atribuí à instituição Polícia Militar o crime que foi cometido por apenas alguns de seus membros – o crime de racismo; não o de homicídio. Na opinião dele, um erro. O título, de responsabilidade de um editor e de um redator, demonstra o quanto a visão individual do jornalista afeta o texto jornalístico. Neste caso, havia um consenso entre redator e editor. Ambos consideraram que a denúncia feita pelo pai da vítima — um cabo aposentado da mesma instituição – era suficientemente competente para respaldar o título. Mas poderia não ter havido consenso se o editor, por exemplo, fosse o jornalista que faz a crítica. Poderíamos ter algo como: *Policiais matam dentista por engano – rapaz de 28 anos foi confundido com assaltante*. O acontecimento estaria esvaziado de todo seu apelo ideológico. Seria mais um entre os muitos “enganos” cometidos pela polícia, sem evidenciar que esses enganos vitimam mais comumente os negros.

Com este exemplo, podemos perceber que, embora não explicita o sujeito da enunciação, o discurso jornalístico tem autoria, sujeita a uma espécie de polifonia de

primeira, segunda e terceira ordens: a primeira, aquela que atua sobre cada um dos indivíduos envolvidos no processo, no sentido que indica Bakhtin; a segunda, o cruzamento de outras diversas vozes com suas próprias constituições e polifonias na decisão do texto, em que pesa ainda a prevalência hierárquica; a última, a composição e localização do texto final posto em circulação no conjunto de textos das diversas editoriais. Podemos dizer que este trabalho de constituição do texto jornalístico assemelha-se à interpelação do indivíduo pela ideologia e, portanto, o constitui como sujeito no trabalho de construção do texto. Das diversas instâncias que selecionam o acontecimento (*gatekeepers*) em meio à concorrência dos diversos temas propostos por assessorias, agendas e acontecimentos factuais aos textos postos em circulação, podemos perceber a repetição de uma economia discursiva que atende:

(a) a uma hibridização da ordem logotécnica do jornalismo — suas regras, normas, aconselhamentos, interdições — e o *processo parafrásico* que mantém a memória em todo dizer. Os processos parafrásicos referem-se ao retorno discreto da memória no texto — a decisão da pauta é já o início da escritura do enunciado. Como diz Orlandi⁵⁰, “a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer”, operando diferentes formulações dos mesmos dizeres na memória sedimentada pelo esquecimento. Este o primeiro momento em que se forma a primeira dobra da constituição do sujeito múltiplo do discurso jornalístico;

(b) em um segundo movimento, a economia lingüística assujeita todo dizer ao limite do sistema gramatical — o sistema conforma o dizer da mesma forma que, em grau menor, as regras jornalísticas conformam o relato do acontecimento. No entanto, nem o sistema, nem a regra inviabilizam o processo de interlocução e de comunicação.

⁵⁰ *Op. cit.*, p. 36.

Ambos os códigos são comuns aos interlocutores nas duas circunstâncias e, como tal, sujeitos às mesmas normas de constituição. O texto jornalístico busca justamente a coloquialidade para engendrar essa aproximação com o interlocutor/leitor;

(c) quando o texto jornalístico se completa em meio aos diversos outros textos jornalísticos em uma mesma edição, os sujeitos construtores dos textos desaparecem da cena enunciativa, em um movimento de constituição de um sujeito simbólico e institucionalizado — a imprensa. O sujeito imprensa, ao se constituir, apaga o percurso de sua construção discursiva, adensando a opacidade que encobrirá os indivíduos participantes do processo para os constituir em *jornalistas* – sujeitos simbólicos, inseridos em um universo de valores próprio da instituição, e por isso diferenciados do contexto geral dos trabalhadores, onde a definição e pertencimento se evidenciam e constituem exclusivamente pela qualificação de caráter técnico.

O profissional a que aludimos não é aquele simplesmente autorizado por registro profissional para exercer a profissão, mas aquele que efetivamente atua nas redações e que, por isso mesmo, reveste-se de credenciais simbólicas que lhe tornam parte do “corpo” não como categoria profissional, mas do corpo institucional imprensa. E como tal, esse jornalista é construído e atualizado permanentemente no discurso que também tem como estratégia a reafirmação da imprensa como instituição no seio da sociedade. O lugar de fala da imprensa comporta o peso de uma historicidade que é atualizada permanentemente num discurso auto-referente. É um lugar de poder, não exatamente pela capacidade de fazer ver, mas pela de fazer crer.

O discurso informativo se caracteriza, como já vimos, por fazer saber. Mas também podem ter uma função de fazer crer, de persuadir. Por exemplo, nos artigos de opinião mediante diferentes estratégias argumentativas se pretende fazer crer na adequação de um determinado ponto de vista⁵¹.

Como no discurso da Ciência, o autor como sujeito do discurso está completamente ausente. Este apagamento que legitima um enunciado como “científico”, conferindo-lhe um estatuto de veracidade por ser a voz da Ciência, é da mesma ordem do apagamento que constrói a legitimação de um enunciado emitido pela imprensa. Com a diferença de que à Ciência cabe apenas enunciar “verdades”; à imprensa, também desmenti-las.

Nos embates mídia-ciência, não são os cientistas, mas os jornalistas que convencem da necessidade do uso ou aplicação de uma determinada técnica; assim como na publicidade seus artífices apóiam-se na ciência para vender produtos de “qualidade inquestionável”⁵².

Alsina descreve como *contratos pragmáticos fiduciários* essa relação comunicativa que os veículos têm com os destinatários, onde se estabelece o acordo implícito de que o jornal dirá sempre a verdade, supondo a contrapartida de credibilidade e confiança do leitor. Esse contrato é fruto da institucionalização da imprensa e da conseqüente legitimação do papel do jornalista. A empresa de comunicação que abriga a instituição imprensa vai se encarregar de reforçar e dar visibilidade a esse caráter institucional de onde emana seu principal valor — a credibilidade. E os jornalistas serão os principais artífices dessa ordem.

⁵¹ ALSINA, M. R. *Los modelos de la comunicación*. 2a. ed. Madri: Tecnos, 1995. p. 159.

⁵² BRAGA, William Dias. Ciência e mídia: a legitimação de um mito perigoso. *Revista da ECO*, Rio de Janeiro, v. 4 n. 1, p. 16, 1999.

1.2.4 – Imprensa e institucionalização – o discurso de auto-referenciação

Para a sociologia do conhecimento, toda atividade humana está sujeita ao hábito. As ações tornadas habituais precedem à institucionalização, em um processo de economia de procedimentos que acarretam ganhos psicológicos significativos para o indivíduo, fazendo estreitarem-se as opções na tomada de decisões. Qualquer ação freqüentemente repetida torna-se moldada em um padrão, que pode ser reproduzido sempre que dada situação semelhante se apresentar, com razoável economia de esforço para a ação que o indivíduo vier a empreender.

Um exemplo de institucionalização pode ser visto nas rotinas comportamentais das relações de parentesco — todos os membros do grupo sabem qual o seu lugar em relação aos outros e o dos outros em relação a si mesmo, partindo dessa premissa e de todas as prerrogativas nela contida as suas ações entre os membros e na sociedade que compartilha o mesmo modelo. O mundo institucional tem uma história que antecede o indivíduo e tem caráter de realidade histórica:

O processo de transmissão simplesmente reforça o sentido que os pais têm da realidade, quanto mais não seja porque, falando cruamente, ao dizer “É assim que estas coisas são feitas”, freqüentemente o próprio indivíduo acredita que é isso mesmo⁵³.

A crença generalizada de que determinadas situações são como são faz com que o indivíduo organize suas ações a partir desse acervo de conhecimentos. Ações cotidianas podem se tornar institucionalizadas, sempre que há uma tipificação compartilhada por todos os membros do grupo social, supondo que as ações habituais terão significado semelhante para todos. As tipificações dessas ações habituais são

⁵³ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 86.

acessíveis a todos os membros do grupo, assim como a instituição também tipifica os diversos atores individuais.

Jonas disse que sempre pediu aos filhos para ter cuidado com as abordagens da PM:
— Sei como é o sistema. Tenho certeza de que se ele fosse branco não morreria. ■

O recorte ao lado, retirado do último parágrafo da matéria sobre o assassinato do jovem negro que mostramos mais acima, é um exemplo típico de uma situação institucionalizada e não apenas pelos membros da corporação a que o pai de Jonas se refere com certa resignação, mas também pelos negros que “sabem como é o sistema”; pelos não negros que são facilmente “convencidos” da veracidade de ações que imputam crimes a indivíduos negros, e por aqueles que, certos de que todos sabem que “é assim mesmo”, fazem o que fizeram os policiais, tomando como garantida a possibilidade de aceitação fácil da versão forjada. Esse rápido exemplo demonstra que parte significativa da sociedade comporta-se em um discreto consenso sobre “ser assim mesmo” no que se refere a indivíduos negros. Mais ainda, que certos comportamentos são fruto de um processo de institucionalização de determinadas crenças, conceitos e ideologias, que são permanentemente atualizadas para além das gerações onde se originaram.

Luckman e Berger nos alertam para o fato de a objetividade do mundo institucional ser uma objetividade produzida e construída pelo homem, não adquirindo, apesar disso, um *status* ontológico separado da atividade humana que o produziu.

É importante acentuar que a relação entre o homem, o produtor e o mundo social, produto dele, é e permanece sendo uma relação dialética, isto é, o homem (evidentemente não o homem isolado, mas em coletividade) e seu mundo social atuam reciprocamente um sobre o outro. O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos de um processo dialético contínuo⁵⁴.

⁵⁴ *Op. cit.*, p. 87.

Os significados originais de instituições, como o exemplo da relação de parentesco referido anteriormente, são inacessíveis em termos de memória e necessitam ser reinterpretados em várias fórmulas legitimadoras, de modo a convencerem as próximas gerações. Para isso têm que contar com uma ordem institucional consistente que disponibilize um “manto de legitimações cognoscitivas e normativas” que serão apreendidas pelas novas gerações durante o processo de socialização na ordem institucional. O papel de cada membro do e no núcleo familiar, por exemplo, é reforçado por todo um sistema baseado em tradições judaico-cristãs, que tem entre suas estratégias mais contemporâneas a programação em calendário da homenagem aos personagens mais antigos do núcleo familiar. Se observarmos por essa ótica, vamos notar que apenas os mais velhos — pais, mães, avós e avôs — são reverenciados; os mais jovens, os filhos, reverenciam. A homenagem em 12 de outubro não é ao *filho* — palavra que indica o lugar que o indivíduo ocupa em relação ao pai e aos demais membros da família —, mas à criança que estará sendo recompensada por seu comportamento de filho, em uma permanente atualização da estrutura simbólica que a família representa. A tipificação indica não apenas seu lugar no grupo, mas o comportamento que se espera dele. O comércio, que institucionalizou o calendário, apenas se apropriou dessa lógica, da qual também é parte.

Algumas sociedades indígenas atribuem ao filho (menino) um lugar de destaque e deverá, por isso, ter diferentes procedimentos para a institucionalização da conduta e preservação da tradição. Luckmann e Berger reforçam a noção quando indicam que é mais provável que o indivíduo se desvie de programas estabelecidos para ele pelos outros do que de programas que ele mesmo ajudou a estabelecer. O conhecimento é adquirido, sem que o significado original lhe seja acessível em termos de memória.

Ora, se estamos tratando de um fato que teve sua interdição legal em 1888 — e a instituição da Lei tem peso relevante sobre as demais instituições —, como se estará atualizando a discriminação racial para que sistemas racistas persistam discreta ou ostensivamente, como transparece em situações como a que vitimou o jovem dentista negro?

Poderíamos elencar diversos outros exemplos de atitudes baseadas na discriminação racial, assim como poderíamos apontar diversos operadores que colaboram com a manutenção de sua ordem, a mídia em geral como um dos principais. As novelas de televisão são freqüentemente citadas como exemplos de demarcação da exclusão dos indivíduos negros na sociedade, quando os personifica em papéis subalternos. No entanto, trocá-los de lugar com os personagens não negros apenas resultaria em reproduzir uma condição que a sociedade não reconhece como verdadeira (e as pesquisas indicam que realmente não é), como ficou demonstrado no caso da publicidade do Banco do Brasil que reproduzimos na introdução deste trabalho. Cabe então a pergunta: os negros não estão lá, mas como a sociedade “conhece” que não estão, dando por certa essa premissa e pautando suas ações por esse conhecimento? Para além da novela, que é o discurso da ficção, acreditamos que a imprensa, que é o discurso da ordem da verdade, desempenha papel crucial neste processo. O teórico da comunicação português Adriano Duarte Rodrigues, mostra que a confiabilidade que se tem na imprensa é de caráter universal. Tanto lá como aqui, não há dúvida quanto à confiança da sociedade na imprensa. Rodrigues comenta:

(...) quando assistimos a um telejornal ou folheamos as páginas de um jornal partimos sempre do pressuposto de que o jornalista é digno de confiança e de que nos relata aquilo que efectivamente aconteceu, fazemos normalmente fé na credibilidade de sua palavra, confiamos na fiabilidade das imagens do acontecimento⁵⁵.

E quanto mais institucionalizada for a conduta, como no caso da imprensa, mais predizível e controlada.

As instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle. As tipificações recíprocas das ações são construídas no curso de uma história compartilhada. Não podem ser criadas instantaneamente. As instituições têm sempre uma história da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente a instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida⁵⁶.

A “autoria” do texto jornalístico, se podemos dizer assim, é confiada a um profissional investido das mais altas credenciais simbólicas pelo próprio sistema que o emprega. Uma das estratégias de legitimação da função da imprensa é a autocrítica que, ao mesmo tempo em que aponta fragilidades do trabalho jornalístico, enaltece a si mesma como essencial à defesa do cidadão e de uma sociedade democrática, reforçando a estratégia de auto-referenciação em uma permanente atualização da legitimidade de seu papel. O conceito de auto-referenciação é aqui referido conforme definição de Ana Paula Goulart Ribeiro:

Chamamos de lugares de *auto-referenciação* aos espaços nos quais o jornal tenta construir uma imagem de si próprio e através dela se legitimar, como, por exemplo, as campanhas publicitárias, os editoriais, as edições comemorativas etc.⁵⁷

Poderíamos enumerar diversos exemplos nos diversos veículos de comunicação, mas vamos trazer apenas um que de certa forma resume todos os outros, tirado do jornal que escolhemos para compor o *corpus* de nossa pesquisa. O jornal *O Globo*, em página

⁵⁵ RODRIGUES, A. D. *Estratégias da comunicação*, p. 106.

⁵⁶ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*, p. 79.

⁵⁷ RIBEIRO, A. P. G. *Mídia e história: ambigüidades e paradoxos*. Revista da ECO, publicação da Pós-graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, v.4, p.5-10, 1999.

reservada à Opinião, traz diversos temas, geralmente vinculados a alguma polêmica da atualidade, discutidos por pessoas consideradas autoridades no assunto em questão e que geralmente não têm vínculo com o jornal.

Essa “autoridade” se objetiva no crédito que vem ao pé do artigo, onde consta nome da pessoa que escreve e função, cargo, ou formação – professor, filósofo, advogado, jornalista etc. Alguns desses espaços são ocupados permanentemente por “convidados” com uma periodicidade fixa, o que faz com que possamos considerá-los como articulistas do jornal. É o caso do professor Carlos Alberto Di Franco, diretor de um curso de pós-graduação para jornalistas, que escreve regularmente para o jornal sobre ética na imprensa. Note-se que no último parágrafo do texto o autor identifica a imprensa quase que exclusivamente com o jornal impresso.

Conquistar leitores

CARLOS ALBERTO DI FRANCO

A mídia, afirma o jornalista francês François-Henri de Verieü, tornou-se "o fermento de toda a ação". De fato, outrora havia as relações face a face: eleitos-eleitores, governantes-governados. Atualmente, elas deram lugar a situações triangulares: governo-mídia-opinião pública.

Por isso, os meios de comunicação, particularmente os eletrônicos, fascinam e aprisionam as figuras públicas. Muitos sociólogos da comunicação tentaram mostrar o caráter parcialmente ilusório e mítico da suposta força irreprimível da "tela mágica". Mas, mito ou não, as lideranças políticas acreditam nela.

A isso se somam as pesquisas de opinião, que influem excessivamente no comportamento e na ação dos homens públicos, no que vão fazer ou dizer.

Os caciques da política nacional, dominados pela obsessão de um bom desempenho na mídia, só pensam no efeito imediato de suas declarações, no gesto que traz dividendos, no slogan que produz impacto eleitoral. Preocupam-se pouco, muito pouco, com o conteúdo e com os resultados efetivos que decorrerão de determinadas estratégias.

A prioridade ao instantâneo, a opção pelo show mediático, relega à segundo plano da reflexão a perspectiva de médio e longo prazo. Ao encantamento da imagem se acrescentam outras tendências que compõem o perfil médio do político brasileiro: a transferência de responsabilidades, o descompromisso com a verdade e o descaso com a coerência. Vêm à tona essas considerações a propósito da qualidade técnica e ética da cobertura da política brasileira.

Uma cobertura de qualidade é, antes de mais nada, um problema de foco. O desinteresse crescente do leitor pelas páginas de política está, estou certo, em relação direta com o excesso de aspas, a falta de apuração, a crise da reportagem e a substituição de matéria jornalística por transcrição rotineira de fitas.

De uns tempos para cá, o leitor passou a receber dossiês que, freqüentemente, não se sustentam em pé. Duram o que dura uma chuva de verão. Como chegam, vão embora. Curiosamente, quem os publica não se sente obrigado a dar nenhu-

ma satisfação ao cliente.

Dossiê deveria ser ponto de partida. Entre nós, virou matéria para publicação. Entramos na era do jornalismo sem jornalistas, nos tempos da reportagem sem repórteres. Ficamos, todos

(ou quase todos), fechados no nosso autismo, emparedados no ambiente rarefeito das redações. Enquanto esperamos o próximo dossiê, tratamos de reproduzir declarações entre aspas, de repercutir frases vazias de políticos experientes na arte de instrumentalizar a imprensa.

Com ingenuidade própria de um foca, repórteres e editores não se dão conta dos riscos de manipulação que ameaçam a cobertura de política. Por isso, é preciso e urgente revalorizar as clássicas perguntas que devem ser feitas a qualquer jornalista que cumpre uma pauta investigativa: *checou? Tem provas? A quem interessa essa informação?*

Trata-se de elementar cuidado no combate às tentativas de utilização da imprensa. Dossiês, mesmo quando carregados de indícios relevantes, são apenas pistas para uma adequada investigação. Não são, obviamente, matéria para edição. Nada, nada mesmo, substitui o dever da apuração.

É preciso, enfim, combater todas as manifestações do jornalismo declaratório e assumir, com clareza e didatismo (muitas de nossas matérias deixam o leitor aturdido e confuso), a agenda do cidadão. É preciso cobrir com qualidade as questões que influenciam o dia-a-dia do leitor. É importante fixar a atenção da cobertura não mais nos políticos e em suas estratégias de comunicação, mas nos problemas de que os cidadãos estão reclamando.

O papel da imprensa é ouvir as pessoas, conhecer suas queixas, identificar suas carências reais e cobrar soluções dos políticos. Não se pode permitir que as assessorias de imprensa dos homens públicos definam o que deve ou não ser coberto. O centro do debate tem de ser o cidadão, não mais o político, tampouco a imprensa. Só assim prestaremos serviço. Só assim conseguiremos que os leitores, seduzidos pelo ímã dos novos meios, percebam que o jornal continua sendo útil, importante, um parceiro insubstituível na travessia do seu dia-a-dia.

CARLOS ALBERTO DI FRANCO é diretor do Master em Jornalismo para Editores e professor de ética jornalística.

É preciso assumir
a agenda que
realmente
interessa ao
cidadão

A “imprensa” é referida diversas vezes como entidade que deve ser protegida dos males do mau jornalista, dos maus políticos, das tentativas de instrumentalização, conferindo ao bom jornalista o dever de defendê-la — “Trata-se do elementar cuidado no combate às tentativas de utilização da imprensa”. Essa “imprensa” é também identificada, no artigo, quase que exclusivamente com os jornais impressos, o que fica claro na seguinte frase, de crítica aos novos meios, como o jornalismo *online*: “Entramos na era do jornalismo sem jornalistas, no tempo das reportagens sem repórteres”. E que se confirma nas frases finais.

No último parágrafo, o autor aponta para o clássico papel de cão de guarda (*watch dog role*) que tem caracterizado a imprensa ibero-americana: “O papel da imprensa é ouvir as pessoas, conhecer suas queixas, identificar suas carências reais e cobrar solução dos políticos”. Mais adiante: “Só assim prestaremos serviço. Só assim conseguiremos que os leitores, seduzidos pelo ímã dos novos meios, percebam que o jornal continua sendo útil, importante, parceiro insubstituível na travessia do seu dia-a-dia”. O que começou como uma crítica à mídia e aos novos veículos, se desenvolveu como defesa da imprensa, terminando por enaltecer o papel do jornal impresso, identificando a função da imprensa não com a tarefa de informar, mas com a de defender quase que de forma tutelar o cidadão contra o poder público. Desta forma, justifica-se plenamente o título que aponta a intenção do artigo: “Conquistar leitores”.

O jornalista é também referido como um ser dotado de autonomia e capacidade superior, imune a pressões que constroem todo ser humano, ou ao menos deverá ser, desconhecendo a principal dessas pressões, à qual nenhum jornalista poderá resistir sem pagar o ônus — a pressão da empresa de comunicação, como declarou o jornalista Cláudio Abramo:

Às vezes me perguntam se sou censurado na Folha. Em minha coluna não sou, mas no resto fui censurado ultimamente, apesar de ter dirigido o jornal durante anos. Tudo bem, é uma empresa particular que não quer que certas coisas sejam ditas; é um direito dela. Ao longo de minha experiência de chefe de redação, deixei de publicar coisas dos outros. É um direito lícito do dono. Devo ter suprimido milhares de matérias ao longo de trinta anos. Não podia publicar, porque era contra a linha do jornal. Daí não existir liberdade de imprensa para o jornalista; ela existe apenas para o dono⁵⁸.

⁵⁸ ABRAMO, C. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 118.

PARTE 2 - CONSTRUÇÃO SOCIAL DA REALIDADE E DESTERRITORIALIZAÇÃO SIMBÓLICA DOS AFRO-DESCENDENTES

O território pode ser relativo tanto ao espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual o sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ela é o conjunto dos projetos e das representações nas quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos.
Félix Guatarri

A Constituição de 1988 define, em seu artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), os direitos territoriais dos remanescentes de quilombos. Mas o que são os quilombos, se pensarmos em termos de território e de pertencimento? O quilombo, segundo definição de José de Souza Martins em *O Cativo da Terra*, era o povoado ou aldeia escondida na mata onde moravam negros fugidos do cativeiro; ou ainda, como afirma Clóvis Moura em *Rebeliões nas Senzalas*, “a unidade básica de resistência do escravo. Pequeno ou grande, estável ou de vida precária, em qualquer região em que existia a escravidão, lá se encontrava ele como elemento de desgaste do regime servil.”⁵⁹

Moura nos informa ainda que os quilombos não eram circunscritos a determinadas áreas geográficas — destruídos dezenas de vezes, novamente surgiam em outros lugares, estabelecendo novos sistemas de defesa. Não eram territórios definidos geograficamente, mas se consolidaram como territórios simbólicos, caracterizando a luta contra a opressão, a violência e tudo o que significava a escravidão. A exceção mais

⁵⁹ MOURA, C. *Rebeliões da senzala* – quilombos, insurreições, guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 87.

notável foi o Quilombo dos Palmares, situado na serra da Barriga, atual município de União dos Palmares, em Alagoas, e que na época pertencia a Pernambuco.

O Quilombo dos Palmares constituía-se de 11 povoados distribuídos por uma extensão de 60 léguas e foi considerado por Rocha Pitta, um cronista da época, “como uma república rústica”, tal era a organização da comunidade comandada por Zumbi. Palmares resistiu aos ataques durante 100 anos, quando a 20 de novembro de 1695, Zumbi foi morto em uma investida brutal pelo bandeirante Domingos Jorge Velho.

A decisão constitucional abre, então, uma discussão em torno de conceitos tais como identidade e território, com vistas a definir quem são os remanescentes de quilombos e a quem deve se atribuir o direito definido no dispositivo legal. O termo quilombo adquire novos significados para adequar sua carga histórica ao contexto atual em que se torna necessário identificar, para dar aplicabilidade à lei, quem são os herdeiros legais das terras de quilombos. Os resultados de uma das pesquisas empreendidos nesta direção vêm circunscrever esse lugar simbólico onde os conceitos de *identidade e território* se entrecruzam e, ao mesmo tempo, se afastam e excluem.

(...) parentesco e território, juntos, constituem identidade, na medida em que os indivíduos estão estruturalmente localizados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior. Se, por um lado, temos território constituindo identidade de uma forma bastante estrutural, apoiado em estruturas de parentesco, podemos ver que território também constitui identidade de uma forma bastante fluída, levando em conta a concepção de F. Barth (1976) de flexibilidade dos grupos étnicos que, confrontado por uma situação histórica peculiar, realça determinados traços culturais que julga relevantes em tal ocasião. É o caso da identidade quilombola, construída a partir da necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas duas décadas⁶⁰.

⁶⁰ SCHIMITT, A.; TURATTI, M. C. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & sociedade*, ano V, n. 10, p. 4, 2002.1.

A segunda acepção de território na formação de identidade por si mesma nos remete a uma noção de subjetividade, ao indicar que “território também constitui identidade de uma maneira fluida”, relacionando a “identidade quilombola” à necessidade de lutar pela terra ao longo das últimas décadas, conforme propõem as pesquisadoras citadas. A emergência do ato constitucional leva à necessidade de definição objetiva não só de território, mas também de identidade, o que dá ensejo a diversas interpretações que pouco fazem além de tentar resolver a questão da lei e, com isso circunscrever de maneira reducionista uma história densa e de lutas onde o território parece ter sido a última das reivindicações.

Ao demarcar territórios como política fundamental para a preservação da história e da cultura dos afro-descendentes como participantes do processo civilizatório nacional, o estado não está reconstruindo ou preservando a história dos afro-descendentes, mas circunscrevendo o lugar da história dos afro-descendentes dentro da história oficial e da cultura hegemônica, onde a posição destes atores sociais estará sempre atrelada a uma condição subalterna. Um território *construído* pelo Estado, onde o conceito de identidade não encontra mais seus elementos constitutivos e autênticos.

Stuart Hall considera que a identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir do nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos sermos vistos por *outros*, e que a busca da identidade é um movimento permanente:

Psicanaliticamente, nós continuamos buscando a “identidade” e construindo biografias que tecem as diferentes partes de nossos eus divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasiado da plenitude⁶¹.

⁶¹ HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4a. ed. Rio de Janeiro: DP 7& A, 2000. p. 38-39.

No entanto, para Mendes, as referências essencialistas e ontologizantes constituem recursos identitários fundamentais, onde a idéia de território pode ser recuperada metaforicamente como a *casa*:

As pessoas não têm dificuldade em essencializar, e procuram, quase sempre, ancorar as suas identificações em identidades fixas, essencialistas, naturais, genéticas e históricas. A certeza do que são passa pela inscrição precisa e delimitada em espaços e lugares concretos, pela criação discursiva e pragmática de fronteiras, limites e divisões. A aceitação, a avaliação, dos outros, dependendo da experiência pessoal de descentramento, ou não, das posições político-ideológicas, verbaliza-se, institucionaliza-se e simboliza-se em espaços e lugares considerados pertinentes, porque percorridos por correntes e marcas de emoção, devoção, amor e ódio. Os acontecimentos epifânicos pessoais são os principais reveladores dessas marcas identitárias inscritas no espaço. As suas identificações pessoais e sociais estão continuamente procurando a estabilização mesmo que provisória, em identidades⁶².

Se a questão identitária é de ordem subjetiva, como propõe Hall, mas ancorada em questões objetivas, como sugere Mendes, consideramos que noção de território assume características negativas se pensarmos nas populações negras que construíram suas histórias e descendência no Brasil. A idéia de Brasil como território não poderá ser descolada da de escravidão. A África ressurge, então, como um território carregado de simbolismo no sentido ontogenético de identidade, onde a idéia de superioridade e realeza dignifica a condição dos descendentes de escravos. A denominação “afro-descendente” acaba funcionando como uma espécie de ressemantização da história dos negros no Brasil. Partimos, então, do pressuposto de que, ao contrário da possibilidade de construção de um território/identidade a partir da demarcação de terras históricas onde existiram quilombos, o que temos é uma desterritorialização simbólica que foi sendo tecida à medida em que se agigantava o fosso que separava – e em certa medida ainda separa – as populações afro-descendentes das oportunidades e da cidadania a que

⁶² MENDES, J. M. O. O desafio das identidades. *Apud* SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 532.

“foram chamados” com a abolição da escravidão. As marcas cotidianas desta desconstrução de identidade são registradas e atualizadas permanentemente pela imprensa, que vai, simultaneamente, construindo uma marca de identificação que caracterizará, em uma dimensão mais ampla, a discriminação negativa de uma raça. Os conceitos e significados se atualizam por diversos meios, sendo a imprensa aquele que, além de enunciar, justifica e legitima o que enuncia.

O projeto de “cidadania brasileira” foi pela primeira vez definido quando da emancipação política do país, em 1822. Com a outorga da Constituição do Império, em 1824, todos os homens são considerados livres e iguais, como convinha a uma nação moderna no mundo ocidental. Apontado como uma distorção típica do processo de emancipação política do Brasil, “que teria sido feito sob a égide do Príncipe português e sob o controle dos proprietários de escravos” o sistema escravagista se estendeu ainda ao longo de 68 anos, com o reconhecimento constitucional ao direito de propriedade do qual o escravo era o objeto. Naquela época, havia no país uma das maiores populações escravas das Américas e a maior população de afro-descendentes livres do continente.

Nesse contexto, a manutenção da escravidão se tornaria o principal limite do pensamento liberal no Brasil, na chamada geração da independência. Em algumas interpretações mais radicais, o liberalismo no Brasil monárquico seria considerado até mesmo como uma simples importação artificial de idéias européias que, para além da defesa do livre comércio, pouco se adequavam à realidade brasileira⁶³.

Em termos práticos, a noção de cidadania foi definida pela primeira vez no processo de independência dos Estados Unidos, na esteira das revoluções liberais. A Declaração de Independência daquele país indicava que todos os homens nasciam livres e iguais e tinham direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Embora a liberdade

⁶³ MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p. 8.

e os direitos oficializados na declaração não vigorassem na prática, a explicitação deles estimulou a busca desses direitos, através até mesmo de petições de escravos respaldadas no documento, propiciando o processo da abolição. A força elocucionária do enunciado pode não ter corrigido a disparidade entre a realidade e a lei, mas respaldou o movimento pela mudança. Na Constituição do Brasil, o escravo ainda era definido como propriedade.

Em 16 de maio de 1888, o ministro da Agricultura Rodrigo Augusto da Silva, sob cuja pasta estava até então a responsabilidade sobre o trabalho escravo, envia um ofício a todos os presidentes de província para comunicar as novas diretrizes a partir da Lei Áurea. O despacho foi publicado nos jornais da época, entre eles a *Gazeta de Notícias*, onde se pode ler uma das raras referências ao ex-escravo como homem e a seu devir como cidadão.

No entanto, analisando-se atentamente o enunciado “espera o governo Imperial que recém-libertos se mostrem dignos da condição de cidadãos a que acabam de ser chamados”, perceberemos que a mudança de *status* não é reconhecida pela autoridade: o indivíduo que antes era escravo passa à categoria de “recém-liberto”; “se mostrem dignos da condição de cidadão” também tem como contraparte a exclusão do indivíduo deste *status*, indicando que devem se mostrar dignos de pertencer a uma categoria que é prerrogativa de outros, a que eles não pertencem e à qual terão que se adequar, aderindo às regras feitas por e para os outros.

No entanto, há uma perspectiva de avanço na condição simbólica do negro implícita na palavra “homem”, empregada com o significado de humano, condição antes negada tanto por senhores de escravos e grande parte da sociedade. Mas está instalada também aí, na palavra “homem”, a condição de igualdade de condição que

estabelece o princípio da luta pela conquista de um território simbólico, por parte dos negros, e a manutenção e preservação da hegemonia sobre esse espaço, pelos não negros.

(...) Convém que V. EX. faça sentir tudo isto à população, cujo o governo lhe está confiado. Outrossim, declara V. ex. que, pelo uso útil da liberdade, espera o governo Imperial que recém-libertos se mostrem dignos da condição de cidadãos a que acabam de ser chamados. Dirá V. Ex. que a liberdade, a troca dos direitos que confere, impõem deveres necessários à boa ordem social e que a melhor de todas as applicações, que o homem agora livre pode fazer da condição nova, é o emprego da sua actividade, legitimamente retribuída — ou directamente pelo trabalho em si mesmo, ou por meio de accordos livremente celebrados. Convertida à dignidade da pátria, a terra já não representa para elle o trabalho forçado e gratuito, mas o beneficio comum.(...)

*Rodrigo Augusto da Silva
Ministro da Agricultura
16 de Maio de 1888*

Fonte: Gazeta de Notícias, ano XIV n. 137, p. 01.

Uma de nossas reflexões referem-se a como se dá a institucionalização de processos que reafirmam posições ideológicas e como, na imprensa, foi-se construindo uma ordem de exclusão dos negros do projeto de sociedade pós-abolição. O instrumental teórico que nos orienta nesta etapa é a sociologia do conhecimento, da qual também se valem os estudos críticos da linguagem.

2.1 – Jornalismo e construção social da realidade – a sociologia do conhecimento

Nesta segunda parte, pretendemos articular os conceitos da sociologia do conhecimento com as proposições elaboradas a partir das reflexões sobre as “condições de produção” jornalísticas. O conceito “condição de produção” é uma das categorias da análise do discurso e refere-se não apenas à fase inicial do processo, mas à produção, circulação e consumo dos sentidos articulados nos textos jornalísticos.

O objetivo desta abordagem reforça nossa intenção de compreender o papel do trabalho da mídia jornalística na construção de idéias e crenças socialmente compartilhadas e como essas ideologias são estabelecidas como realidade.

A Sociologia do Conhecimento teve sua gênese nas formulações filosóficas de Max Scheler, na década de 1920, na Alemanha. Mas o interesse de Scheler pelo tema tinha como finalidade transcender as dificuldades levantadas pelo relativismo de situações histórica e socialmente localizadas, de forma que pudesse prosseguir em suas investigações filosóficas.

Neste quadro intencionalmente (e inevitavelmente modesto), Scheler analisou com abundantes detalhes a maneira em que o conhecimento humano é ordenado pela sociedade. Acentuou que o conhecimento humano é dado na sociedade como um a priori à experiência individual, fornecendo a esta sua ordem de significação⁶⁴.

No entanto, a formulação de Karl Mannheim é que faria com que a Sociologia do Conhecimento fosse transposta para um contexto de estudos propriamente sociológico. Para Mannheim, a sociedade era vista determinando não somente a aparência, mas também o conteúdo da ideação humana. Mas entre Scheler e Mannheim, vários teóricos dedicaram-se ao desenvolvimento de aspectos da nova teoria, inclusive os de orientação positivista. Ao traçar um breve resumo da história da teoria, Mannheim chama atenção para o fato de que a Sociologia do Conhecimento realmente ganha destaque a partir de Marx, embora em seu trabalho a disciplina se mostre ainda mesclada às considerações sobre a validade das ideologias, das quais as classes sociais seriam o suporte.

Fora da Europa, o mais importante sociólogo que tratou da Sociologia do Conhecimento foi o americano Robert Merton, dedicando dois capítulos de sua obra

⁶⁴ LUCKMAN, T.; BERGER, P. L. *A construção social da realidade*, p. 20.

principal ao tema. Em *Social Theory and Social Structure*, Merton traça um paralelo entre a Sociologia do Conhecimento (*Wissenssoziologie*) e a *Mass Communication Research*. Entre os pontos comuns, Merton relaciona a definição do problema, a concepção de dados, a utilização de técnicas de pesquisa e a organização social de suas atividades de pesquisa.

No entanto, a variante europeia dedica-se a encontrar as raízes sociais do conhecimento, pesquisando as maneiras como conhecimento e pensamento são afetados pela estrutura social do entorno. O foco principal de investigação está nos sistemas complexos de conhecimento que são transformados na subsequente passagem para a cultura popular. Merton faz uma clara distinção ao indicar que a pesquisa europeia refere-se ao *conhecimento*, enquanto que a americana refere-se à *informação*.

A origem mais palpável da *mass communication research* remonta à obra de H. D. Lasswell, publicada em 1927, com o título *Propaganda Techniques in the World War*. Esse tipo de pesquisa foi fruto da difusão em larga escala das comunicações de massa e representou a primeira reação que esta explosão da comunicação massiva viria provocar em estudiosos de proveniências diversas. Tratava-se de uma abordagem global dos *mass media*, indiferente à diversidade existente entre os vários meios de comunicação⁶⁵.

A abordagem que estamos propondo em nossa pesquisa perpassa as duas competências, já que estamos analisando a pertinência da mídia jornalística na sociedade e, indo mais além, tentando inferir o que a duração deste trabalho no tempo terá significado na construção da realidade racial, através de algumas das categorias da sociologia do conhecimento. Munidos desta compreensão, tentaremos compreender os efeitos que este trabalho da imprensa pode ter acrescentado ao perfil da sociedade em seu aspecto de convivência entre negros e não negros. Para isso, trabalharemos principalmente dois dos conceitos da teoria: *institucionalização e legitimação*.

⁶⁵ SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hacker, 2001. p. 32.

As instituições têm sempre uma história, da qual são produtos. É impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições, também, pelo simples fato de existirem, controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção em oposição às muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis⁶⁶.

A imprensa é hoje uma instituição, tida mesmo como uma das instituições de maior credibilidade, ao lado de outros setores da vida nacional, como o governo federal, Igreja e Justiça. Esse trabalho de “institucionalização” veio sendo construído ao longo da inserção política da própria imprensa nos cenários mundiais, de seu posicionamento em relação a grandes debates sociais e, principalmente, a partir de um discurso permanente de autolegitimação, o que veremos no decorrer de nossa exposição.

O termo *legitimação* deriva da sociologia política de Weber e tem contornos ampliados na sociologia do conhecimento, onde diz respeito às origens dos universos simbólicos, validando seus significados objetivos e enfrentando a contínua necessidade de manutenção da ordem social. A legitimação ‘explica’ a ordem institucional, dando dignidade normativa a seus imperativos práticos e outorgando validade cognoscitiva a seus significados objetivados. Sendo a vida cotidiana pontuada por esquemas tipificadores em termos dos quais “os outros” são apreendidos, poderíamos deduzir que a forma como os indivíduos negros vieram sendo referidos ao longo das décadas pelos jornais e, principalmente, pela mídia radiofônica, consolidou esquemas tipificadores que ainda hoje fazem com que negros sejam estigmatizados. Evidentemente, não foi apenas o trabalho da imprensa que teceu essa realidade, mas de todos os discursos que circulam na sociedade, como já dissemos, o da imprensa é o que tem maior destaque, por ser legitimado como fonte das enunciações de verdade.

⁶⁶ LUCKMAN, T; BERGER, P. L. *A construção social da realidade*, p. 69.

A efetiva dimensão que a circulação dos discursos da imprensa têm ou possam ter tido na conformação desse componente ideológico da sociedade seriam um importante tema para um estudo abrangente de recepção. Nossa proposta é também indicar a pertinência de uma abordagem desse tipo, que não poderia ser contemplada nesse trabalho. No entanto, podemos perceber claramente que há uma reincidência de determinadas tipificações sobre o negro que coincidem com referências históricas que a imprensa sempre realçou e o comportamento que hoje a própria imprensa denuncia como racistas. Podemos ver isso explicitamente na reportagem que reproduzimos na primeira parte.

Schwarcz, em trabalho que mostra como os jornais do século XIX retratavam os indivíduos negros, conta que uma polêmica que polarizou a opinião de diversos jornais foi a instituição da Guarda Negra, uma organização criada após a abolição sob inspiração de José do Patrocínio e que tinha como finalidade homenagear a princesa Isabel e a monarquia que os havia emancipado. Um trecho de artigo que se refere a uma das reuniões da Guarda Negra diz:

Em Campinas se reuniram mais de 200 libertos (...) Presidiu a reunião Alberto de Souza Aranha que foi escravo do Barão de Itapeva. Esse cidadão deu a palavra a Francisco de Andrade, também liberto, que leu o seguinte: (...) [grifos nossos]⁶⁷.

Os jornais de certa forma espelhavam uma resistência de si mesmos e da sociedade à inclusão dos negros na cena social que dominavam. A linguagem reflete a ideologia, e, ao tratar os “cidadãos” — posto que o eram por lei — como “libertos” e o “que foi escravo”, realiza-se uma tipificação que vai ao longo do tempo caracterizar a relação entre negros e não negros na sociedade. Os jornais massificam essa tipificação

⁶⁷ SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 241.

fazendo recair sobre o negro o estigma da inferioridade racial, do cativo, da selvageria, demarcando para eles um lugar à margem na sociedade onde, como libertos, estavam apenas formalmente inseridos. A tipificação é uma categoria da sociologia do conhecimento que veremos mais adiante.

Certamente ainda está recente na memória de pessoas com mais de 40 anos a forma como os jornais se referiam aos negros, geralmente noticiados nas páginas dedicadas aos crimes e assuntos policiais — exatamente como na maior parte do século XIX — e mesmo nas páginas de esporte e nas dedicadas à cultura como inferiores, marginais. Mesmo nas poucas referências das editoriais de Esporte e Cultura o negro era citado de forma geralmente depreciativa às suas características raciais, mesmo quando o assunto lhe era favorável. Mais bem referidos nos cadernos de cultura, era admitido muitas vezes com a ressalva de ser “um negro de alma branca”.

Se por um lado os primeiros cadernos, parte nobre das edições, relegaram-no ao pior do noticiário, reafirmando e consolidando a exclusão, os cadernos de cultura colaboraram para a construção de um território simbólico de inserção — a porta por onde, apesar do tratamento quase sempre de coloração pejorativa, o negro adentra alguns espaços da sociedade, imiscuindo-se no pretendido projeto de uma identidade brasileira pelo seu lugar mais glamouroso e liberal e construindo para si um território virtual em uma pátria inventada a cada ato de cada um de seus artistas.

A cultura brasileira, sempre em busca de um signo da unidade, uma imagem para mostrar ao estrangeiro, acabou tendo nas manifestações negras nacionais a definição deste signo. O Zé-povo das caricaturas contemporâneas de Lan é invariavelmente negro. Se o Jeca foi símbolo do Brasil rural na caricatura e na literatura humorística das primeiras décadas do século, foi a imagem do Brasil urbano que o substituiu. E a representação do Brasil moderno é ainda o Rio de Janeiro, cidade do samba e do futebol, espaços de afirmação cultural do negro brasileiro⁶⁸.

Um território simbólico que não encontra correspondência na realidade da vida cotidiana da maioria dos descendentes de escravos, conforme denunciam tantas pesquisas.

2.1.1 – Imprensa e racismo – reprodução da ideologia da elite hegemônica

A realidade da vida cotidiana é admitida pela sociologia do conhecimento como sendo a realidade — um mundo intersubjetivo do qual participam todos os indivíduos, a partir de uma economia de procedimentos que faz com que a atitude natural de um indivíduo corresponda à atitude natural dos outros. Esta realidade compartilhada é uma facticidade evidente e compulsória que se impõe como real. Para existir nesse universo da vida cotidiana é preciso estar em interação permanente com os outros, estabelecendo uma contínua correspondência entre os significados partilhados neste mundo. Esse movimento, uma descrição mais facilmente observável nas relações interpessoais, se amplia de acordo com essa mesma ordem para os grupos e para a sociedade em geral. Esse movimento ampliado é dependente de uma forma “mais remota” de interação, para a manutenção do compartilhamento e da interlocução entre indivíduos e indivíduos, indivíduos e instituições, etc.

Nos estudos da comunicação, essa forma mais remota a que se refere a sociologia do conhecimento está concentrada, na atualidade, nos meios de comunicação,

⁶⁸ LUSTOSA, I. *As trapaças da sorte* – ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 286.

notadamente a imprensa, que fazem a mediação do conhecimento do mundo com suas infinitas informações dispersas para sociedades cada vez mais dependentes de informação. Berger e Luckman afirmam que a realidade cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos, sendo estabelecidos os modos como se dará a interação.

A realidade social da vida cotidiana é portanto apreendida num contínuo de tipificações que vão se tornando progressivamente anônimas à medida que se distanciam do “aqui e agora” da situação face a face. (...) A estrutura social é uma soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas⁶⁹.

O anonimato dessas tipificações não impede que as identifiquemos como elementos da realidade da vida cotidiana, porque se evidenciam através da linguagem e outras semioses sociais, tendo permanente atualização pelos seus veículos de mediação, que podemos arrolar sob a denominação de aparelhos ideológicos de estado, como em Althusser. A linguagem constrói sistematizações que classificam os indivíduos em sua relação com a sociedade em que vive, quanto ao gênero, status social, etc. A linguagem constrói também tipificações que vão indicar o lugar que determinado indivíduo ocupa na sociedade e como ele é visto pelos grupos que detém a hegemonia da ordem discursivo-social. Podemos tomar como exemplo de tipificação desta ordem um lugar-comum na imprensa brasileira — o de iluminar a presença de indivíduos negros em qualquer ramo de atividade de destaque onde raramente aparecem.

São inúmeros os exemplos como o do jornal *Última Hora*, na edição de 21 de março de 1960, que anuncia sem constrangimentos a “diferença” e a necessidade de se ter “coragem” para apresentar, no tradicional concurso, uma candidata “mulata” — “a

⁶⁹ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 52.

primeira rainha mulata no concurso Miss Brasil”, Dirce Machado, do Clube Renascença:

Pela 1ª. vez, rainha mulata no concurso de “Miss Brasil”

Até o ano passado, a ‘Miss Distrito Federal’ era um aglomerado de louras e morenas. Acontece que nem só de louras e morenas vive o brasileiro. Existe a mulata, esculpida pela luz que cai do prodigioso céu carioca. Faltava, portanto, na passarela do Maracanãzinho, o detalhe importantíssimo da mulata. A verdade é que, duas ou três vezes, pensaram no assunto. Mas que clube, entre tantos, teria a coragem de apresentar uma candidata de pele mais tostada? Eis que surge, este ano, o Renascença do Méier. É um clube diferente, que reúne na sua maioria, gente de cor. Pois bem: cabe ao Renascença o privilégio de driblar a rotina do concurso “Miss Distrito Federal”. Sua candidata atende pelo nome de Dirce Machado e pode ser considerada como a ‘flor morena do Méier’.

Fonte: Última Hora, Rio de Janeiro, ano IX, n. 2892, p. 1, 21 mar. 1960.

Saltando quatro décadas, ainda somos informados que Heraldo Pereira é o primeiro negro a sentar na bancada o Jornal Nacional, da TV Globo; que Condolezza Rice é a primeira negra (e mulher) a assumir a importante pasta de Secretária de Estado nos Estados Unidos, entre tantos outros exemplos, como o que ilustramos abaixo dando conta de que Wangari Maathai “tornou-se ontem a primeira mulher africana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz”. O lugar eternamente inaugural — assim classificado e difundido pela imprensa — dos negros no cenário hegemônico dos brancos é uma forma de tipificação que tem como contraparte discursiva a exceção, o não lugar, o incomum. Dizer que um negro está pela primeira vez adentrando um lugar é o equivalente de afirmar que ali não é seu lugar e que ele se constitui uma exceção.

A estrutura social é a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas. Assim sendo, a estrutura social é um elemento essencial da realidade da vida cotidiana⁷⁰.

⁷⁰ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 52.

2.1.2 – Desterritorialização social e discursiva – a notícia da abolição

O discurso do estranhamento vem se construindo ao longo de anos e décadas nas páginas dos jornais. A marca do não-lugar fica patente no relato das reportagens logo após a abolição, quando as comemorações tomavam conta das ruas como um grande carnaval. Era a festa política que exaltava personagens que lutaram para remover o grande entrave ao projeto de construção do Estado e da cidadania brasileiros, nos quais os negros não estavam incluídos.

No extenso artigo de 14 de maio de 1888, publicado no *Jornal do Comércio*, podemos verificar esse apagamento, onde o negro é referido apenas três vezes: duas como “escravo” e uma como “indivíduo”. As lacunas devem-se a trechos ilegíveis no arquivo original e a supressões de trechos desnecessários ao que tratamos:

A Extinção do Captiveiro

Houve escravidão no Brazil. Houve também no seio de grandes nações e de povos generosos. A humanidade percebeu muito debaixo d'essa forma de opressão que pelo concurso de circunstâncias às quaes a história fará justiça, pode durar até agora aos traves dos sucessivos extraordinários que, em todas as espheras da actividade, enchem e illustrão o nosso século. A hora da liberdade para todos não tinha soado para o nosso Brazil. No firmamento das nossas instituições livre negrejava formidável mancha, que lhes offerecia contraste repugnante. Não tínhamos podido pagar grande dívida à dignidade humana ultrajada. Fomos (...) a fazer perdurar a violência. A escravidão houve de durar até hontem. Até hontem (...) contar-se em vasta região banhada pelo (...) civilização de 6.000 escravos. Quis o destino que (...) coubesse o spanágio triste de comparecermos (...) último ao convívio do mundo culto com a consciência limpa e satisfeita de haver dado à (...) dignidade , a reparação que lhe devíamos. (...), porém, a instante supremo. O Brazil não possui escravos. Quando estas linhas que(...) lançando com a mais viva das commoções, (...) debaixo dos olhos dos nossos leitores poderemos, nós e elles, encarar a escravidão, como reminiscência dolorosa, facto relegado para o domínio da história, que será bastantemente imparcial, na serenidade de seu juízo, para recompensar-nos o esforço ingente com que, há tanto tempo, preparamos o advento do extraordinário successo.

(Cont.)

(Cont.)

O Brazil tem razão para (...) com a sua obra, há apenas um anno (...) o captiveiro era representado por 723.000 indivíduos que povoavam cidades, fecundavam campos e quase irmanavam conosco em todos os (...) do trabalho rural e fabril. Não era, (...) uma colônia, não era de possessão longínqua que tínhamos de extirpar a escravidão, mas do seio da pátria, de entre nós mesmos, do interior de nossas casas, do organismo de nossas indústrias, tínhamos de fazê-lo, não a título de represália, (...) sugestões de ódio contra nenhuma classe, não (...) entre convulsões de interesse offendido, mas ao (...) de paz profunda, por effeito do geral conagraçamento pela confraternização e pela harmonia (...) estamos testemunhando, como obra de humanidade ao mesmo tempo, que de sabedoria prática, de previsão econômica e de robusta confiança na vitalidade nacional.

A grande obra está consummada; a escravidão desapareceu do mundo civilizado. Congratulamo-nos com o Brazil por este extraordinário feito, que será certamente início de nova era para os nossos créditos de povos civilizado, para a organização definitiva do trabalho nacional, para a prosperidade, (...) e estável d'esta pátria, que é fadada à grandes destinos porque é capaz de actos tão grandes quanto o de hontem.

Não haverá Brasileiro que não sinta (...) vigorosamente o coração ante acontecimento de tamanha magnitude. Está escripta a mais bella página da vida nacional. A geração actual (...) para honra da pátria monumento imperecível. (...) eloquente da lei de 13 de Maio de 1888. Não invocaremos nomes sem relembrarmos esforços. A história fará justiça aos (...) mortos e vivos, aos batalhadores que assistem e aos que não puderam assistir ao seu triumpho. Por um nome que saudássemos, teríamos forçosamente de omittir numerosos outros aos quaes caberia perfeito direito de reivindicação. Digamos antes, porque tal é a verdade, que para esta admirável obra cooperou todo o Brazil. Ella não (...) sua longa elaboração senão resistências pacíficas à sombra das leis, à face da nação inteira, e (...) de motivos novos e apheensões patrióticas. Desde muito as nossas leis encaminhão-se e convocão para a solução que applaudimos. Todos desejamos a oportunidade; todos fazíamos votos para que ella chegasse; a divergência, toda a divergência versou unicamente sobre a apreciação das circunstâncias que a alguns se afiguravam menos propícias do que a outros. Nos últimos mezes a opinião mostrou tão confiante que seria quase o desacerto de não ir ao encontro da vontade nacional. O triumpho foi realmente de toda a nação.

Possão realizar-se as mais brilhantes esperanças. Possão os factos corresponder, sem nenhuma excepção, às mais gratas previsões. Possa o Brazil agora verdadeiramente livre, prosperar e engrandecer-se. Seja cada Brasileiro, na órbita de sua actividade, obreiro laborioso da reconstrução das forças nacionaes. Esforcemo-nos todos para que a extinção do captiveiro nos proporcione dias apenas agitados pelo rumor suave e harmonioso do trabalho livre, a forma perfeita, estável e definitiva do trabalho humano.

Fonte: Jornal do Commercio, ano 66, n. 185, p. 1, 14 maio 1888.

A tipificação do negro que até este momento é ainda a de “escravo” será perpetrada pela imprensa nos anos que se seguirão. Com a nova condição e as antigas conceituações, tem início a construção da nova identidade brasileira pontuada por tipificações que vão marcar a exclusão dos ex-escravos do processo de cidadania que se pretendia para o Brasil do futuro.

2.1.3 – A imprensa como acervo social do conhecimento

Gislene Santos comenta, em obra que traça o percurso das idéias que difundiram e naturalizaram o conceito de inferioridade da raça negra:

A preocupação com a nova ordem, a República, que vem substituir o Império decadente, colocava uma nova questão: que tipo de cidadão queremos para formar esta nova nação agora livre. Obviamente, não os escravos, pois a abolição já havia se efetuado, mas e os negros? Quais seriam as contribuições dos cidadãos negros à República? O recurso à imigração evidencia o papel destinado aos negros na nova ordem⁷¹.

Neste momento em que se pensava a construção de uma nova ordem, intensificava-se o debate sobre o lugar que os negros teriam na configuração do povo brasileiro. Destaca-se, à época, a escola racista que buscava fundamentar os argumentos de inferioridade da raça negra, cujo principal expoente era o professor de medicina e antropólogo autodidata Raimundo Nina Rodrigues, que apoiava o projeto de estímulo à imigração de europeus como uma forma de evitar o “perigo de enegrecimento” do povo brasileiro; para ele não havia igualdade entre as raças e a presença do negro como cidadão atrasava o desenvolvimento do país. Em que pese o pioneirismo no estudo da presença africana no Brasil pelo que é comemorado, Nina Rodrigues considerava que “por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços a nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores de nossa inferioridade como povo”. A referência consta do livro póstumo *Os africanos no Brasil*, de 1933, e foi publicada primeiramente em artigo no *Jornal do Comércio*, em 1900. As teses inspiradas no positivismo e no determinismo científico não ficaram restritas ao ambiente acadêmico. O jornalista

⁷¹ SANTOS, G.A. *A invenção do ser negro* – um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros, p. 129.

Euclides da Cunha, que desde 1889 assinava artigos como colaborador no jornal *Província de São Paulo* sob pseudônimo de Proudhon, participava desse pensamento e defendia em seus textos a idéia de riscos da mestiçagem:

A mistura de raças mui diversas é na maioria dos casos prejudicial (...). A mestiçagem extremada é um retrocesso, de sorte que o mestiço é quase sempre um desequilibrado⁷².

Os jornais da época, como relata Schwarcz, representavam o indivíduo negro como libidinoso, violento, imoral, distante dos padrões de comportamento da jovem República, argumentação entretecida pelos conceitos “científicos” relacionados às características raciais. Ao mesmo tempo, os jornais tiveram importante participação na difusão de normas e valores considerados “civilizados”, consolidando a idéia dominante de que o negro era indesejável. Esse processo de construção da exclusão discursiva do indivíduo negro do projeto de cidadania que se pretendia para o Brasil é reforçado pelo movimento maciço de entrada dos imigrantes europeus. A mão de obra negra e asiática era indesejável. Os grandes jornais participavam dessa política, publicando matérias sobre a África que retratavam apenas os aspectos mais negativos da conjuntura local, ao invés de dar informações sobre uma terra exótica e distante. Essa prática discursiva se preservou e se naturalizou dentro das pautas jornalísticas das editorias internacionais, que até hoje mantêm a tendência de iluminar com mais ênfase a face mais problemática da África. Neste caso, não precisamos de uma pesquisa de recepção para comprovar como a imprensa contribui para o acervo social de conhecimentos, reproduzindo uma ideologia que está naturalizada no seio da sociedade e que, a mesma forma, afeta o corpo e profissionais que elabora as edições diárias dos jornais.

⁷² SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro...*, p. 223.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva, ao visitar Windhoek, capital da Namíbia, cometeu o que a imprensa considerou uma “gafe”. Ele disse que pela limpeza e beleza arquitetônica, a cidade nem parecia estar na África.

O processo de naturalização não deixa ver, tanto ao leitor quanto ao jornalista, que o que todos consideram “gafe” é apenas a explicitação sincera do senso comum — a África como sinônimo de degradação. Tratar a declaração como gafe deixa implícito também que na relação dialógica que se estabelece entre os participantes do evento discursivo — imprensa e público como os principais — há o contrato simbólico de reconhecimento de uma África ideológica que tem sentido apenas para os brasileiros. Caberia perguntar: como o presidente “conhece” essa África que destoa da experiência presencial? Não temos dúvida de que a imprensa é responsável por essa tipificação, visível depois nas reportagens:

Presidente comete gafe e causa constrangimento na Namíbia

Lula diz que cidade, 'limpa e bonita', nem parece da África

Eliane Cantanhêde

Enviada especial a Windhoek e Pretória

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou constrangida a comitiva brasileira, ontem, ao dizer num discurso de improviso que Windhoek, capital da Namíbia, parece não estar na África, por sua limpeza e arquitetura.

“Estou muito surpreso, porque quem chega a Windhoek não parece que está num país africano. Acho que poucas cidades do mundo são tão limpas e bonitas arquitetonicamente quanto esta cidade. E [poucas cidades têm] um povo tão extraordinário como [Windhoek] tem”, disse o presidente, surpreendendo a platéia que o ouvia na State House, sede do governo local.

Fonte: Folha de São Paulo, São Paulo, p. 4, 8 nov. 2003.

O “óbvio”:

Presidente afirma que seus críticos deveriam visitar o continente 'para ver as diferenças dentro dos países'

Só constatee o óbvio, diz Lula sobre a África

Fonte: Folha de S. Paulo, p. A21, 9 de nov. 2003.

No ano de 2004, das matérias publicadas sobre a África no jornal *Folha de S. Paulo*, seis poderiam ser classificadas com neutras, dez como positivas (todas nas seções de cultura e esportes), e 20 apresentam temas relacionados à violência, guerra, pobreza, doenças, enfim, a condições de vida precária e subumana. Trechos das reportagens e artigos estão relacionados abaixo.

1. **14/01/2004 p. E8:** (...) *A casa grande, habitada pelo "grande homem" com sua família, parentela ampla, concubinas e escravas, tal como Gilberto Freyre descreve para o Nordeste, é costume africano.*
2. **24/01/2002 p. D4:** (...) *A Copa Africana de Nações, o mais importante torneio de seleções daquele continente, terá um importante reforço em sua 24ª edição, que estréia hoje, na Tunísia: uma nova resolução da Fifa.*
3. **30/01/2004 p. 54:** (...) *Ao contrário do que se possa imaginar, os objetos retirados do continente africano, que estão na exposição que tem início amanhã, dia 31, no Centro Cultural Banco do Brasil, não têm valor meramente antropológico.*
4. **6/02/2004 p. B2:** (...) *acordo operacional com a Casa Brasil, empresas de representação comercial sediada na África do Sul, para distribuir produtos e serviços de empresas brasileiras no continente africano.*
5. **2/02/2004 p. A18:** (...) *Mesmo assim, as maiores potências militares européias (o Reino Unido e a França) estão avançando na direção da criação de uma força de reação rápida, que teria entre 30 mil e 60 mil homens e seria capaz de responder a crises no continente africano ou em outras zonas de conflito perto da Europa.*
6. **10/02/2004 p. E5:** *O CCBB paulistano dá hoje mais uma braçada contra a maré, no oceano de interrogações que nos separa do "continente desconhecido". (...) Para Naná, a absorção do arcabouço cultural africano sempre foi criativa. "A capoeira vem de um lugar da África e o berimbau de outro; quem juntou os dois fomos nós", exemplifica.*
7. **14/02/2004 p. D2:** *As duas últimas decisões reuniram países da África Subsaariana. Em 2000, Camarões bateu a Nigéria. Em 2002, superou Senegal. No ano passado, nenhum país africano chegou à quartas-de-final dos mundiais sub-17(...)*
8. **15/02/2004 p. D3:** (...) *Tunísia venceu ontem Marrocos por 2 a 1, em Rades, e conquistou pela primeira vez em sua história o título da Copa da África, o principal torneio de seleções do continente africano.*
9. **10/03/2004 p. A9:** (...) *O ex-presidente foi levado no último dia 29 ao país africano por um avião militar americano. A União Africana (UA) qualificou a saída de Aristide como "inconstitucional" e "um precedente perigoso para a democracia no mundo".*
10. **20/03/2004 p. D1:** (...) *Só que, com problemas financeiros, o grupo de mídia não conseguiu vender os direitos como esperava – o continente africano, por exemplo, exceção feita à África do Sul, recebeu-os de graça – e também foi à bancarrota.*

11. **21/03/2004 Mais! p.16-17:** (...) *Os traficantes de escravos que arrastaram para a América mais de 11 milhões de africanos durante a era colonial não costumavam se preocupar com a origem deles – aliás, interessava-lhes apagar qualquer ligação dos escravizados com o continente materno.*
12. **16/04/2004 p.A2:** (...) *O Congresso Nacional Africano (CNA), partido de Nelson Mandela e do presidente Thabo Mbeki, deverá conquistar dois terços do Parlamento e eleger a grande maioria dos governadores das Províncias.*
13. **23/04/2004 p.A15:** (...) *A Aids é também uma das principais causas de mortalidade infantil no continente africano, informa o Banco Mundial.*
14. **5/05/2004 p.C1:** (...) *Taxas medidas pelo Ministério da Saúde superam as da África; mais de 32 mil morreram em acidentes em 2002.*
15. **16/05/2004 p.D1:** *Finalmente a Copa é negra: África do Sul supera Marrocos por quatro votos e vai ser, em 2010, o primeiro país com maioria de negros a abrigar a principal competição do futebol.*
16. **22/05/2004 p.D2:** (...) *A Fifa e o comitê que organizará a Copa de 2010 criarão um inédito sistema de cotas para evitar que o primeiro Mundial negro da história do futebol tenha apenas brancos nas arquibancadas.*
17. **27/05/2004 p. A14:** (...) *O governo do Sudão e rebeldes do sul do país assinaram ontem acordo que abre caminho para o término da mais longa guerra civil do continente africano (21 anos). Porém, o tratado não cobre outro conflito, na região de Darfur (oeste), descrito pela ONU como uma das piores crises humanitárias.*
18. **3/6/2004 p. A6:** (...) *Relatório divulgado ontem pelo Fórum Econômico Mundial (FEM), em Maputo (Moçambique), afirma que a África protagonizou a "pior tragédia econômica do século 20".*
19. **18/06/2004 p.C3:** (...) *Só haverá redução das mortes com controle do tabagismo", defendeu Katharine Esson.(...) Esson cita o exemplo do continente africano, onde a abertura dos mercados deve provocar um aumento de 75% no número de fumantes entre 1995 e 2005.*
20. **23/06/2004 p. A13:** (...) *"No começo de 2003, somente dois países na África subsaariana tinham endemias. Hoje, no entanto, a África responde por quase 90% dos casos globais, com crianças paralisadas em dez países do continente que estavam livres da doença.*
21. **21/06/2004 p. A13:** *Em Genebra (Suíça), representantes da Organização Mundial da Saúde (OMS) disseram que (...) os casos de pólio neste ano multiplicaram-se por cinco nas regiões oeste e central do continente africano em comparação com igual período de 2003."*
22. **26/06/2004 p. E9:** *Como o multi-instrumentista nigeriano Fela Kuti (1938-97) exigiu o holofote da história para seus discursos de ritmo incendiário, o baterista Tony Allen foi deixado em segundo plano como uma espécie de Sancho Pança do jazz-funk africano.*

23. **2/07/2004 p. A16:** *Crânio africano de 1 milhão de anos agrava confusão sobre homínídeos. (...) Não se sabe o sexo, mas o pequeno indivíduo de 930 mil anos de idade achado no Quênia (leste da África) criou uma confusão federal na evolução do ser humano.*
24. **12/08/2004 p. E5:** *(...) A mais recente criação de Brook desembarca aqui pouco após sua estréia, em junho, na Alemanha. Narra a história do líder espiritual africano Tierno Bokar (1875-1940), cujas palavras acabam por traduzir fragmentos da própria filosofia de trabalho do encenador.*
25. **20/08/2004 p. A16:** *A medicina está perdendo a corrida contra a malária, doença que afeta meio bilhão de pessoas todo ano. O parasita causador da doença adquiriu resistência a um novo remédio que mal começou a ser introduzido na África, o continente mais afetado.*
26. **23/08/2004 p. A11:** *(...) O chanceler deve se encontrar com os chanceleres do G-4 até o fim desta semana. Na pauta, também está a necessidade de um candidato africano – nenhum país do continente se apresentou.*
27. **27/08/2004 p. A3:** *Crianças e adolescentes são freqüentemente sábios no cinema africano, talvez porque, quando comecem a largar as fraldas, passem a entender e experimentar privações e provações suficientes para carimbá-los para a vida adulta.*
28. **30/08/2004 p. F4:** *Em Sossusvlei, pode-se ter contato com uma maneira interessante e barata de viajar pelo continente africano. A região está no roteiro de enormes caminhões que levam principalmente jovens em longas viagens pela África.*
29. **6/09/2004 p. A2:** *Mas guerrilhas e burocracia acabam impedindo que a comida chegue; crianças e adultos morrem de inanição. Além disso, o continente africano é a vítima principal da Aids. Existem formas de evitar, remédios para aumentar a sobrevivência dos aids. Falta dinheiro. Estamos mais perto do inferno.*
30. **9/09/2004 p. A15:** *A ambientalista queniana Wangari Maathai tornou-se ontem a primeira mulher africana a ganhar o Prêmio Nobel da Paz. Ela foi contemplada por seu trabalho de combater a pobreza e tentar salvar as savanas e florestas nativas, que desaparecem a um ritmo vertiginoso no continente.*
31. **14/09/2004 p. E2:** *Na miscelânea de obras de arte abrigadas sob o tema "Território Livre", da 26ª Bienal Internacional de São Paulo, está incluída a mostra de fotografia africana, baseada quase totalmente na forte tradição do retrato existente no continente.*
32. **21/09/2004 p. D1:** *(...) O velho continente e a África, acostumada com o reinado dos leões, vê agora os "elefantes" irem à caça da elite da bola e da Copa.*
33. **25/09/2004 p. A3:** *"A história deste país nunca foi verdadeira. Sou afro-descendente e fico irritado quando me lembro da verdadeira história da opressão capitalista sobre o povo africano que para cá foi trazido."*
34. **31/10/2004 Mais! P.2:** *A biblioteca digital francesa tem seção especial dedicada ao continente africano, que tem por base principalmente relatos de viajantes.*
35. **6/11/2004 p. D2:** *(...) A primeira eliminatória foi vencida por um sul-africano de 16 anos. A segunda, por um norte-americano de 20 anos.*

36. **7/11/2004 p. D4:** (...) *Quando Shimane Morekure, com seus 16 anos, ganhou o qualificatório africano, seu país viveu momento de êxtase. Sul-africano, ele venceu em casa (Johannesburgo) e vai correr atrás de uma glória quase inimaginável: ser a primeira pessoa campeã mundial reconhecida pela Fifa de forma individual.*

37. **22/11/2004 p. E4:** *Os projetos deveriam lembrar aos participantes do encontro da urgência de uma solução para a epidemia de Aids que se alastra pelo continente africano.*

38. **23/11/2004 p.D2:** (...) *As derrotas em provas tradicionais no Mundial-03 e nos Jogos de de Atenas-04 deram o sinal de alerta. A partir de agora, com a criação da Fundação Africana de Atletismo, os países do continente iniciam a luta para mudar o quadro.*

39. **24/11/2004 p.A17:** *Levantamento anual da ONU sobre Aids e vírus HIV divulgado ontem mostra que a epidemia vem se alastrando de forma mais intensa entre mulheres, especialmente nos países do Leste Europeu e no continente asiático.*

40. **25/11/2004 p. A20:** (...) *Cerca de 500 milhões de novos casos de malária são reportados a cada ano, 90% deles no continente africano. Mas os cientistas acreditam que a nova vacina possa proteger uma parte significativa das vítimas da doença, que é transmitida por mosquitos.*

41. **28/11/2004 p. A38:** (...) *Serra Leoa, o pequeno país do oeste africano que nos anos 1990 teve uma das mais brutais guerras civis da história recente do continente, enfrenta hoje árduo processo de reconciliação nacional.*

42. **19/12/2004 Mais! P.9:** *Mas mesmo proteções mais baixas seriam úteis no continente africano. As infecções são ali constantes, as picadas de mosquito, contínuas. Adolescentes e adultos sobreviventes têm razoável proteção; mas crianças, especialmente as mais novas, são bem mais vulneráveis.*

43. **27/12/2004 p. E8:** (...) *servem para mapear as perambulações espaço-temporais de nossos ancestrais iletrados, que teriam se originado todos no sudeste africano e falavam o mesmo idioma original.*

Uma das assertivas que a sociologia do conhecimento e a análise do discurso compartilham refere-se à maneira como a linguagem constrói representações simbólicas, zonas de significação linguisticamente circunscritas, ou campos semânticos, que transcendem a vida cotidiana, não apenas no terreno altamente subjetivo das crenças, religiões, filosofia, artes, mas no da memória como experiência tanto biográfica como histórica dos indivíduos e da sociedade. A acumulação desses conhecimentos é seletiva, de acordo com os estudos da sociologia, cabendo ao campo semântico determinar aquilo que será retido ou “esquecido” como partes da experiência. No

entanto, para a análise dos discursos, a linguagem materializada nos textos são representações de acontecimentos onde alguns elementos são incluídos e aos quais se dá grande destaque, enquanto outros são apenas ignorados. Assim como os elementos selecionados para compor o texto são, em geral, partes de outros acontecimentos ou de outros textos, caracterizando a intertextualidade, a decisão de selecioná-los também põe em disputa uma série de outras possibilidades carregadas de suas próprias representações, caracterizando uma interdiscursividade que é da ordem do ideológico. O que responde, até certa medida, a eventual consideração de que não há como se falar da África de outra forma, já que as condições degradantes e subumanas que se verificam no continente remetem ao paradigma clássico do jornalismo de que apenas o que foge à normalidade e aos padrões estáveis da sociedade deverá ser digno de nota e pauta. Vejamos então, com base apenas no resumo de um ano de noticiário de um jornal de projeção nacional, o que eventualmente teria sido possível destacar em um noticiário sobre países do continente africano que não apenas suas desgraças. Das 43 referências, destacamos apenas aquelas positivas, chamando a atenção para o fato de constituírem um número quase inexpressivo de dados positivos e que estão restritos basicamente à Editoria de Esporte e Cultura, sobre o que falaremos mais adiante.

No recorte 2, temos que “a Copa Africana de Nações, o mais importante torneio de seleções daquele continente”; na 3, que “ao contrário do que se possa imaginar”, os objetos retirados do continente africano não têm valor meramente antropológico; no recorte 4, temos que uma representação comercial sediada na África do Sul vai distribuir produtos e serviços de empresas brasileiras no continente africano; na 12, informa o jornal que o Congresso Nacional Africano (CNA), partido de Nelson Mandela e do presidente Thabo Mbeki, deverá conquistar dois terços do Parlamento e

eleger a grande maioria dos governadores das Províncias; mais adiante (16), sabemos que a Fifa e o comitê que organizará a Copa de 2010 criarão um inédito sistema de cotas para evitar que o primeiro Mundial negro da história do futebol tenha apenas brancos nas arquibancadas; no recorte 22, de que o continente africano teve um multi-instrumentista (nigeriano) Fela Kuti que “exigiu o holofote da história para seus discursos de ritmo incendiário”, e ainda sabemos que o “baterista Tony Allen foi deixado em segundo plano como uma espécie de Sancho Pança do jazz-funk africano”; na nota 24, somos informados sobre o líder espiritual africano Tierno Bokar (1875-1940); na 28, sabemos que jovens fazem, de caminhão, longas viagens turísticas pela África; na 30, que uma ambientalista queniana, Wangari Maathai, “tornou-se ontem a primeira mulher africana” a ganhar o Prêmio Nobel da Paz; na 33, temos a indignação de um leitor que reclama justamente do que estamos tentando revelar; na nota 35, temos que a primeira eliminatória de um importante torneio de futebol foi vencida por um sul-africano de 16 anos.

Ao observar esses dados, compreendemos perfeitamente quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva, em visita a um país africano comete a “gafe” de dizer que “nem parece a África”, a partir de um conhecimento baseado em noções do cotidiano oferecidas pela imprensa, muito certamente. Mas, se observarmos as notícias positivas destacadas, podemos abrir duas vertentes de observação: a primeira: a imprensa está, afinal, divulgando notícias positivas. A outra possibilidade: todas essas notícias positivas têm um contexto que provavelmente terá dados também positivos: a do atleta campeão; a da ambientalista que conquistou o Nobel; a dos arqueólogos que ofereceram suas descobertas à exposição; a do turismo por onde passeiam os jovens; a de um contexto filosófico-religioso que consagra um líder espiritual; a de uma cultura musical

que tem ídolos como Fela Kuti e o baterista Tony Allen. No entanto, a África consagrada no conhecimento da sociedade brasileira é a dos mosquitos, guerras, Aids, pobreza e miséria, que levou o governador do Piauí, Wellington Dias, a ignorar as proporções do terceiro maior continente do planeta, com 30.330.000 quilômetros quadrados, para a comparação negativa com um dos menores estados brasileiros, com 251.311,5 quilômetros quadrados, na declaração enfática: “Piauí é a África brasileira”⁷³.

Ao iluminar situações como essa, poderíamos estar incorrendo na crítica fácil a figuras públicas que teriam o dever de saber do que estão falando, mas, muito ao contrário, estamos falando de um conhecimento receitado que se consolida no acervo de conhecimentos, comum a toda a sociedade, incluídos aí as figuras públicas desavisadas. Consideramos que a imprensa, como demonstrado, tem forte contribuição para esse conjunto de conhecimentos construídos pela maioria das instituições. De acordo com os princípios da sociologia do conhecimento, a vida cotidiana é dominada por motivos pragmáticos e o conhecimento receitado é limitado à competência pragmática em desempenhos de rotina. O jornal impresso cumpre essa função entre as classes formadoras de opinião, mas os noticiosos radiofônicos e televisivos também desempenham esse papel nas classes mais sujeitas à influência de informações prontas.

A validade de meu conhecimento da vida cotidiana é suposta certa por mim e pelos outros até nova ordem (...). Embora o estoque social do conhecimento represente o mundo cotidiano de maneira integrada, diferenciado de acordo com zonas de familiaridade e afastamento, deixa opaca a totalidade desse mundo. Noutras palavras, a realidade da vida cotidiana sempre aparece como uma zona clara atrás da qual há um fundo de obscuridade⁷⁴.

Berger e Luckman exemplificam, ainda, que o conhecimento da vida cotidiana tem a qualidade de um instrumento que abre caminho através de uma floresta e,

⁷³ *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. A4, 9 ago. 2004.

⁷⁴ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*, p. 67.

enquanto faz isso, projeta um estreito cone de luz sobre aquilo que está situado logo adiante e imediatamente ao redor, enquanto em todos os lados continua a haver escuridão. Ousamos inferir que o cone de luz, embora não de maneira exclusiva, é produto do trabalho jornalístico, que nos informa da pobreza na África, da guerra do tráfico e dos riscos de seguir pela Linha Amarela — mesmo que jamais tenhamos estado próximos de qualquer dessas situações. Conforme nos diz a sociologia do conhecimento, a existência humana decorre em um contexto de ordem, direção e estabilidade. A imprensa, com seu papel ordenador da entropia da realidade, oferece esta estabilidade ao recortar e organizar a compreensão dos acontecimentos sociais, colaborando para a progressiva operação humana de produção da ordem social.

A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana. Não é possível atribuir-lhe qualquer outro *status* ontológico sem ofuscar irremissivelmente suas manifestações empíricas. [grifo do autor]⁷⁵.

Lília Schwarcz identificou, por outros ângulos de observação, a construção de uma identidade comum a todos os negros pela imprensa do século XIX. A historiadora ressalta que os periódicos da época tinham uma seção intitulada “Notícias”, comum a todos os jornais, que compunha a parte essencial dos periódicos, onde se noticiava acontecimentos provenientes de diversos locais do país, versando sobre os mais variados temas. Nestas seções, o negro era retratado de uma maneira constante; ora como assassino, ora como humilde e serviçal. Nota-se que as opções maniqueístas entre bem e mal reservavam poucas opções aos negros:

A própria repetição de certos temas parece ser preciosa de ser retida, pois, como diz Roland Barthes, é a “insistência em um comportamento que revela sua intenção”⁷⁶.

⁷⁵ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 76.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 119.

A pesquisa empreendida por Lilia Schwarcz exemplifica amplamente o tratamento que a imprensa reservava aos negros no final do século XIX. Após a abolição da escravidão, os negros tidos teoricamente como cidadãos, mesmo que de segunda classe, eram referidos nos jornais como viciados e inferiores. A “escola” de Nina Rodrigues hierarquizava os diversos povos, procurando demonstrar a incapacidade da raça negra em adaptar-se à civilização. A análise acadêmica ganhou espaço nos jornais e um de seus defensores era o jornalista Euclides da Cunha, personagem elogiado na historiografia do país, sendo retratado na mídia contemporânea como personagem de minissérie.

Logo, nos editoriais e mesmo em outras partes dos jornais, a situação mostrava-se complexa. Por um lado a exaltação da igualdade e da convivência pacífica entre as raças, e de outro o medo da influência negativa das raças negras e mestiças⁷⁷.

Observando essas referências, recorreremos à noção da sociologia do conhecimento que indica que a institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca por tipos de atores habituais, partilhadas e acessíveis a todos os grupos sociais em questão. A tipificação, nos exemplos citados, é formulada pela imprensa, único veículo capaz de dar notícia de uma totalidade social inacessível individualmente por cada um de seus membros, por ter-se constituído, ela mesma, como “instituição” capaz de mediar a compreensão dos acontecimentos para a sociedade. A institucionalização do conceito de inferioridade do negro na sociedade é produto de uma história consolidada ao longo do tempo, a imprensa como um dos operadores que atualizavam permanentemente esses conceitos no cotidiano. Conforme indicam os conceitos da sociologia do conhecimento, “o controle social primário é dado pela existência de uma

⁷⁷ SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro...*, p. 224.

instituição enquanto tal.” Dizer que um segmento da atividade humana foi institucionalizado é equivalente a dizer que foi submetido ao controle social.

Um mundo institucional, por conseguinte, é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede ao nascimento do indivíduo e não é acessível à sua lembrança biográfica. Já existia antes de ter nascido e continuará a existir depois de morrer. Esta própria história, tal como a tradição das instituições existentes, tem caráter de objetividade. A biografia do indivíduo é apreendida como um episódio localizado na história objetiva da sociedade⁷⁸.

Como toda a transmissão de conhecimentos/informação exige alguma espécie de aparelho social, consideramos que a imprensa como instituição desempenha esse papel na constituição de um perfil de discriminação racial recorrente na sociedade brasileira. Ainda de acordo com os conceitos da sociologia do conhecimento, toda a transmissão de significados institucionais implica procedimentos de controle e legitimação ligados à própria instituição e são propagados dentro da própria sociedade, embora essa transmissão tenha sempre um caráter dialético.

2.1.4 – Institucionalização e legitimação – a imprensa validando a história

Para a teoria do conhecimento, a legitimação produz novos significados que servem para integrar os significados ligados a processos institucionais pré-existentes. A legitimação explica e justifica a ordem institucional, dando “dignidade normativa” a seus imperativos práticos, sendo não apenas uma questão de valores, mas também de conhecimento.

A legitimação não apenas diz ao indivíduo por que deve realizar uma ação e não outra; diz-lhe também por que as coisas são o que são. Em outras palavras, o “conhecimento” precede os “valores” na legitimação das instituições⁷⁹.

⁷⁸ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 86.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 129.

Segundo Berger e Luckman, é possível distinguir diferentes níveis de legitimação: a legitimação incipiente, que diz respeito às objetivações lingüísticas que acham-se presentes no sistema de reconhecimento das estruturas sociais, como as de parentescos, e que são transmitidas e apreendidas desde a mais tenra idade e que estão incluídas no vocabulário. O segundo nível de legitimação contém proposições teóricas rudimentares, encontradas em esquemas explicativos altamente pragmáticos, como os ditados populares, provérbios, máximas morais, lendas e histórias populares. Assim, o indivíduo apreende um universo de significações pré-existentes e que ele terá como certas em sua história. O terceiro nível de legitimação é o que consideramos incluir o aparato midiático como um todo e a imprensa muito particularmente, já que contém teorias explicativas pelas quais um setor institucional é legitimado em termos de corpo diferenciado de conhecimentos. Os universos simbólicos constituem o quarto nível da legitimação, e referem-se a realidades diferentes das pertencentes à experiência da vida cotidiana.

A cristalização dos universos simbólicos segue os processos anteriormente descritos de objetivação, sedimentação e acumulação de conhecimento. Isto é, os universos simbólicos são produtos sociais que têm uma história. Se quisermos entender seu significado temos de entender a história de sua produção⁸⁰.

Bourdieu considera que os sistemas simbólicos são instrumentos de conhecimento e de comunicação, um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica — o sentido imediato do mundo e, em particular, do mundo social. Consideramos que as instituições têm seus pilares em sistemas simbólicos que as legitimam para além de suas histórias. A imprensa, como instituição, tem seu alicerce no poder simbólico de representação de um sistema de ética, probidade

⁸⁰ BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *Op. cit.*, p. 133.

e defesa do bem comum que legitima e autoriza seu discurso na e sobre a sociedade. E ele afirma, ao discutir e rever o conceito de força ilocucionária das palavras:

O que faz do poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter ou de subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença que não é da competência das palavras. O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras forma de poder⁸¹.

⁸¹ BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. p. 15.

PARTE 3 LUGAR MARCADO OU A TAUTOLOGIA DA DIÁSPORA – ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DA IMPrensa

A cor branca extrai a sua hegemonia do fato de deixar presente na realidade inteira do indivíduo –seja ele rico ou pobre – a possibilidade de exercício de uma dominação, já que as identidades constroem-se no interior das relações de poder assimétricas. Ela tende a esconder, no essencialismo absolutista da pele, a relação histórica de poder – tanto as situações imperiais ou coloniais quanto as condições sociais para a hegemonia socioeconômica de um grupo determinado, real ou imaginariamente vinculado à civilização européia.
Muniz Sodré

Na terceira parte deste trabalho, em que analisamos especificamente o conjunto dos textos jornalísticos sobre as cotas raciais nos vestibulares para as universidades públicas, queremos ressaltar um aspecto que consideramos original na metodologia que estamos utilizando, qual seja a de observar o material que compõe o recorte de acordo com a seqüência cronológica, ao contrário do que encontramos comumente nas análises que lidam com um *corpus* extraído dos jornais — geralmente recolhem textos avulsos e estanques do contexto próprio das edições. Tendo como base as análises e observações desenvolvidas ao longo deste trabalho, vamos perceber que a leitura seqüencial dos textos jornalísticos poderá ela mesma nos indicar de maneira inequívoca a tomada de posição do jornal em relação à situação em tela. A tomada de posição a que nos referimos aqui não deverá ser confundida com a clássica “opinião do dono do jornal” tão comum ao que se convencionou classificar como “teorias da conspiração”, ou seja, linhas de raciocínio sobre a influência do jornalismo nos acontecimentos a partir dos interesses do dono do jornal. O que pretendemos realçar é a construção natural do discurso a partir de rotinas dependentes de um grupo de “enunciadores”, se podemos

classificar assim, que participam da elaboração do conjunto de enunciados a que estamos denominando discurso da imprensa.

O *corpus* da pesquisa é composto pelo material resultante do acompanhamento diário de todas as matérias relacionadas a cotas raciais publicadas nos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, abrangendo um período que vai de janeiro de 2002 a dezembro de 2002 (*O Globo*), e janeiro de 2003 a dezembro de 2003 (*Folha de S. Paulo*). A seleção do período em questão deve-se, primordialmente, ao fato de o ano de 2002 ser efetivamente a época em que a discussão ganha característica de um debate, com todos os atores sociais e elementos discursivos envolvidos claramente evidenciados nas reportagens. A opção por observarmos também o ano seguinte guarda apenas a intenção de permanecer testando a metodologia da ordem cronológica, desta feita em outro periódico, para tentar configurar o que consideramos de forma ampliada como o discurso da imprensa no Brasil. Apresentaremos, para efeito de amostragem e análise, todo o conjunto de textos de *O Globo* e o material relativo ao jornal *Folha de S. Paulo* que será referido apenas de forma comparativa ao que observamos em *O Globo*. A decisão por esta organização deveu-se à necessidade de reduzir a quantidade de amostras, para evitar a ampliação excessiva desta apresentação.

Não nos escapa o risco de estarmos tomando o todo pela parte ou superestimando o resultado de nossas observações. No entanto, na pretensão de abrir caminhos para novas abordagens e apontar possibilidades de compreensão da inserção do trabalho da imprensa no tecido social, ousamos inferir que nossas premissas indicam uma semelhança de procedimentos entre os jornais de grande circulação como constituintes da parte mais central do que se convencionou denominar por imprensa.

Relacionamos, então, por ordem cronológica de publicação, todos os textos das seções de opinião — textos do editorial do jornal e artigos de opiniões externas —, reportagens, colunas e cartas do leitor publicados em *O Globo* no ano de 2002 e analisamos todos os textos publicados no jornal *Folha de S. Paulo* em 2003. A opção por esses dois periódicos deve-se ao fato de serem dois dos jornais de maior circulação no país com distribuição nacional, além de serem editados em duas capitais de relevância cultural, social e econômica no Brasil. Os textos aqui publicados foram editados de forma a destacar as suas partes mais relevantes para nossos objetivos e evitar um material excessiva e desnecessariamente extenso à amostragem que pretendemos produzir.

A análise discursiva dos textos jornalísticos, quando considerarmos necessária, será feita com base em uma das categorias da Análise dos Discursos que consideramos ser a mais adequada para cumprir os objetivos da pesquisa — a dos *implícitos discursivos*. Nosso propósito é identificar uma ordem de discurso que se constitui *no* discurso jornalístico e seu funcionamento em relação ao conjunto das edições sobre o tema em foco. As marcas na superfície dos textos que possam indicar filiações ideológicas relativas à questão racial serão buscadas nos textos representativos das vozes autorizadas do próprio veículo — seus colunistas e articulistas. Consideramos desnecessária uma abordagem com base nas diversas categorias da análise dos discursos, já que tal perspectiva torna-se fundamental quando o objetivo é demonstrar o funcionamento dos instrumentos teóricos da análise dos discursos em si. Ao nosso propósito será suficiente a categoria dos implícitos.

3.1 – Teorias sociais e os estudos críticos da linguagem – Norman Fairclough

Aqui faremos uma breve apresentação das filiações e abordagens teóricas utilizadas por Norman Fairclough na elaboração dos princípios da Análise Crítica de Discurso e as principais correntes que contribuíram para a construção deste modelo, que parte do princípio de que a linguagem está dialeticamente interconectada com outros elementos da vida social e é parte irreduzível dela, sendo também, por isso, uma prática social. Nosso interesse não é reconstituir o caminho percorrido pelo autor, mas indicar as principais linhas de pensamento com as quais a análise crítica se defrontou para estabelecer suas próprias premissas.

A origem teórica dos estudos críticos da linguagem, mesmo que de uma perspectiva questionadora, estão na lingüística, na sociolingüística, na pragmática, na psicologia cognitiva, inteligência artificial e na análise da conversação e do discurso. Segundo Fairclough, a lingüística “propriamente dita”, aquela que se ocupa dos estudos da gramática em um sentido amplo — fonologia, morfologia, sintaxe e semântica — apresenta uma concepção estreita dos estudos da linguagem, por dar pouca atenção às práticas de linguagem, como a conversação ou a escrita, caracterizando-as como uma “competência abstrata”, um sistema estático, estudado através de recortes sincrônicos de tempo, ao invés de privilegiar a perspectiva histórica e dinâmica que transforma a linguagem através do tempo.

Esses pressupostos e a negligência da linguagem prática resultam em uma visão idealizada, que isola a linguagem da sua matriz social e histórica, fora da qual ela realmente não existe. Correntes lingüísticas é uma maneira a-social de estudar linguagem, que não tem coisa alguma a dizer sobre poder e ideologia⁸².

⁸² FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 7a. ed. Londres: Longman, 1994. p. 7.

Como uma reação à lingüística tradicional e seu desinteresse pela contextualização social da linguagem, a sociolingüística filia-se a áreas externas à lingüística, como a antropologia e a sociologia, demonstrando correlações sistemáticas entre variações na forma lingüística e as variáveis relacionadas ao *status* social dos participantes e às situações específicas em que se desenvolve a conversação. A premissa geral dos Estudos Críticos da Linguagem fundamenta-se nesse aspecto da sociolingüística, que estabelece que a natureza da prática lingüística é constituída socialmente. No entanto, Fairclough aponta que a desvantagem da sociolingüística está na forte influência que recebe da concepção positivista das ciências sociais, tendendo a observar e descrever os fatos através de métodos análogos aos das ciências naturais.

A tendência a tomar os fatos pelo seu valor de face está conectada com o tratamento de classe social. O termo classe social é usado, mas sempre se referindo ao que estaria mais bem colocado como ‘*stratus* social’ – grupos de pessoas que são semelhantes entre si em termos de ocupação, educação ou outros padrões de variáveis sociológicas. (...) Classes sociais no clássico sentido marxista são forças sociais que ocupam diferentes posições na produção econômica, que têm interesses diferentes e antagônicos, e cuja luta é o que determina o curso da história social. Em termos desta concepção de classe social, os fatos sociolingüísticos podem ser vistos como a consequência da luta de classe e representam um equilíbrio particular de forças entre classes⁸³.

Fairclough chama atenção, ainda, para o que classifica como falta geral de sensibilidade desses teóricos para com a própria ordem sociolingüística que buscam descrever, já que não percebem que estão eles mesmos afetando os fatos ao apenas focalizar-lhes a existência, sem atentar para as condições sociais que o produziram e para aquelas que os poderiam transformar.

⁸³ FAIRCLOUGH, N. *Op. cit.*, p. 8.

Algumas tendências na tradição anglo-americana da pragmática⁸⁴ demonstram já um interesse semelhante ao que os estudos críticos da linguagem se propõem a desenvolver. Um dos principais pontos de convergência está no que Austin e Searle classificaram como *atos de fala*, onde a linguagem pode ser vista como ação, um processo de interação onde os participantes agem a partir de um conjunto de direitos e obrigações apropriados ao contexto. A idéia de emissão como ato é uma das bases da teoria crítica. Mas as divergências superam as aproximações. Por exemplo, a tendência da pragmática em conceitualizar a ação em termos de estratégia, atomisticamente emanando do indivíduo, sempre para atingir seus objetivos, subestima a forma como as convenções sociais constroem e influenciam a formação das identidades, dando às pessoas a falsa impressão de que determinados modos de falar ou escrever são fruto de sua própria invenção, no intuito de construir uma estratégia discursiva adequada para atingir objetivos imediatos. A contraparte deste pensamento é a excessiva ênfase sobre a capacidade de as pessoas manipularem a linguagem com objetivos estratégicos, como indica o autor:

O resultado é uma imagem idealizada e utópica da interação verbal completamente contrastante com a imagem oferecida pelos CLS de uma ordem sociolinguística moldada em lutas sociais e dividida por assimetrias de poder. A pragmática sempre parece descrever o discurso como ele deveria ser em um mundo melhor e não como ele realmente é⁸⁵.

⁸⁴ Em oposição ao estruturalismo, a pragmática caracteriza uma concepção de linguagem e comunicação fundada no entrecruzamento de teorias como a Semiótica de Peirce; a teoria dos atos de linguagem sobre a dimensão ilocutória da linguagem, de Searle; os estudos das inferências que os participantes tiram de uma interação, de Grice; e os trabalhos sobre enunciação linguística, em Jakobson, Benveniste, Culioli e outros. O conceito de pragmática inaugura-se com a divisão feita pelo filósofo americano C. Morris, em 1938, para distinguir três domínios de apreensão da linguagem: sintaxe, semântica e pragmática, esta última se interessando pela relação dos signos e seus efeitos com seus enunciadores. Ver MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

⁸⁵ FAIRCLOUGH, N. *Language and power*, p. 10.

Fairclough aponta três importantes contribuições para a teoria social que focalizam o papel da linguagem no exercício, manutenção e mudança no poder e que trazem, por isso, substancial colaboração na construção de um modelo crítico de estudo da linguagem. A primeira delas, os trabalhos sobre teoria da ideologia, que vêem a linguagem como o *locus* da ideologia e, portanto, com grande influência sobre a organização do poder. A segunda grande contribuição vem do trabalho de Michel Foucault, que atribui um papel central ao discurso no desenvolvimento das formas modernas de poder. E finalmente o trabalho de Jürgen Habermas, cuja teoria da ação comunicativa enfoca a forma como “a comunicação comum e seus padrões sociais apontam para uma outra instância de comunicação livre de certos constrangimentos”.

No entanto, a limitação dessas contribuições, pela perspectiva dos Estudos Críticos da Linguagem (CLS, em inglês), é que são modelos teóricos que não foram operacionalizados na análise de situações particulares de discurso, permanecendo apenas como teorias. Uma das principais diferenças de abordagem dos estudos críticos é justamente a análise das interações sociais, de forma a ressaltar os aspectos lingüísticos e explicitar aí os elementos determinantes que geralmente permanecem ocultos em um sistema de relações sociais, bem como os efeitos que podem ter sobre esse mesmo sistema.

As abordagens críticas diferem das abordagens não-críticas não apenas na descrição das práticas discursivas, mas também ao mostrarem como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias, e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso⁸⁶.

⁸⁶ FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001. p. 31.

O objetivo é mostrar como a análise da linguagem em seu uso cotidiano, incluída aí a linguagem profissional, nos ajuda a compreender questões de caráter social. A abordagem teórica proposta no modelo de Fairclough sustenta-se, portanto, em três pontos de referência: a linguagem, não como um *constructu* autônomo, um sistema de sentenças, mas linguagem como discurso, como ação; a teoria social, no que se refere à formação dinâmica das relações e práticas constituídas nas lutas pelo poder; e as profissões como instituições, cujas convenções são ideologicamente moldadas por essas mesmas relações e objetivadas através de discursos particulares.

3.2 – Quadro teórico da análise crítica proposta por Fairclough

Algumas das principais categorias do quadro teórico da análise crítica dos discursos proposta por Fairclough são fundamentais para a compreensão de nossa proposta:

- *Discurso*: Fairclough considera a linguagem como uma forma de prática social, usando o termo *discurso* como um modo de representação e um modo de ação a partir do qual as pessoas agem sobre o mundo e umas sobre as outras, o que implica dizer que a linguagem é uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, “existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social: a última é tanto uma condição como um efeito da primeira.”⁸⁷

Sobre este aspecto, propusemos observar o jornalismo como prática social e a imprensa, enquanto instituição, como estrutura. O trabalho jornalístico cotidiano de seleção e construção dos discursos que circularão na sociedade é moldado não apenas pelos constrangimentos impostos pelas regras técnicas características do trabalho

⁸⁷ FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*, p. 91.

jornalístico, e que são também, em última instância, uma lógica administrativa do discurso elaborada pela instituição imprensa, mas também por princípios advindos deste caráter institucional e que moldam a feição do trabalho jornalístico como prática social. Podemos ver esta relação nas estratégias discursivas de auto-referenciação que reforçam e promovem a manutenção desta imagem institucional conforme já referido.

- *Prática discursiva*: envolve processos de produção, distribuição e consumo textual. No caso do jornalismo, os textos são produzidos em contextos sociais específicos, de acordo com rotinas complexas e peculiares de natureza coletiva, cujos profissionais estão envolvidos em todos os estágios da produção. Fairclough considera que há uma ambigüidade em relação às posições que podem identificar o produtor no texto jornalístico, indicando a “fonte” externa ao jornal como um dos possíveis principais produtores.

A esse respeito, tecemos considerações em seção anterior onde propusemos a observação do jornalismo como *prática social* e a instituição imprensa como *estrutura* de onde emana a ordem do discurso jornalístico, ou seja, a totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas. Por essa perspectiva, encontrar o “produtor” na superfície textual da prática discursiva significaria necessariamente excluir a possibilidade de prevalência de qualquer dos atores sociais envolvidos na produção do texto, principalmente o jornalista. Consideramos que o discurso da imprensa, assim denominado, deva ser incluído no caso de discursos particulares onde é importante investigar a natureza das práticas sociais de que fazem parte e a natureza de sua prática discursiva. Fairclough fornece as pistas por onde empreender essa leitura, abordagem pela qual nos guiamos ao apontar para um ângulo de observação diferenciado: as ordens de discursos, às quais já nos referimos, e

os efeitos ideológicos e políticos do discurso, baseados nos conceitos de ideologia e hegemonia:

O conceito de hegemonia nos auxilia nesta tarefa, fornecendo para o discurso tanto a matriz – uma forma de analisar a prática social à qual pertence o discurso em termos de relações de poder, isto é, se essas relações de poder reproduzem, reestruturam ou desafiam as hegemonias existentes – como um modelo – uma forma de analisar a própria prática discursiva como um modo de luta hegemônica, que reproduz, reestrutura ou desafia as ordens do discurso existentes⁸⁸.

O conceito de discurso em Fairclough é situado em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica. Esta abordagem está ancorada nas contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Gramsci e Althusser, este último tendo fornecido as bases teóricas para o debate sobre discurso e ideologia, lançando foco sobre a teoria da hegemonia de Gramsci.

O conceito de hegemonia é o eixo de articulação da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa ocidental. Hegemonia, conforme definição de Fairclough, é a liderança tanto quanto a dominação nos campos cultural, econômico, político e ideológico de uma sociedade; é ainda o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais; é a construção de alianças e a integração — muito mais do que simplesmente dominação — das classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento; é também um foco constante de luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas.

⁸⁸ FAIRCLOUGH, N. *Op. cit.*, p. 126.

A natureza da prática discursiva varia de acordo com fatores sociais, mas constitui-se, segundo Fairclough, de três dimensões: *interdiscursividade* e *intertextualidade manifesta*, que focalizam a produção do texto; *cadeias intertextuais*, referindo-se à distribuição do texto, e *coerência*, o consumo do texto. Já nos referimos aos dois primeiros conceitos anteriormente. O conceito de coerência, para o autor, é o centro de muitas explicações sobre a interpretação, sendo uma propriedade que os intérpretes impõem ao texto:

Os produtores interpelam os sujeitos intérpretes que são ‘capazes’ de desenvolver relevantes suposições e de fazer as conexões que produzem leituras coerentes. Esta visão da coerência e de seu papel na interpelação ideológica pode ser estendida para tomar em consideração a intertextualidade⁸⁹.

- *Condições da prática discursiva*: por essa via podemos especificar as práticas sociais de produção e consumo de texto — se é produzido/consumido individual ou coletivamente; se há estágios distintos de produção; onde está a figura do autor. Este aspecto parece bastante claro no que se refere à produção jornalística.
- *Metáfora*: as metáforas definem o modo como construímos nossa realidade; estruturam a maneira como pensamos e agimos, e denunciam nossos sistemas de conhecimentos e crença.

As metáforas penetram em todos os nossos tipos de linguagem e em todos os tipos de discurso, mesmo nos casos menos promissores, como o discurso científico e técnico. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais dos discursos. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra⁹⁰.

- *Intertextualidade manifesta*: é a combinação intencional de elementos de textos outros em um texto e se organizam de forma *seqüencial*, quando diferentes textos ou tipos de discurso se alternam em um texto; *encaixada*, quando um texto ou tipo de

⁸⁹ FAIRCLOUGH, N. *Op. cit.*, p. 171.

⁹⁰ *Ibid.*, p. 241.

discurso está claramente contido dentro de um outro; e *mista*, em que tipos de discursos estão entremeados em um texto de forma mais complexa e menos identificável. Uma das abordagens da intertextualidade manifesta empreendidas por Fairclough refere-se ao estatuto das *pressuposições*. As pressuposições, em Fairclough, são proposições tomadas pelo produtor do texto como já estabelecidas, como um conhecimento compartilhado que garante a compreensão do discurso.

Outros teóricos referem-se ao conceito como *implícito*. Milton José Pinto, em artigo intitulado Discurso, implícitos e ideologia: — “As ONGs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal”, esclarece gênese do conceito na matéria e o tratamento nos diversos autores:

De certa forma, as ciências sociais sempre se referiram em suas análises a implícitos nos textos, em geral de uma forma um pouco impressionista, sem levar em conta as características formais, lógico-semânticas e pragmáticas que os produzem. Essas características vêm sendo investigadas, pelo menos desde Gotlob Frege (1892), em seu famoso artigo *Über Sinn und Bedeutung*, onde pela primeira vez se faz referência às pressuposições existenciais (ver abaixo), no âmbito da lógica, da lingüística e da pragmática. O resultado é uma terminologia às vezes um pouco confusa, em que conceitos como inferência, pressuposições lógico-semânticas e pragmáticas, implicação lógica e implicaduras conversacionais nem sempre são definidos da mesma maneira por este ou aquele pesquisador, dentro desta ou daquela disciplina, principalmente pelo fato de alguns reconhecerem, e outros não, a existência de uma lógica própria aos textos construídos em uma língua natural (chamada de lógica natural), com diferenças significativas em relação à lógica formal-simbólica dos lógicos profissionais⁹¹.

Em nosso trabalho, realçaremos apenas os aspectos referentes ao domínio dos implícitos, embora lançando mão eventualmente de outras categorias que se façam imprescindíveis à compreensão da análise. Usaremos também, acompanhando as referências de Pinto, a denominação *implícitos* ao invés de pressuposições.

⁹¹ PINTO, M. J. *Discurso, implícitos e ideologia*: - “As ONGs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal”. Rio de Janeiro: NUPEC, 2001.

Pinto distingue, no artigo citado, dois tipos de implícitos: os que podem ser recuperados automaticamente a partir da própria formulação do enunciado sem mobilizar recursos contextuais (as chamadas pressuposições), mesmo que numa segunda análise muitos deles se revelem como traços interdiscursivos (os chamados pré-construídos), e aqueles cuja recuperação mobiliza necessariamente elementos contextuais (os chamados subentendidos), que nem sempre são recuperados por qualquer receptor (como insinuações, alusões e outros modos indiretos de falar).

A implicitação é uma propriedade marcante dos textos, e uma propriedade de importância social considerável. Todas as formas de sociabilidade, comunidade e solidariedade dependem de significados que são compartilhados e podem ser tomados como dados, e nenhuma forma de comunicação ou interação social é concebível sem alguma espécie de “base comum”. Por outro lado, a capacidade de exercer poder, dominação e hegemonia social inclui a capacidade de moldar de uma maneira significativa a natureza e o conteúdo desta “base comum”, o que torna a implicitação e as suposições uma questão importante com respeito à ideologia⁹².

Para o teórico, as convenções, ou esta “base comum”, incorporam no discurso as suposições ideológicas que são tidas como simples senso comum e que contribuem para sustentar direta ou indiretamente as relações assimétricas de poder. Tais suposições estão implícitas, sendo o senso comum apenas a sua parte mais visível nos discursos e práticas sociais, da qual depende o funcionamento e efetividade da ideologia.

As questões que Fairclough se propõe ao tratar da questão dos implícitos são as que vão guiar nossa intenção de perceber de que forma a ideologia presente no senso comum do discurso — no caso, discurso jornalístico — vai repercutir sobre o curso da luta por igualdade racial: até que ponto são as ideologias variáveis no seio da sociedade e como tais variações se manifestam no discurso? Qual a relação entre mudança

⁹² FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*, p. 55.

ideológica e luta social? Como é gerado o senso comum ideológico no curso da luta social e como o discurso é afetado por isso?

Além disso, a operação da ideologia pode ser vista em termos de modos de construir textos que constante e cumulativamente ‘impõem suposições’ sobre os intérpretes e produtores dos textos, sem que normalmente nenhum dos dois esteja consciente disso⁹³.

O teórico da comunicação Adriano Duarte Rodrigues define os implícitos como um conjunto das significações que resultam daquilo que é formalmente expresso, e faz uma importante distinção entre implícitos, interditos e não-ditos. Os não-ditos, ao contrário dos implícitos, não resultam daquilo que é formalmente expresso, mas do conjunto de significações pressupostas ou implicadas na relação comunicacional. Já os interditos remetem para aquilo “que sendo formal ou informalmente excluído da expressão, é, no entanto, significado no espaço intersticial do discurso enunciado, no espaço vazio entre as expressões do enunciado”⁹⁴.

Em resumo, estas são as orientações teóricas pelas quais observaremos o conjunto dos textos jornalísticos sobre a implementação de cotas raciais nos vestibulares das universidades públicas.

3.3 - A polêmica das cotas raciais e a divisão do trabalho nas editorias dos jornais

Ao ler os jornais diários com a perspectiva de apenas um dia — aquele em que estamos sendo imediatamente informados — não temos noção, muitas vezes, do que estamos lendo no conjunto das edições. Assim como a análise do discurso nos indica que podemos ler as ideologias nos textos, inferimos que, no discurso jornalístico, podemos também perceber a informação ideológica transmitida no conjunto das edições.

⁹³ FAIRCLOUGH, N. *Language and Power*, p. 83.

⁹⁴ RODRIGUES, A. D. *Estratégias da Comunicação*, p. 68.

Muniz Sodré comenta a forma como se processa a transmissão e enraizamento de uma cultura marcada predominantemente pelos padrões “real ou imaginariamente” europeizados, indicando a forte influência que a mídia (“jornais, radiodifusão, editoras, agências de publicidade, etc.”) tem sobre o processo:

A mídia é o intelectual coletivo desse poderio, que se empenha em consolidar o velho entendimento de povo como “público”, sem comprometer-se com suas causas verdadeiramente públicas nem com a afirmação da diversidade da população brasileira⁹⁵.

Nossa compreensão da problemática racial brasileira acompanha as observações de Sodré, insistindo na premissa de que devemos observar o trabalho da imprensa de forma diferenciada em relação ao restante da mídia, por estar, a imprensa mesma, em posição assimétrica de poder em comparação com as outras mídias. No caso dos jornais que estamos trazendo à análise, são tidos como de forte influência entre os formadores e propagadores de opinião, com um lugar de fala dificilmente sujeito a contestações — como de resto toda a imprensa — que tem um padrão conservador que se reproduz até mesmo em suas normas técnicas, provocando um engessamento no que diz respeito à possibilidade de reformulações de tratamento de determinadas questões com vistas a mudanças sociais.

Por outro lado, acreditamos que a partir das reflexões elaboradas na segunda parte deste trabalho, apenas observando a seqüência organizada das edições, poderemos compreender exatamente como se dá a participação da imprensa em todo o processo de construção social da realidade, iluminando-nos a perspectiva de novos caminhos que possam contribuir para que o senso humanístico, livre de preconceitos e voltado para o bem comum que notamos no discurso auto-referencial da imprensa possa se constituir em prática real.

⁹⁵ SODRÉ, M. *Claros e escuros – identidade, povo e mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 244.

Optamos, também, por agregar os comentários descritivos do funcionamento das editoriais a cada texto a elas relacionado. Pretendemos, com essa metodologia, possibilitar a leitura orientada pelas reflexões teóricas dos primeiros capítulos à análise do discurso propriamente dita. Ressaltamos que nosso interesse é configurar um discurso jornalístico que possa ser visto como um fragmento do que chamamos discurso da imprensa. Portanto, a análise dos diversos textos que compõem essa interdiscursividade da imprensa apenas nos atende quando passam a contribuir para esta constituição desse discurso amplo. Consideramos que, a partir dessa orientação, estamos já engendrando uma perspectiva crítica ao nosso trabalho.

3.3.1 – Editoria de Economia – mercado e direitos humanos se encontram no discurso

A primeira referência às cotas raciais no jornal *O Globo*, no ano de 2002, aparece na coluna Panorama Econômico, assinada pela jornalista Miriam Leitão. É nesta editoria, mais precisamente nesta coluna e por esta jornalista que tem início o debate propriamente dito, organizando em cena uma voz autorizada, dentre as vozes autorizadas que conformam o discurso da imprensa, que assume a defesa intransigente das ações afirmativas e da necessidade de a sociedade assumir que é racista. No texto da coluna, transparecem argumentações de naturezas diversas: humanas, políticas, econômicas, conformando um pólo de resistência ao conjunto do discurso do jornal sobre a questão. Editamos o texto, preservando as partes que oferecem um material de análise de fácil identificação. À exceção das cartas de leitores, que reproduzimos exatamente conforme foram editadas por que são textos curtos, optamos por selecionar partes das outras amostras dada a quantidade de textos que optamos por reproduzir. As frases que submeteremos à observação estão destacadas em cinza:

PAGAR PARA VER

O antropólogo Roberto da Matta disse que o Brasil tem que "pagar para ver". Foi o que disse quando perguntei se a discussão sobre ações afirmativas para negros não poderia provocar conflitos raciais. "Nunca tivemos no Brasil até hoje conflito racial, nem ódio", tranquilizou. Sobre as cotas raciais ele disse que "há momentos em que tem que se fazer isto" para avançar.

Em 2001 o debate sobre o tema foi marcante. (...) Recebi inúmeros e-mails. Alguns discordavam. (...) Houve e-mails agressivos e racistas, que deletei sem responder (...). Houve leitores perplexos: "por que você entrou neste assunto?" É que não quero ficar prisioneira da lógica do hedge-swap-spread. Além do mercado financeiro, há um mundo, vasto mundo, que me emociona e mobiliza. E não fui eu que entrei no assunto, ele é que entrou na agenda nacional. Entrou tarde, mas, quem sabe, a tempo de evitar o desastre do conflito racial.(...)

Estive em debates, seminários, mediei mesas-redondas e ancorei programas com pessoas que querem aprofundar esta discussão. Todos interessados em ir além do que está estabelecido como as verdades brasileiras: de que não há racismo; de que as diferenças são apenas sociais; de que nos misturamos na miscigenação e não há uma fronteira entre o Brasil negro e o branco.

Existe um fosso intolerável. Nosso mundo perfeito, construído sobre as piedosas mentiras que dissemos de nós por um século, ruiu em 2001. Era falso. É doloroso o caminho do autoconhecimento, mas é ao mesmo tempo libertador. O Ipea foi fundamental neste processo quando produziu estatísticas reveladoras.

Houve um dia em que, ao final de um programa na Globonews sobre o tema, fui cercada no estúdio por colegas de trabalho, na maioria negros, querendo continuar a conversa. Com eles aprendi. Todos tinham dúvidas, inquietações e histórias de discriminação que têm sofrido nos ônibus, nas ruas, nos clubes, nos bancos. A maioria sofrera, ou sabia de um amigo que sofrera, constrangimentos ao entrar em bancos. Um deles contou a história de um amigo que tivera de tirar várias peças de roupa do corpo para entrar numa agência. Atrás dele estava um branco armado que não foi importunado. Era um policial, que lá dentro exibiu a arma para provar o estranho critério da porta giratória. Um deles, quando vai a supermercado ou loja, mostra, antes que alguém peça, o interior da sua mochila. Foi criticado pelos demais por ter um comportamento passivo. Um deles se lembra do dia da sua infância em que foi o único, entre seus amigos, a ser barrado na entrada de um clube. O porteiro respondeu à sua dúvida de criança, passando a mão sobre a pele do braço indicando que ali estava o motivo: "gente assim não entra aqui".

O racismo é uma doença da alma que não acaba com ações afirmativas. Elas são apenas a forma de derrubar barreiras artificiais à ascensão dos negros brasileiros. Têm limitações e imperfeições. Têm que ser criativas, flexíveis, diferenciadas.

As cotas que o ministro Raul Jungmann adotou no Ministério e começam a se espalhar pelo governo foram um nervo exposto. Recebi e-mails de leitores que perguntam sinceramente se isto não revoga o princípio de que são todos iguais.

(...) Em 2001 o debate foi alavancado pela Conferência da ONU, pela atitude do governo tocando na ferida inconfessável. Quando a discussão se aprofundar, muitos vão achar que estão confirmados seus temores: de que foi importado um problema inexistente. Este problema não veio de fora. É nosso. Sempre foi. Mas estava soterrado. O acirramento do debate é o remédio, mas muitos acharão que ele é que criou a doença. Não será uma discussão fácil e os próximos anos mostrarão isto. Mas ela é inevitável e decisiva. Estamos escolhendo se seremos a bela mistura que sempre quisemos ser ou se manteremos os negros apartados. Se teremos uma economia que integra os negros ao mercado de trabalho e ao mercado consumidor ou se nos amesquinharemos dando apenas a uma parte do país o melhor da economia. Se teremos uma democracia ampla e irrestrita. Ou se será uma democracia mutilada: ampla para os brancos; restrita para negros e pobres.

Fonte: LEITÃO, Miriam, *O Globo*, p. 20, 2 jan. 2002. Coluna Panorama Econômico

Comentário: A polêmica racial e as premissas sobre racismo suscitadas a partir da intenção do Governo Fernando Henrique Cardoso de instituir cotas para promover o acesso de negros às universidades públicas é nominalizada e metaforizada no discurso da imprensa de diversas maneiras. No artigo em questão, as expressões que mais se destacam são: *conflitos raciais, racismo, desastre, discriminação, doença, doença da alma, nervo exposto, ferida inconfessável, problema, democracia mutilada*.

O processo de nominalização, segundo Fairclough, é um tipo de metáfora gramatical que representa processos como entidades, pela transformação do texto que os descreve em um tipo de nome. Por exemplo, a palavra “racismo” que é a mais usada ao longo da discussão, guarda um significado amplo em que estão envolvidos tanto o lado negro como o branco da questão e suas próprias histórias; da mesma forma a palavra “discriminação”, que tanto se refere aos argumentos como aos contra-argumentos em disputa, ambos guardando um conjunto de significações próprias. As nominalizações sempre excluem uma série de proposições e, normalmente, os agentes do processo em questão. É da ordem do ideológico e pode ser compreendido como a base originária de um pensamento, quando oculta o processo histórico gerador dos fatos em questão.

“O antropólogo Roberto da Matta disse que o Brasil tem que “pagar para ver” — prática da intertextualidade, comum à construção do texto jornalístico, configura-se aqui como uma voz autorizada (confirmada pela referência à sua formação científica) corroborando a afirmação da jornalista. Em outros casos, as diferentes vozes de outros campos de saber também podem contribuir para estabelecer o contraditório, parte fundamental da técnica jornalística. Neste caso, como há tomada de posição da

jornalista, a voz autorizada confirma textualmente a linha de raciocínio pretendida, embora o discurso implícito estabeleça uma contradição aparentemente não pretendida:

1. “*pagar para ver*”: é uma expressão oriunda do jargão do jogo de pôquer, onde um dos participantes aposta em cartas que desconhece, mas que confia que poderão ser aquelas que o favorecerão. Sobre a pergunta “*se a discussão sobre ações afirmativas para negros não poderia provocar conflitos raciais*”, a resposta foi a dúvida quanto à possibilidade de conflitos raciais, embora com a concordância de que o debate seria oportuno. Na pergunta também está implícito o reconhecimento da hipótese do conflito racial.

2. “*Nunca tivemos no Brasil até hoje conflito racial, nem ódio*”, *tranqüilizou*.” — o texto aponta para o que seria a preocupação central suscitada pela polêmica das cotas — a perspectiva de que possa haver “conflito e ódio racial”. O verbo *tranqüilizar*, transitivo direto, sem o complemento, não deixa claro quem estaria “intranqüilo” com a ameaça de conflitos raciais — se todos os participantes do debate em questão, ou se a própria interlocutora.

3. (...) “*quem sabe, a tempo de evitar o desastre do conflito racial*.” — ao justificar para os leitores a sua participação no debate e afirmar que foi o tema que entrou para a agenda nacional, motivo pelo qual o aborda em coluna de Economia (motivo do estranhamento dos leitores), mais uma vez a preocupação com um conflito racial volta à cena. O verbo *evitar* traz implícito a idéia da existência da ameaça; “*quem sabe, a tempo*” infere a emergência de algo já em curso: o *conflito racial*.

4. “*O Ipea foi fundamental neste processo quando produziu estatísticas reveladoras*.” — o assunto, que até este ponto apresentava contornos de caráter de solidariedade humana, revela sua fonte principal, onde a avaliação sócio-econômica é determinante. O

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, vinculado ao Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, traçou um mapa da situação sócio-econômica da população negra no Brasil. O estudo intitula-se *Desigualdades raciais no Brasil* e levanta dados referentes a renda e pobreza, trabalho infantil, habitação, desemprego, mercado de trabalho, educação.

5. “*O racismo é uma doença da alma que não acaba com ações afirmativas.*” — aqui, a questão do racismo é posta como insolúvel, já que a “doença” é de caráter imaterial, resistente a ações concretas, é improvável a solução através de “remédios” materiais, como as ações afirmativas, conforme anuncia o texto. Quando a questão é transportada para o terreno do inexorável, resta agir sobre a face econômica do problema, o que se identifica por “*derrubar barreiras à ascensão dos negros brasileiros*”, deixando implícito o sentido de preocupação com avanço de condições de expansão de mercado, já que a questão do “racismo”, posta como doença de nível imaterial, é dada como encerrada pelo fato de não ter solução. O que significa dizer que o mercado poderá servir como paliativo para a questão da discriminação. É inevitável a comparação com os argumentos que atrelavam o atraso da entrada do Brasil na modernidade à condição do negro como escravo na sociedade do século XIX. Argumentos econômicos, que geralmente não trazem a contrapartida da inclusão social.

7. “*Estamos escolhendo se seremos a bela mistura que sempre quisemos ser ou se manteremos os negros apartados. Se teremos uma economia que integra os negros ao mercado de trabalho e ao mercado consumidor ou se ...*” - o implícito, neste enunciado, é o retorno da ilusão da democracia racial, perceptível em “*mistura que sempre quisemos ser*”, mas que até mesmo a polêmica instalada desmente. Outro aspecto é a identificação clara da solução da questão dos negros pela lógica da inserção no

mercado, operada pela nominalização dos processos: “*mercado de trabalho*” e “*mercado consumidor*”, que logo adiante encontra definição comparativa em “*democracia ampla e irrestrita*”.

No que se refere a artigos de opinião, a Editoria de Economia, através de suas duas principais jornalistas — Miriam Leitão e Flávia Oliveira — vão empreender a defesa intransigente das políticas afirmativas para negros, como veremos adiante.

3.3.2 – Cartas do Leitor – a construção do discurso da opinião pública sobre as cotas

Decreto regulamenta a reserva de 40% das vagas das duas universidades estaduais

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj) e a Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) terão já a partir do ano que vem 40% das vagas dos cursos de graduação reservadas para estudantes negros e pardos.

Fonte: *O Globo*, p. 18, 6 mar. 2002

A notícia da primeira ação concreta sobre a reserva de vagas para estudantes negros acontece no Rio de Janeiro, coincidentemente o último estado do país a abolir o tráfico de escravos e onde a reação às cotas tem sido mais ostensivamente retratada pela imprensa. Quanto à parte referente às reportagens factuais, como a do exemplo acima, percebemos que apenas relatam tecnicamente os acontecimentos, de acordo com as regras que regem o jornalismo. Chamamos a atenção para a titulação das reportagens. Como já indicamos antes, os títulos têm a função de explicitar objetivamente e de forma atraente — para “vender” — o assunto. No entanto, o redator e o editor podem escolher, em um leque relativamente restrito de opções, a forma como vão destacar determinado assunto. No caso da reportagem que anuncia a regulamentação da reserva de vagas para negros, temos um título cujo sujeito da oração é “*decreto*”. Não é necessário conhecer as técnicas de produção do texto jornalístico para percebermos que a notícia poderia ser

dada de algumas outras maneiras, ressaltando outros sujeitos do acontecimento, como “universidade”, “governador”, “negros e pardos”. O fato de se destacar a parte burocrática do acontecimento — “decreto regulamenta”, o que se poderia ter como uma certa redundância observada até mesmo nos manuais, equivalente a “polícia prende assaltante...”, “ladrão rouba carro...”, “assassino mata homem...” — apresenta-se como evidência de sentido; onde o indivíduo/redator/editor é interpelado em sujeito para a produção do dizer e da constituição dos sentidos no discurso jornalístico:

O sentido é assim uma relação determinada do sujeito – afetado pela língua – com a história. É o gesto de interpretação que realiza essa relação do sujeito com a língua, com a história, com os sentidos. Esta é a marca da subjetivação e, ao mesmo tempo, o traço da relação da língua com a exterioridade: não há discurso sem sujeito. E não há sujeito sem ideologia. Ideologia e inconsciente estão materialmente ligados⁹⁶.

As palavras fazem sentido e designam coisas a partir de um conjunto de formações discursivas em suas relações com a história. É o efeito da memória, da determinação do interdiscurso, na formação do sentido. A escolha por dizer “decreto regulamenta” em relação às formações jornalisticamente possíveis “negros têm...”, “governador institui...” ou outras equivalentes constitui-se em uma marca discursiva do que no conjunto vai se apresentar como o discurso do veículo. A palavra “decreto” dispensa maiores investigações que confirmem seu peso negativo, guardando uma memória de autoritarismo, ainda que em determinadas circunstâncias o instituto do decreto tenha servido a causas amplamente aprovadas pela sociedade. Portanto, está implícito no título da reportagem a interpretação do acontecimento como uma medida arbitrária que impôs por instrumento autoritário (decreto) e contra a vontade — manifestada na polêmica “administrada” pelo jornal — da maioria da sociedade,

⁹⁶ ORLANDI, E. P. *Análise de discurso...*, p. 47.

excluídos daí a maioria dos negros. Mas o “decreto” não põe fim à disputa pela hegemonia da decisão sobre o acesso ou não de negros às universidades públicas.

Temos a primeira manifestação de leitores na sessão Cartas do Leitor, no dia seguinte à publicação da matéria anunciando que um decreto impôs — sim, porque decretos são impositivos — que negros terão uma reserva de 40% da vagas nas universidades estaduais. O e-mail refere-se ao decreto 30.766, do então governador do estado Anthony Garotinho, regulamentando a Lei 3.708 que reserva as vagas para negros e pardos na UERJ e na Uenf.

Segregação racial

O decreto que garante a negros e pardos vagas em universidades estaduais em nada vai resolver os problemas educacionais das camadas mais pobres da população. A dificuldade de acesso se dá muito mais por fatores sociais do que por motivações raciais. Cópia de políticas americanas, a questão das cotas foi necessária nos Estados Unidos porque os negros foram segregados oficialmente por políticas públicas. Um país como o Brasil, onde mais da metade da população é mestiça, como definir quem é negro? A pele? A hereditariedade? Sou neto de uma negra, mas tenho pele branca. Isso me faz negro ou branco? Quem terá o direito de me separar das minhas raízes, da minha cultura, ao dizer que, pela minha pele clara, eu não teria direito a uma vaga reservada aos negros? O Rio vai criar uma política de segregação racial, em que a condição social é menos importante que a cor da pele.

MARCO FONSECA
Kearny, New Jersey, EUA
8 mar. 2002, p. 6.

Comentário: Aqui podemos observar que a construção do discurso que circula na imprensa e que podemos considerar como “da” imprensa é dependente de várias dobras discursivo-ideológicas que incluem todo um conjunto de profissionais e seus próprios conceitos a respeito da pauta em produção. Neste caso, não cabe a observação do enunciado em seus detalhes, já que, como parte de uma organização discursiva da imprensa, o que nos interessa é basicamente o posicionamento do texto em relação ao assunto e em relação aos demais textos publicados. A procedência da carta também indica a noção implícita de “conhecimento de causa” por vir de um país onde as cotas já

estão estabelecidas e em condições de serem observadas em seus diversos aspectos, servindo como exemplo. Neste caso, exemplo negativo, já que o leitor justifica a incoerência de se aplicar o modelo por inferir que aqui os negros não estão alijados das políticas públicas.

Fausto Neto comenta, a respeito da sessão de Cartas do Leitor, que os jornais mantêm duas práticas pelas quais a sociedade pode ter acesso a um espaço de fala:

Nesse caso, existem pelo menos duas práticas, no caso dos jornais, mediante as quais são definidos rituais discursivos pelos quais a sociedade pode, no âmbito da própria engrenagem midiática, ter acesso a um espaço de fala e, nesse caso, pronunciar-se sobre diferentes temas de atualidade. Referimo-nos, especificamente às “Cartas dos Leitores” e aos artigos assinados, ambos publicados nas edições jornalísticas”⁹⁷.

Analisando estes espaços como de interação entre a imprensa e a esfera da opinião pública, Fausto Neto considera que os jornais buscam, através da manutenção dessas seções, criar condições “para que, em suas páginas, se espelhe o próprio pensamento da sociedade”.

A seção de Carta do Leitor está submetida a um critério de edição que se refere fundamentalmente a espaço, ficando a cargo do redator destacado para a tarefa a edição do conjunto das cartas ou e-mails, não sendo comum uma supervisão editorial da seleção, com exceção dos temas “importantes” como veremos adiante. Embora apontando “constrangimentos próprios” das políticas editoriais e “problemas importantíssimos que se referem à construção dessa mediação”, Fausto Neto contorna a problemática da representação da opinião do leitor e recomenda o tema para estudos futuros mais aprofundados. Assim como Fausto Neto, acreditamos que é essencial saber como se dá o processo de produção nesta editoria, para conhecermos como se dá a

⁹⁷ NETO, A. F. *Comunicação é mídia impressa – estudos sobre a AIDS*, p. 93.

construção do discurso do leitor nos jornais. Para tanto, entrevistamos o jornalista Venerando Carlos Martins, que foi responsável pela edição da seção Cartas do Leitor do jornal *O Globo*. Devemos observar, no entanto, que a prática é a mesma em qualquer jornal. Passamos à transcrição:

Entrevista: *Venerando Martins, O Globo.*

Funções na redação: redator e depois subeditor da editoria Rio entre 1986 e 1990; redator da editoria Nacional entre 2000 e 2002 e redator da Secretaria de Redação de 2003 até a presente data.

1. *Qual a média de cartas e e-mails de leitores que chega ao jornal por edição?*

VM: Recebemos cerca de 300 e-mails por dia (no dia desta entrevista, por exemplo, estão para ser abertos 306, contando *spams*, mensagens de opinião, respostas de órgãos públicos a eventuais matérias, pedidos de ajuda etc.). Nos fins de semana (sábado, domingo e segunda) acumulam-se até 1.000 e-mails. Muita gente prefere o fim de semana para enviar suas opiniões ao jornal. Também por dia chegam, em média, 10 faxes e poucas (em torno de 5) cartas enviadas por meio dos Correios.

2. *Existe um editor responsável pela seção ou o trabalho é feito exclusivamente pelos redatores?*

VM: O grupo é formado pelo editor das Cartas dos Leitores (Antonietta Ramos) e dois redatores, que fazem o Painel dos Leitores (p. 2) e as Cartas dos Leitores (p. 6.), separam as mensagens aproveitáveis, descartam as inaproveitáveis, encaminham aos respectivos editores as mensagens relativas a assuntos abordados pelas editorias (Nacional, Rio, Economia, Internacional, Esportes, Segundo Caderno e suplementos).

3. *A decisão da edição desse material é exclusivamente da equipe da editoria?*

VM: Os assuntos mais polêmicos têm de passar pelo diretor de redação que orienta a editoria quanto ao tratamento a ser dado. Por exemplo, se o assunto vai merecer toda a edição das Cartas dos Leitores, o número de cartas publicadas e por aí vai.

4. *Que tipo e orientação?*

VM: Há orientações, mas que surgem de acordo com o assunto e o enfoque dado pela diretoria da redação. Mas isto ocorre somente com os assuntos mais importantes. O dia-a-dia da cidade, por exemplo, queixas contra tiroteios em favelas, trânsito ruim etc, são decididos pelos próprios redatores e a editora.

5. *Poderia descrever a rotina do jornalista responsável pela seção?*

VM: Primeiramente, abrir a correspondência para ver qual assunto está provocando mais reações junto aos leitores e consultar o diretor de redação sobre como ele sairá na seção no dia seguinte. Por exemplo: no caso da publicação de uma resposta de uma autoridade a um assunto tratado pelo jornal, temos de consultar o editor da área e depois ver como será tratada a carta da resposta (tamanho, diagramação).

6. *O jornal recebeu muitas cartas sobre a questão das cotas raciais?*

VM: Sim, muitas, e este é um assunto recorrente. Independentemente de haver alguma notícia específica sobre o assunto, sempre há leitores se manifestando a favor ou contra as cotas.

7. *Qual o índice aproximado das que eram contra e a que eram a favor da medida?*

VM: É muito difícil dar uma resposta, já que teria de ser consultado o arquivo, que já foi deletado (os e-mails, mesmo os que não foram aproveitados, são preservados por dois meses. Depois é necessário apagá-los para não sobrecarregar o sistema, tal a quantidade acumulada). Mas lembro-me de que as críticas são constantes à idéia de

abrir a universidade aos menos preparados, sob a alegação de uma queda na futura qualidade dos profissionais. Um número muito grande de leitores, principalmente professores e gente ligada à educação, defende o aprimoramento, primeiro, do ensino básico para, aí sim, dar chances iguais a todos de disputa.

8. *Há uma preocupação, ao selecionar as cartas, de tentar reproduzir a opinião que eventualmente o jornal já tenha manifestado sobre algum tema?*

VM: Não, pela minha experiência pessoal. As mensagens (e-mails, cartas e faxes) podem incluir críticas às opiniões dos articulistas do *Globo* ou à posição do jornal. Mas as críticas chegam em maior número para as autoridades (prefeito, governadora, Lula, Imposto de Renda, aposentadorias do INSS, violência, insegurança nos bairros — numa ordem aleatória).

9. *Diria que a seção de cartas consegue refletir a opinião pública sobre determinado assunto?*

VM: Com absoluta certeza. Quem escreve para o jornal são os leitores mais observadores, de maior leitura, os que não têm medo de assinar o próprio nome numa crítica a uma autoridade. Pode-se discordar das opiniões deles, mas certamente não são os alienados.

10. *Há essa preocupação por parte do jornal ou o rigor do horário de fechamento elimina a possibilidade?*

VM: O jornal se propõe a refletir a manifestação dos leitores. A seção Cartas dos Leitores reflete os assuntos veiculados pela mídia nos dias imediatamente anteriores.

* * *

O que podemos perceber, a partir da entrevista, é que há uma orientação do diretor de redação em assuntos considerados “mais importantes” e que a polêmica em

torno das cotas ou do racismo não estava arrolada nesta categoria. Neste caso, é mais provável que tenha havido mais interferência dos próprios redatores na construção desta representação de discurso público, configurada por sua tendência e ponto de vista sobre o tema — o que é mais fácil de ocorrer devido à pressão própria da rotina da editoria, que obriga os jornalistas a selecionar um número reduzido de opiniões em um conjunto amplo.

Por mais que esteja atento à necessidade de publicação dos “dois lados da questão” — técnica que configura a chamada “imparcialidade” — a simples seleção de um texto “a favor” em um universo de textos “a favor” e a seleção de um texto “contra” em universo também amplo de textos “contra” já configura a posição do redator na tomada de decisão. Como o trabalho é realizado por um grupo de redatores, podemos inferir daí diversos níveis de interdiscursividade na composição do discurso jornalístico que configura a representação da opinião pública, na seção Cartas do Leitor. Diante disso, acreditamos que a quantidade e a qualidade das cartas selecionadas constitui uma configuração de um discurso outro com tendências ideológicas específica.

3.3.3 – Artigos de Opinião – o lugar de fala do discurso autorizado

Sob o título “Racismo e cotas raciais”, em 11 de março, José Roberto Pinto de Góes considera que o sistema de cotas cria a “figura do estelionato racial”. O artigo foi publicado na seção de Opinião, p. 7, onde supostamente são publicadas as opiniões da sociedade em geral. Página cobiçada por autoridades e figuras públicas, os editores são constantemente assediados por assessores em busca de visibilidade para seus assessorados. Como “convidados”, autoridades referendadas pelo cargo que ocupam na iniciativa pública ou privada ou ainda pela titulação acadêmica que os distingue

discorrem opinativa e tecnicamente sobre os assuntos trazidos à pauta pelos acontecimentos ou pela pauta do jornal. Alguns são “convidados” fixos que poderiam, devido à frequência e periodicidade que mantêm em suas intervenções, serem considerados articulistas do jornal. Podem até, eventualmente, ter alguma forma de contrato com a empresa jornalística, o que é irrelevante do ponto de vista da inserção deles na estratégia discursiva da seção em questão. Esses colaboradores fixos poderiam ser considerados articulistas que representam, de certa forma autonomamente, a opinião editorial do jornal ou pelo menos a organização discursiva mais ampla que o próprio veículo, através de seus principais editores, pretenda dar à seção — a de um painel com as diversas vozes autorizadas pelo conhecimento implícito no cargo ou patente que justificariam tecnicamente as tendências e debates circulantes na sociedade.

Nosso breve comentário a respeito da seção de artigos mostra que a opinião ali espelhada depende tanto do que o autor descreve como “regulação e organização das estruturas editoriais” — em outros termos, da política editorial do jornal — que seria contraditório considerar que o pensamento da sociedade estaria ali representado. Ousamos sugerir que a organização da sessão Opinião tenta construir e legitimar a opinião editorial discreta do jornal, a partir do gerenciamento das práticas discursivas na sociedade, a mais comum delas a polêmica e o contraditório. No entanto, a construção de uma *heterogeneidade discursiva* — seleção dos diversos *gêneros discursivos*, lugares de fala, vozes autorizadas e até mesmo a condição de polêmica são administradas de acordo com a política editorial do jornal, fazendo prevalecer a ordem do discurso jornalístico. Frisamos o fato de que o que temos aí é uma heterogeneidade discursiva *construída*.

O conceito de *heterogeneidade* discursiva refere-se à presença de diversos discursos outros no discurso. Em Bakhtin, o conceito assume a forma de um dialogismo geral, indicando que um discurso se constitui em interação com o discurso do outro; em Pêcheux, ancorada na referência psicanalítica e na concepção althusseriana de ideologia, temos que o discurso se constrói sob o complexo das formações ideológicas:

O próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que aí se forma, a objetividade material e contraditória do interdiscurso, determinando essa formação discursiva como tal, objetividade material que reside no fato de que ‘isso fala’ sempre ‘antes e alhures e independentemente’⁹⁸.

A opinião autorizada é sem dúvida a que merece maior atenção por parte dos editores responsáveis pela edição de um jornal.

O artigo em questão não é de um convidado fixo, embora o autor apareça com uma certa frequência no jornal. Mesmo que não esteja explicitado pelo jornal, a impressão que geralmente o público tem a respeito desta seção é de que a página é uma tribuna livre de caráter especializado e que a seleção/convite ao especialista/articulista ou se dá diretamente pelo jornal ou por iniciativa do próprio autor do artigo.

Na verdade, a página de opinião de qualquer jornal é um espaço altamente disputado. Os artigos são geralmente recebidos, mas não há garantia de que serão efetivamente publicados. Também é comum receberem-se diversos artigos sobre um mesmo tema com opiniões semelhantes ou divergentes. Caberá ao editor de Opinião selecionar, sempre a partir de uma discussão de pauta, qual deles terá o privilégio de figurar na edição — alguns poderão nunca aparecer com suas opiniões, que o público jamais saberá qual terá sido.

⁹⁸ MAINGUENEAU, D. *Termos-chave da análise do discurso*, p. 80.

O crédito que autoriza o artigo em questão e seus pontos de vista neste espaço privilegiado é o de Professor de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, que acabava de inaugurar as cotas raciais em seus vestibulares.

Racismo e cotas raciais

Foi regulamentada a lei que destina 40% das vagas, nos cursos de graduação da Uerj e da Uenf, para estudantes negros e pardos. Segundo noticiou O GLOBO (06/03/2002), a garotada vai ter de anexar, à ficha de inscrição, uma fotografia colorida e indicar se são negros ou pardos. Também ficou estabelecido que quem mentir estará sujeito a processo por fraude.

*Está criada a figura do estelionato racial. **Despropósitos** à parte, é curioso o espetáculo de contorcionismo do processo de implantação de cotas raciais no Brasil. Com todo o respeito, cota destinada a "negros" e "pardos", no Rio de Janeiro, talvez exclua apenas Xuxa e Sacha (menos mal, pois Sacha não estuda numa escola pública degradada e certamente ingressará na universidade que escolher).*

A idéia de cotas raciais presume que o Brasil é uma sociedade estruturalmente racista, na qual a população negra é excluída porque é vítima da intolerância racial, disfarçada por um racismo dissimulado. Isso não é verdade.

Jean Baptiste Debret morou no Rio de Janeiro, no tempo de d. João VI. Ele registrou que os escravos, ao encontrarem um conhecido na rua, se cumprimentavam assim: "Deus te faça balanço". No português estropiado do cativo, Deus te faça branco. À primeira vista, a saudação parece querer dizer que a escravidão aniquilava a auto-estima dos africanos. A uma vista sem pressa, pode significar outra coisa.

*Supondo que os escravos não tenham se deixado furtar do amor-próprio, eles podiam estar dizendo: **Deus te faça livre e próspero, como os brancos. Deus te dê fortuna.** (...)*

Um resultado feliz de tudo isso foi impedir que a escravidão brasileira estabelecesse a sua legitimidade em bases raciais. Ficava combinado que esse negócio de raça era muito relativo. (...)

*As características do **racismo brasileiro - dissimulado, escondido, velado** - não são provas de vitalidade, mas uma confissão de derrota. O racismo é muito mais racismo quando pode exhibir-se impunemente, sem peias nem vergonhas. (...)*

Que Deus nos faça balanços, a todos nós, cativos de todas as cores, que nos dê boa fortuna, ao invés de uma cidadania em migalhas e repartida segundo critérios raciais. Só é uma pena que Ele tenha toda a eternidade para Se decidir.

JOSÉ ROBERTO PINTO DE GÓES é professor de história.

Fonte: *O Globo*, p. 7, 11 mar. 2002.

A opinião “especializada” trazida pelo jornal beira o irresponsável ao abusar da ironia. Prega, de certa forma, os conceitos entendidos na lógica da tolerância e da democracia racial, cujas referências estão explicitadas na afirmação de que o “racismo brasileiro — dissimulado, escondido, velado” — não são prova de vitalidade” do racismo, portanto é passível de tolerância, chegando, em alguns momentos, a surgir uma certa complacência sobre as assimetrias que afetam mais diretamente os negros na

sociedade. Não vamos nos ater a considerações sobre o texto do artigo, porque ele não se constitui, pela nossa abordagem, o discurso jornalístico em si. As marcas que poderíamos identificar como constitutivas do discurso jornalístico seriam a posição contrária às cotas do autor, a ironia em relação à idéia de racismo, as credenciais que o autorizam a ocupar o espaço da página de artigos de opinião, e o fato de o editor ter selecionado este artigo em detrimento de outros que certamente disputavam visibilidade no espaço.

Observando rapidamente os trechos marcados, podemos ver que o articulista considera que (1) a instituição das cotas é que determina a existência de racismo; (2) que a exclusão dos negros das oportunidades sociais — o acesso à universidade entre elas — não se deve à intolerância racial, portanto não se constitui um problema a ser resolvido; (3) ao propor uma outra leitura para “*Deus te faça branco*”, a “saudação” entre os negros ao tempo da escravidão, o professor supõe que não estaria aí configurado um aniquilamento da auto-estima dos negros, mas uma constatação, por parte deles, de que ser branco era sinônimo de ser livre, próspero e afortunado. Da mesma forma que “branco” era sinônimo dessas qualificações, o negro era o antônimo, o que está claro na expressão — Deus te faça aquilo que você não é. Não é necessário empregar qualquer técnica de análise de discursos para perceber que os significados entendidos pelo autor guardam uma natural contraparte, que define os negros pela escravidão, pela miséria e falta de oportunidade. A não ser que o autor acredite que aqueles seres não tinham um mínimo grau de compreensão de si mesmos e do seu entorno, o equivalente a não terem alma.

No dia seguinte, em espaço menos nobre e sujeito a critérios de edição rigorosos, temos a manifestação do “leitor” Carlos Alberto Medeiros:

Cotas Raciais

No artigo "Racismo e cotas raciais", o historiador José Roberto Pinto de Góes diz: "A idéia de cotas raciais presume que o Brasil é uma sociedade estruturalmente racista (...). Isso não é verdade." Mas é exatamente o que dizem as estatísticas do IBGE, do Dieese, do DataFolha, do Data UFF: a sociedade brasileira estrutura-se numa pirâmide constituída por homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras - nessa ordem. O peso da discriminação fica evidente pelo fato de o negro ganhar menos que o branco, na média, para o exercício de igual função, ainda que tenha o mesmo nível de escolaridade e o mesmo tempo de experiência profissional.

*CARLOS ALBERTO MEDEIROS
p. 6, 12 mar. 2002.*

Importante observar que o “leitor” é despido de suas credenciais ao ter sua opinião publicada na seção Cartas do Leitor, transformando-se apenas em uma espécie de célula da chamada “opinião pública”. A rubrica Painel do Leitor atenderia melhor à organização dessa dialética controlada, justificando de certa forma a assimetria de poder entre os lugares de fala distribuídos pelo jornal e, igualmente, entre seus participantes na lógica administrativa sobre debates relacionados a temas sociais candentes. O leitor Carlos Alberto Medeiros é um exemplo: resolvemos buscar suas referências na Internet, já que a provável coincidência de nome poderia sugerir tratar-se do jornalista e ativista negro com livros publicados sobre o tema — *“Racismo, preconceito e intolerância”*, em co-autoria com Jacques D'Adesky e Édson Borges, e *Na lei e na raça*, a partir da dissertação de Mestrado defendida na Uerj, onde é doutorando. Tratava-se da mesma pessoa.

Na mesma página, sob o mesmo título, dois outros leitores se manifestam sobre o artigo do professor Pinto de Góes sobre as cotas. Forma-se um painel também desigual, onde apenas a manifestação acima mencionada é a favor e outros dois leitores são contra, supondo que a instituição das cotas estimularia uma atitude racista antes inexistente.

A idéia de que a exclusão dos negros é, na verdade a exclusão dos pobres começa a aparecer no painel dedicado à manifestações dos leitores, prenunciando o tipo de polarização que vai prevalecer nas discussões daí em diante:

A criação de cotas raciais, imposta por alguns que têm interesse em acirrar o racismo, terá no futuro um resultado errado porque o problema não é número de alunos negros/pardos em universidades, mas sim o fato de não ser dada base desde o início dos estudos até o ingresso no ensino superior. Primeiro é preciso consertar o problema que vem da base; assim no futuro as desigualdades serão amenizadas. Em qualquer lugar do planeta sempre existirá algum tipo de racismo ou preconceito, e a única coisa a se fazer é dar formação religiosa, educação e condição de vida digna a todo ser humano.

CARLOS JOSE V BARBOZA
Rio, p. 6, 12 mar. 2002.

No dia seguinte, um outro leitor perde as credenciais que o qualificam para o debate, sucumbindo à massa de nomes que compõe a opinião de leitor: Nei Lopes, escritor, compositor, pesquisador das culturas da diáspora africana:

O artigo "Racismo e cotas raciais", do professor José Roberto Pinto de Góes (11/3), nega o racismo estrutural na sociedade brasileira. Mas, como negar? No Brasil, os negros (pretos e pardos afro-descendentes) são esmagadoramente pobres, em sua maioria, porque seus ancestrais foram, quase sempre, os escravos abandonados à própria sorte após a chamada Lei Áurea, a lei de um artigo só. Alijados do mercado de trabalho até nas atividades subalternas - quitandeiros, vendedores ambulantes, carregadores - por imigrantes europeus etc., esses trabalhadores e seus descendentes foram, salvo pouquíssimas exceções, engrossando a legião dos despossuídos. E o quadro persiste. Principalmente porque, na medida que mais brancos vão ficando pobres, os negros vão sendo ainda mais excluídos, como provam as estatísticas. É preciso, então, corrigir essa distorção. E a política de cotas é um dos caminhos.

NEI LOPES
Rio, p. 7, 15 mar 2002.

Ao marcarmos a maneira como os leitores são apartados das qualificações que os credenciam ao debate, queremos chamar a atenção para a lógica de administração do discurso nas redações, que parece atender o perfil conservador e ideológico do próprio veículo. O jornal também disputa espaço de opinião com as diversas vozes da sociedade e põe em cena recortes que acabam por sustentar e dar legitimidade a seu próprio discurso, ocupando um lugar duplamente privilegiado em relação aos demais: o de

administrar o debate do qual participa e de por em circulação um discurso em que prevalece predominantemente a sua própria opinião.

3.3.4 – Reportagem – entre a construção do título e o acontecimento

Os textos de reportagens, controlados pela técnica jornalística, deixam menos transparente a eventual tendência a um dos lados do debate. Diríamos que a técnica controla as chances de interferência direta do repórter, o primeiro e efetivo mediador entre o fato e o relato do fato. Conforme ressalta Adriano Duarte Rodrigues, uma das regras da prática jornalística consiste em afirmar que a opinião é livre, mas os fatos são soberanos.

UFRJ terá bolsa para alunos carentes Novo reitor é contra a implantação da política de cotas para negros

O futuro reitor da UFRJ assume o cargo apenas no próximo semestre, mas já elegeu suas prioridades. Metade dos recursos extra-orçamentários que a reitoria irá receber será destinada à concessão de bolsa-auxílio para alunos carentes. (...)

Mas não falem com Lessa sobre cotas raciais. Estudioso voraz da constituição do Estado brasileiro, ele se diz radicalmente contra a política de ação afirmativa, já em vigor na Uerj, para facilitar o acesso dos negros à universidade. Para ele, o racismo deve ser combatido com armas jurídicas. Contrariando militantes do movimento negro da própria UFRJ, Lessa diz que as cotas serviriam apenas para rotular os universitários afro-descendentes e ameaçar o que ele chama de "interessante convivência étnica do país".

- Estaríamos copiando a terrível e segmentada sociedade americana, em vez de consolidarmos a nação brasileira - argumenta.

Fonte: OLIVEIRA, Flávia, *O Globo*, p. 31, 31 mar. 2002. Editoria de Economia.

A Editoria de Economia, em reportagem assinada pela jornalista Flávia Oliveira, que também assina interinamente a coluna Panorama Econômico, dá conta da opinião do novo reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Carlos Lessa, como radicalmente contrário às cotas. Aqui, ao contrário do que acontece na maioria das reportagens, há uma indicação que agrega valor à descrição do principal entrevistado da reportagem.

A referência à qualificação técnica de Lessa — “*estudioso voraz da constituição do Estado brasileiro*” — confere peso diferenciado à declaração dele, deixando implícita uma espécie de legitimação de autoridade à manifestação de sua opinião, que é contrária às cotas e que, já neste ponto do debate, são definidas como estímulo a atitudes racistas por parte dos negros e simpatizantes das chamadas ações afirmativas.

É uma contradição se pensarmos que a repórter Flávia Oliveira é colunista interina da coluna Panorama Econômico, que vai protagonizar ao lado da jornalista Miriam Leitão a defesa intransigente das ações afirmativas.

Em abril, artigo assinado por “Pedro Flexa Ribeiro, educador” anuncia que “está instalada a polêmica”, embora desviando o foco da questão dos negros para uma vertente que será a tônica dos discursos sobre acesso de negros à universidade ao longo dos anos seguintes (em 2005, ainda podemos acompanhar o debate pelos jornais): um sistema que permita não apenas ao negro, mas aos pobres em geral o acesso ao ensino superior gratuito. E esta passará a ser a argumentação da “opinião do jornal” daí em diante:

De carro, a caminho da universidade

Está instalada a polêmica em torno da lei que determina o sistema de cotas raciais para o ingresso na universidade. Se, por um lado, essa medida soa equivocada e demagógica, por outro ela tem a virtude de reaquecer o debate em torno da vocação e destino da rede pública de Ensino Superior.(...).

As questões em torno do vestibular envolvem bem mais do que apenas a passagem de um nível de ensino ao outro. (...) Legitima-se que a classe média e a elite do país se apropriem de recursos públicos para cinzelar a esmerada formação de seus herdeiros. Isso faz parte de um acordo tácito entre governo, classe média e comunidade acadêmica. (...)

Essa preocupação está presente nas demandas que famílias dirigem às escolas dos filhos, às vezes desde a educação infantil. Desde cedo se empenham em assegurar vagas no ensino superior público. Essa aprovação confere status social a toda a família. Também entre pais e filhos são feitos pactos e promessas. Assegurada a gratuidade na universidade, freqüentemente comemora-se com um carro zero. (...)

Uma saída talvez fosse um sistema em que, uma vez conquistada a vaga por méritos acadêmicos, a concessão ou não da gratuidade seria estudada caso a caso. Ela deixaria de ser um direito adquirido desde o vestibular.

Adotar como critério a renda familiar parece bem mais razoável do que agir com base em origens étnicas. (...)

É o mínimo que se pode esperar de um país que pretende vir a ser sério e menos injusto.

PEDRO FLEXA RIBEIRO é educador.

Fonte: *O Globo*, p. 7, 9 abr. 2002. Opinião.

No caso deste artigo, é importante observar as proposições implícitas no texto, porque serão estas as argumentações que vão encaminhar a interlocução do jornal com a sociedade/leitores daí em diante. Há uma visível mudança de eixo da discussão até aqui entabulada pelo jornal, desclassificando a tônica da polêmica, que é a instituição de cotas para negros (“medida equivocada e demagógica”), e realçando uma discussão que até aí não estava em pauta — “o debate em torno da vocação e destino da rede pública de Ensino Superior”. Mais adiante, um processo a que Fairclough chama de *nominalização* — um tipo de metáfora gramatical que representa processos como entidades e que sempre requerem a exclusão dos agentes sociais da representação dos eventos: as palavras são “renda familiar” e “origens étnicas”.

3.3.5 – Discurso e resistência – uma questão da Editoria de Economia

Em 19 de abril, o tema finalmente é assumido como polêmica e vai para a seção Tema em Debate do jornal. Os “debatedores” são o “embaixador aposentado M. Pio Correa” e “Ivanir dos Santos, presidente do Centro de Articulação das Populações Marginalizadas”, juntamente com “Carlos Alberto Medeiros, jornalista”, o mesmo que antes tivera uma carta publicada na seção Carta dos Leitores.

A tônica da argumentação de Pio Correa será o apelo à auto-estima dos negros, no sentido de que a reserva de cotas caracterizaria a inferioridade deles e uma injustiça para com os outros bem preparados, como está implícito nos dois primeiros trechos marcados.

Nos trechos seguinte, o autor lança mão de um passado longínquo ou de uma sociedade estrangeira para provar que “a cor nunca foi obstáculo”. Quanto aos defensores das ações afirmativas, demonstraram, em seu artigo, a preocupação de recuperar as credenciais que os autorizam ao debate durante toda a primeira parte do texto, ao invés de efetivamente defenderem o ponto de vista que lhes tocava no debate a que foram chamados. De certa forma, eles respondem ao conjunto das edições que pontualmente desqualificavam as argumentações apresentadas pelos defensores das cotas ao dar espaço às opiniões contrárias. A argumentação faz sentido apenas para quem esteve permanentemente atento às manifestações sobre o assunto nos jornais. Ao definir quais são os setores que apóiam e os que combatem as cotas, os articulistas definem alguns setores da mídia como aliados e “membros da elite branca, principalmente encastelados ns universidades” como seus principais detratores. O artigo parece ter como alvo o professor da UERJ, José Roberto Pinto de Góes, que escreveu o

artigo a que o jornalista Carlos Alberto Medeiros não conseguiu responder por ter tido o texto publicado nas Cartas dos Leitores.

Uma demonstração de que a administração técnica do discurso dos jornais também se constitui em vantagem para o veículo mesmo quando cede espaço às vozes concorrentes.

TEMA EM DEBATE

Cotas para negros

Racismo às avessas

(...) Trata-se de iniciativas de ordem baixamente demagógica, além de insultantes para a raça negra, pois partem evidentemente do pressuposto de que candidatos negros não seriam capazes de competir em igualdade de condições com concorrentes de outras raças.(...)

Estabelecer uma cota preferencial para uma raça - digamos, azul - significaria que as vagas a ela reservadas ficariam vedadas ao acesso de candidatos de outras cores, ainda que mais bem capacitados. Seria, pois, uma exclusão lesiva à equidade e à justiça, que devem presidir ao provimento de cargos públicos bem como à formação dos quadros discentes universitários.

A cor nunca foi obstáculo ao acesso de grandes valores a posições de eminência na nossa pátria. Sem remontar até Henrique Dias, valoroso chefe negro na guerra contra os holandeses, agraciado por el-rei de Portugal com o hábito de Cavaleiro da Ordem de Cristo, patrono durante todo o período imperial das "Companhias dos Henriques", compostas por soldados negros, em todos os batalhões de infantaria de linha, José do Patrocínio, grande jornalista, gozou de tal consideração junto à família imperial que a princesa herdeira, d. Isabel, fez questão de dançar com ele em um baile da Corte. Tivemos, nos tempos modernos, Machado de Assis como príncipe das letras brasileiras, o professor Juliano Moreira como luminária da psiquiatria, e o Itamaraty já teve à sua frente um chanceler mestiço - Octávio Mangabeira, por sinal que um grande chanceler e um grande patriota.

Quanto a mim, consulto há muitos anos um médico de cor, profissional destacado em sua especialidade, que deve a sua carreira e o seu renome aos seus êxitos no curso de doutorado em medicina, grau ao qual teve acesso pelos próprios méritos. Não teria eu tanta confiança em consultar um beneficiário de um mecanismo de favor. (...)

Nos Estados Unidos, o atual secretário de Estado, principal ministro do governo americano, é um negro, o general Colin Powell. Da mesma raça é a consultora do presidente dos Estados Unidos para assuntos de segurança, Condoleeza Rice, que tenho a honra de conhecer pessoalmente. E, no mundo empresarial americano, acha-se à frente de um dos mais poderosos conglomerados, a American Express Company, um homem de cor, executivo de extraordinário êxito, Kenneth Chenault. (...) Cabe recordar também que a Organização das Nações Unidas elegeu para o seu mais alto cargo executivo, o de secretário-geral da organização, um negro, Kofi Annan.

Política democratizante, justa e não-discriminatória para promover a ascensão na escala social de jovens das classes menos favorecidas seria aumentar o número de bolsas universitárias para estudantes pobres, aprovados em exame vestibular.

M. PIO CORRÊA é embaixador aposentado.

Ação afirmativa e honestidade intelectual

Como diz o historiador Peter Wolfe em artigo recentemente publicado na "American Historical Review", "raça é endêmica à modernidade". Com efeito, a idéia de raça, tal como hoje a entendemos, nasceu na virada do século XV, como subproduto do processo de expansão européia, conhecido pela alcunha de "descobrimientos". Começavam a soprar então os ventos da modernidade, e foi sob a égide da moderna racionalidade científica que se desandou a produzir taxionomias reservando aos europeus e a seus descendentes uma posição de primazia, enquanto africanos, asiáticos, nativos da Austrália e das Américas eram racializados como inferiores.

Nasceram então as "raças" branca, negra, amarela e vermelha, às quais foram atribuídas características não apenas físicas, mas igualmente intelectuais, morais, psicológicas e espirituais. Os "brancos" seriam os detentores de todas as virtudes, os verdadeiros seres humanos integrais, enquanto os demais grupos eram apresentados, no máximo, como portadores de uma humanidade restrita. (...)

Ao contrário do que nos quer fazer crer uma historiografia comprometida com a manutenção do status quo, a sociedade brasileira não inventou a mestiçagem, tampouco é a única do mundo a praticá-la. Onde quer que tenham convivido por tempo suficiente, diferentes grupos humanos não conseguiram deixar de misturar-se. Já os produtos dessas misturas têm sido tratados de formas variadas nas diversas sociedades, segundo os fatores estratégicos e demográficos supracitados. Onde e quando foi interessante para o colonizador, mestiços física e culturalmente europeizados acabaram sendo aceitos para integrar o grupo dominante. (...)

Todas essas considerações têm por objetivo enriquecer o debate que ora se trava no Brasil a respeito da adoção de medidas destinadas a compensar os negros por séculos de exploração e discriminação. Esse debate envolve basicamente dois grupos: de um lado, afro-brasileiros e alguns aliados nas arenas da academia, da política e da mídia; de outro, membros da elite branca, encastelados principalmente na universidade. Uma das características mais marcantes dessa discussão é uma curiosa inversão de papéis: diferentemente do que seria de esperar, o grupo dominado, neste caso, é aquele que detém as informações mais completas e atualizadas: em que consiste a "ação afirmativa", onde apareceu, em que países tem sido aplicada, em relação a quais grupos e com que resultados.

Enquanto isso, os adversários se limitam a repetir chavões históricos ufanistas sobre escravidão e mestiçagem, fabricados no início do século XX por intelectuais brancos como Gilberto Freyre, e prontamente adotados como parte da ideologia oficial de um Estado preocupado em construir uma identidade nacional que pudesse incluir (evidentemente, num papel subordinado) sua população de origem africana. (...)

Os inimigos da ação afirmativa costumam apresentar graves sintomas de desonestidade intelectual. Aquilo que não lhes interessa, simplesmente ignoram. (...) A ação afirmativa é uma das formas internacionalmente consagradas de promover a igualdade de oportunidades para segmentos populacionais discriminados, como negros e mulheres. Mas pode haver alternativas. Para apresentá-las, nossos adversários precisam estudar o assunto. Um bom começo seria partir dos dados da realidade, e não da manipulação histórica. Continuamos esperando o debate sério.

IVANIR DOS SANTOS é presidente do Centro de Articulação de Populações Marginalizadas; CARLOS ALBERTO MEDEIROS é jornalista.

Fonte: *O Globo*, p. 7, 19 abr. 2002. Tema em debate.

Além disso, a seção Tema em Debate simula uma situação que somente se pode configurar quando os contendores estão presentes para disputar a hegemonia de suas opiniões, o que não ocorre e nem poderia ocorrer em jornal impresso onde não há a

possibilidade do confronto em tempo real requerido. Os artigos, embora versem sobre o mesmo tema em posições contrárias, não dialogam entre si.

A estratégia discursiva do jornal, não se desprezando o fato de dar oportunidade ao contraditório sobre a questão, colabora apenas, no que diz respeito ao discurso jornalístico, para a consolidação de um discurso auto-referencial que legitima o papel do jornal como mediador dos grandes temas sociais. Acrescentamos a esses aspectos a administração de estratégias discursivas como a que simula o debate, além de outras já referidas como a publicação permanente de auto-crítica por articulistas ou ombudsman.

A seção de Cartas do Leitor, de certa forma, também cumpre essa função, embora de uma maneira menos controlada, até mesmo por suas condições técnicas de produção. As manifestações dos leitores no mês de abril são todas contrárias às cotas, que são identificadas como uma forma de acirrar o ódio racial, opinião compartilhada também por uma leitora que se declara negra:

As cotas raciais demonstram ingenuidade ou leviandade e arrastam a população a identificar as raças de forma oficial. Quem perde são os negros e todos os que mais uma vez são tapeados com promessas de pequenas esmolos. Sabem que as empresas enviam à Caixa Econômica a Relação Anual de Informações Sociais, que classifica a raça? Trabalhamos com isto e já tivemos dificuldade em qualificar pessoas. Quando isto ocorre classificamos como "mulato". A educação é mais demorada e mais cara.

ARISTIDES MARTINS,
Rio, p. 6, 23 abr. 2002.

Tem razão o leitor Sergio de Souza Tôrres (2/4) quando estabelece a diferença entre racismo e exclusão social. Esta decorre da falta de oportunidade que leva tanto pretos como brancos a serem marginalizados. Racismo é outra coisa: é o ódio entre raças; é a crença de que uma pessoa é superior a outra por causa da cor da pele. Mas atualmente tanto se fala em racismo que vão acabar introduzindo-o entre nós. A preocupação maior deveria ser com o ensino público, reconhecidamente o melhor e mais eficaz meio de ascensão social.

HELENICE N. OLIVEIRA
Niterói, p. 6, 23 abr. 2002.

Sou negra e, como tal, manifesto meu protesto conta o projeto de lei que estabelece cotas para minha raça para vagas em universidades e no serviço público. Este projeto na verdade é um retrocesso do processo de integração dos negros à sociedade brasileira já que, através de uma segregação descabida, criará ressentimentos raciais, especialmente entre os mais jovens. Afinal, se a lei tiver por objetivo combater a discriminação racial, os legisladores deveriam saber que não se põe fim ao racismo por decreto, mas através da educação e do esclarecimento. Se o objetivo for melhorar as condições sociais dos negros, também será inócua a lei, haja vista que irão preencher as cotas os negros mais bem preparados e de melhor nível econômico, e que não precisam das cotas. Enfim, trata-se apenas de um projeto extremamente demagógico, sem qualquer finalidade social.

MARIA EUDÓXIA DE LIMA PAES LEME
Rio, p. 6, 23 abr. 2002.

Em maio, nova notícia dá conta de que as decisões de Governo sobre as políticas compensatórias para a raça negra seguem alheias ao debate ideológico travado na arena da imprensa. A tônica do debate, nos três anos seguintes, será a polarização do tema entre racismo *versus* democracia racial e qualificação do ensino para todos *versus* políticas de acesso aos negros nas universidades públicas. Uma nova polarização que daria ensejo a uma interessante pesquisa de recepção, que poderia comprovar se o debate assumido pelo jornal teria sido também assumido pela sociedade.

Senado aprova cotas para negros

Projeto reserva 20% dos empregos públicos e de vagas em universidades

BRASÍLIA. A Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou ontem o projeto do senador José Sarney (PMDB-AP) que dá aos negros o direito de ocupar 20% dos cargos e empregos públicos da administração pública direta, indireta e fundacional de qualquer dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Além disso, destina a eles 20% das vagas de universidades públicas e privadas.

(...) O sistema de cota deve vigorar, de acordo com o projeto, durante 50 anos, a partir do primeiro dia de vigência da lei. Segundo os parlamentares, se as cotas vigorarem por duas gerações será possível corrigir as distorções provocadas pelas desigualdades raciais.

Terão direito às cotas os cidadãos brasileiros que se declararem de cor negra ou parda. Se esse percentual de 20% não for preenchido, "as vagas remanescentes serão revertidas para o aproveitamento dos demais candidatos devidamente qualificados", diz o texto aprovado.

Fonte: DELGADO, Maria Lúcia, *O Globo*, p. 12, 9 maio 2002. O País. Chamada, p. 2.

Começa a aparecer, na seção dos leitores, a opinião de que o mal da exclusão está na baixa qualidade do ensino fundamental e secundário, conforme enunciado no artigo publicado no mês anterior, de autoria do educador Pedro Flexa Ribeiro. Observamos um processo de nominalização onde as palavras *pobre* e *negro* guardam

todos os elementos contidos no debate, significando todo o processo da contenda que teve seu eixo redirecionado para outras problemáticas que não estavam em questão, como a qualidade do ensino de nível básico, a condição de escolaridade e sobrevivência do povo brasileiro e a ameaça de instalação do ódio racial, conforme mostra o carta seguinte:

Cotas raciais

A cota racial para o ingresso em universidades e empresas públicas tenta resolver um problema atuando em suas conseqüências. A causa não está na cor da pele, mas na diferença de oportunidades que só será corrigida quando houver uma educação gratuita e de qualidade para todos, desde os primeiros anos da escola. Com a instituição da cota, haverá dentro das universidades e empresas públicas duas categorias de indivíduos: os que ingressaram mercê de seus próprios méritos; e os que entraram beneficiados pelo critério racial. E do lado de fora candidatos que, embora aprovados, foram preteridos em razão da cor de sua pele. Aí, talvez, estarão lançados no Brasil os germes da segregação e do ódio raciais.

*PAULO M. S. ELOY RESENDE
Rio, p. 6, 10 maio 2002.*

O anúncio das “cotas para minorias”, que incluía transexuais, mulheres, idosos, povos indígenas, estrangeiros, ciganos, foi feito pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em cerimônia de lançamento do Programa de Direitos Humanos em 13 de maio de 2002, e teve o tratamento que denuncia a técnica de observação do que é notícia pelo negativo da racionalidade, ou pela inversão da normalidade. A manchete que chama a atenção para a “união de gays” deixa em segundo plano a discussão que vinha merecendo atenção do jornal. Na verdade, a hipótese que tentamos comprovar nesta tese poderia se aplicar ao estudo do processo de discriminação, pela imprensa, de diversos segmentos da sociedade, entre elas os homossexuais e as mulheres,

FH defende união de gays

Presidente apóia mudança de registro de transexuais e criará cotas para negros e mulheres

Fonte: JUNBGLUT, Cristiane, *O Globo*, p. 3, 14 maio 2002. O País.

Uma dos aspectos que devemos observar ao tentar perceber a implicação contida em um enunciado é seu contexto de produção, as regras que regem a gramática de determinadas ordens logotécnicas. Mais uma vez indicamos que, dentro do leque de possibilidades de escolha de situações para compor o título, a opção foi por aquela que indica o extraordinário, excepcional, sendo por isso digno de apontamento. Certamente essa lógica da seleção para o título pode encontrar justificativa em diversas instâncias — nas hostes jornalísticas principalmente. Cumpre lembrar que a naturalização dos processos faz com que repitamos uma mesma ordem de coisas que tendem a se consolidar como realidade para além das demandas de uma época. No caso dos homossexuais, certamente a situação se configura mais difícil, fora das disputas plausíveis da sociedade. Já a questão dos negros, conforme a organização do título, passa a ter uma importância secundária de acordo com as normas técnicas do jornalismo e na configuração discursiva da imprensa; no entanto, na ordem social, a questão dos negros, conforme se depreende do “debate” mostrado pela imprensa, se configura um problema mais sério, envolvendo possibilidades de conquistas ideológicas que, de acordo com as inúmeras opiniões circulantes na imprensa, podem significar a invasão dos privilégios da elite dominante. Nota-se, também, que os textos das reportagens guardam uma certa isenção em relação às polêmicas entabuladas pelas outras ordens textuais presentes nas edições, ressalvado-se apenas a composição dos títulos e subtítulos, que tendem a trazer implícito o nível de discussão ampliada pelo jornal.

Os títulos da imprensa, graças ao próprio processo de figuração, constituem um verdadeiro texto dentro do texto. Fazem ao mesmo tempo ver e esconder o texto para que dirigem o olhar do leitor. São uma espécie de véu transparente. Em virtude de sua diafanidade, tanto mostram o que escondem como escondem aquilo que dão a ver⁹⁹.

⁹⁹ RODRIGUES, A. D. *Estratégias da Comunicação*, p. 110.

O texto abaixo apresenta um exemplo fácil de análise de implicitação, quando a “leitora” define o que pensa sobre aqueles que defendem as cotas: “quem as deseja são apenas os oportunistas (...)”. Podemos refletir, também, sobre o editor ter a opção de escolher uma entre as centenas de cartas que chegam todos os dias à editoria. Rodrigues, ao se referir ao processo de comunicação como um todo, define o constrangimento da instituição das regras que regulam o processo comunicacional de uma forma que se aplicaria perfeitamente ao processo de construção do discurso jornalístico, notadamente nesta seção das Cartas do Leitor a que estamos nos referindo. Ele diz que “as regras são, por um lado, o resultado do processo comunicacional que as institui, mas, por outro lado, são também o quadro que lhe ditam o sentido e o regulam.”¹⁰⁰ Em 15 de maio, temos três cartas; duas contra e uma a favor.

Sou mulher e tenho consciência do espaço que temos conquistado. Consciência esta que me faz corar quando vejo que o governo pretende nos reservar 20% de cotas nos concursos públicos federais. Hoje já somos ampla maioria entre os aprovados em qualquer concurso. Então por que sermos tratadas como inferiores? Ninguém precisa de cotas. Quem as deseja são apenas os oportunistas, que não conseguem dar valor a uma conquista feita pelo esforço, preferindo o jeitinho e o favorecimento.

ANA CRISTINA AGUIAR
Rio, p. 6, 15 maio 2005.

Está na hora de os políticos lerem a Constituição. Não à discriminação; não a cotas para quem quer que seja.

VITOR SAWCZUK
Rio, p. 6, 15 maio 2002.

É impressionante o número de cartas contra o sistema de cotas para negros que o governo está implantando. Ninguém quer discriminar os outros, e sim criar uma opção de acesso a estudo e trabalho para aqueles que estão sempre em desvantagem.

SAMIR EL SAID
Rio, p. 6, 15 maio 2002.

O debate sobre as cotas raciais vai sofrer uma brusca interrupção no caderno principal do jornal, que abrirá espaço e voltará suas atenções para duas importantes

¹⁰⁰ RODRIGUES, A. D. *Op. cit.*, p. 69.

pautas factuais: a Copa do Mundo no Japão e Coréia, que foi de 31 de maio a 30 de junho, e a palpitante campanha para as eleições majoritárias que viriam a modificar o perfil político do país, elegendo, em outubro, o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luís Inácio Lula da Silva.

A polêmica das cotas raciais caminha, então, para outra seção, com público diferente daquele com quem o jornal vinha dialogando nesta primeira etapa. Especialistas e estudantes candidatos a vestibulares em universidades que adotaram as cotas iniciam um diálogo que também vai se configurar em polêmica no caderno *Megazine*, cujo público alvo são os jovens e estudantes que, em geral, estão se preparando para o vestibular. A análise deste novo debate seria sem dúvida interessante, mas abriria uma nova frente de discussões que não haveria de ter aqui o espaço e tempo suficientes.

A última manifestação no mês sobre o assunto foi publicada no espaço de Opinião do próprio jornal, ou seja, de decisão do editorial do jornal:

“Governo defende negros, mulheres, deficientes e gays”, diz O GLOBO de 14/5. Ninguém cresce com paternalismo. Essa decisão de separar cotas para cada camada dos chamados discriminados de nada adiantará se não tivermos uma política de respeito a cada um deles. É necessário que eles tenham condições reais de concorrer com todos, pois do contrário farão parte de outra coluna de discriminados (...).

Fonte: *O Globo*, p. 6, 15 maio 2002. Opinião.

3.3.6 – Discurso e resistência – uma questão da Economia

O assunto reaparece apenas em novembro, referindo-se ao último debate dos candidatos à presidência da República levado ao ar pela Rede Globo. O “gancho” como se costuma dizer nas redações, foi a primeira pergunta sorteada no debate entre os candidatos, e referia-se às cotas raciais.

O assunto não ganhou relevância nas páginas dedicadas a reportagens, mas teve destaque na coluna de opinião assinada pela editora de Economia, Miriam Leitão. A jornalista vem encampando a causa em sua coluna e, ao que parece, dentro da própria redação do jornal, onde terá como principal opositor o articulista Ali Kamel, ex-editor-chefe de *O Globo* por 6 dos 12 anos em que lá esteve, e que assumiu, em junho de 2001, a Direção Executiva de Jornalismo da TV Globo. O artigo de Miriam Leitão:

Melhor de quatro

Não se mede a capacidade de governar de um candidato pelo conhecimento que ele tenha de uma sigla estranha de um imposto recente. Isto é tão determinante do futuro desempenho do candidato quanto saber a fórmula da água. Relevante, no debate da Globo, foi a informação que dele se extraiu sobre pontos concretos dos programas que os candidatos pretendem implementar.(...)

Tema ausente no debate nacional há mais de um século, a forma de enfrentar o racismo abriu, por sorteio, o mais importante debate desta eleição. Cotas raciais na universidade ou não? Como definir quem é negro? Este tema precisa entrar na pauta porque é necessário discuti-lo. Pode-se ser contra ou a favor das cotas, mas é impossível ignorar que os negros têm estado apartados do progresso brasileiro desde o começo da construção da nacionalidade. Primeiro, como escravos. Depois, como os mais pobres. Eles são metade do país. É auspicioso, para usar palavra de José Serra, que o assunto seja discutido como vem sendo nos últimos anos.

Fonte: LEITÃO, Miriam, *O Globo*, p. 26, 5 out. 2002. Panorama econômico.

Um artigo assinado por um economista é publicado no mês seguinte, contrapondo-se às cotas, a partir de argumentos sustentados na autoridade que o lugar de fala lhe confere. Para ele, a solução está no combate à pobreza, reafirmando a posição agora já claramente assumida pelo jornal:

Ainda as cotas

(...) Segundo fui informado, a idéia inspirou-se no sistema de cotas raciais para admissão de empregados nos Estados Unidos. Lá o sistema, que opera na base do autodeclaratório, funciona satisfatoriamente. Sobretudo, porque é razoavelmente difundida (em especial entre os afro-americanos) a crença de que pertencem a esse grupo étnico todos aqueles que possuam uma ascendência africana, em alguns meios, até a quarta geração.

No Brasil, é diferente. Apesar da inegável existência de preconceito e discriminação, constituímos uma sociedade culturalmente miscigenada. A fratura social que existe em nosso país não tem uma conexão mais estreita com o problema das diferenças étnicas. E sim, mais propriamente, com a questão da renda.

(Cont.)

(Cont.)

Tampouco pode ser considerada a roupagem um pouco mais sofisticada da mesma tese, inadvertidamente colocada pelo então candidato Luiz Inácio Lula da Silva no último debate da TV Globo, da existência de "métodos científicos" para definir quem é negro e quem não é. Apesar de saber em que contextos (atenuantes) foram dadas tais declarações, confesso que não pude evitar a lembrança da cena, há muito vista no cinema, de médicos, na Alemanha nazista, medindo narizes e crânios para ver quem era ariano e quem não era. (...)

Até do ponto de vista legal, em que pese a legitimidade de adoção de políticas compensatórias, há quem considere o sistema de cotas inconstitucional, posto que colidiria com o princípio consagrado na Constituição de que "todos são iguais perante a lei".(...)

Eu, se fosse inequivocamente negro e jovem, não ia querer ser beneficiado com o instituto da cota. Nem ia querer que ele existisse. Porque, mais que o passado, me preocuparia o futuro. Além de me sentir atingido em meu orgulho, temeria que se estivessem criando no Brasil duas classes de profissionais de nível superior: a dos que entraram na universidade e se formaram por seus méritos próprios, e "o pessoal da cota". Imaginaria, daqui a quinze anos, um médico ou engenheiro negro, por mais capaz que pudesse ser, sendo preterido pela suspeita de que conseguira seu diploma simplesmente pelo fato de ser negro. Nesse caso, estaria se fazendo uma monstruosa injustiça com o imenso contingente de negros que são determinados e, apesar de todos os pesares, capazes de lograr um lugar ao sol, do mesmo modo que os brasileiros de outras etnias. (...)

A solução para a correção das injustiças sociais e garantia de igualdade de oportunidades para os brasileiros é o combate sem tréguas à desnutrição e às carências de saneamento básico, bem assim a melhoria dos padrões de qualidade do ensino de primeiro e segundo graus, elementos essenciais de qualquer política conseqüente de distribuição de renda.

Não se combate a discriminação com uma nova forma de discriminação

MARCOS POGGI é economista e escritor.

Fonte: *O Globo*, p. 7, 5 nov. 2002. Opinião.

Dias depois, duas cartas de leitores são publicadas apoiando as cotas e estimulando o debate.

Cotas raciais

De fato, estabelecer cotas de cidadania e direitos especiais para corrigir o efeito discriminador de preconceitos enraizados em nossa sociedade é aventurar-se em terreno polêmico. O conceito de discriminação positiva é interessante, mas perfeitamente claro para qualquer brasileiro de boa-fé. É inútil tapar o sol com a peneira dos eufemismos. Discriminemos positivamente, em favor dos discriminados negativamente.

MARCO AURÉLIO CHAUDON

Rio, p. 6, 8 nov. 2002.

A questão das cotas raciais levanta um problema difícil para o brasileiro, que não gosta de se incomodar. Racismo? Isso é coisa de americano. Nas estatísticas do IBGE a frieza dos números mostra: cidadãos obviamente negros, com a mesma educação dos não obviamente negros, têm salários mais baixos e menos possibilidades de promoção no Brasil corporativo. Até hoje nunca apareceu um empresário para explicar o porquê. Significa que, se está na cara que você é negro, está fadado a nunca saber de onde vem o golpe. Porque as oportunidades são iguais para todos. Já está mais do que na hora de se travar uma discussão adulta sobre racismo e preconceito.

ORLANDO SANTOS DO NASCIMENTO

Rio, p. 6, 8 nov. 2002.

Nove dias depois, a jornalista Flávia Oliveira publica, na Coluna de Economia, a propósito das comemorações do Dia da Consciência Negra, um artigo contestando os argumentos contrários às políticas afirmativas.

O porquê das cotas

Já que nesta quarta-feira o Brasil comemora o Dia da Consciência Negra, vale retomar o tema da adoção de cotas para negros nas universidades. Quem desconfia da idéia, em geral, o faz por dois motivos. A miscigenação dificulta identificar quem é negro. A exclusão social dos afro-descendentes se dá por razões econômicas, não raciais - melhor, então, beneficiar os pobres. São falsos dilemas.

A sociedade brasileira jamais teve dificuldades em decidir quem era ou não negro, até a discussão sobre cotas entrar em pauta. Frei Davi Santos, diretor-executivo da Educafro, diz que a polícia, por exemplo, nunca enfrentou o dilema quando teve de escolher quais seriam os indivíduos revistados numa blitz. Departamentos de Recrutamento e Seleção das empresas, por longos anos, também não hesitaram. (...)

Uma vez aprovada a política de cotas, os defensores do sistema não duvidam que o melhor critério de classificação é a autodeclaração, usado pelo IBGE. Apesar de o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, ter derrapado no debate da TV Globo, às vésperas do primeiro turno, ao sugerir critérios científicos como forma de coibir abusos.

O professor Sérgio Danilo Pena, da UFMG, investigou o DNA de um grupo de brasileiros que se declaram brancos. Descobriu que pela linhagem materna, 70% têm ascendência negra ou indígena. Significa dizer que, até quem se diz branco no Brasil, poderia se declarar negro ou mestiço. Não o fazem porque não interessa.

- Os indicadores sociais dos brancos são muito melhores que os dos pretos e pardos. E há uma impressionante afinidade entre esses dois segmentos, que deixa claro o abismo entre brancos e não-brancos, diz Sérgio Besserman, presidente do IBGE. (...)

O outro ponto diz respeito ao favorecimento aos negros, em detrimentos dos pobres - especialmente dos brancos pobres. Em que pese o fato de que quase sete em cada dez pobres no Brasil são negros ou mestiços, o que já sugere um forte componente racial, só quem se opõe às políticas de ação afirmativa acha que elas são excludentes.(...)

Tratar desigualmente os desiguais para criar oportunidades de inserção social é fazer Política Pública. Com letra maiúscula.

Panorama Econômico, 17/11/2002, pág.36.

Colunista interina: Flávia Oliveira

Fonte: OLIVEIRA, Flávia (colunista interina), *O Globo*, p. 36, 17 nov. 2002. Panorama econômico.

Os anos de 2003 e 2004 veriam um intenso debate sobre cotas raciais nas páginas de opinião do jornal *O Globo*, onde o destaque seria para a voz do ex-editor-chefe do jornal, agora como articulista da página de Opinião. Ali Kamel vai empreender uma verdadeira cruzada contra a adoção de cotas, mesmo depois de as leis terem sido sancionadas e as medidas entrado em vigor. Em 20 de novembro de 2003, as jornalistas

Miriam Leitão e Flávia Oliveira publicam, pela Editoria de Economia, um caderno especial intitulado *Retrato do Povo de Zumbi*, onde revisitam a história da resistência à escravidão e da luta contra o racismo.

3.4 – Folha de S. Paulo – discurso da Ciência decreta o fim da raça

Durante todo o ano de 2002, o jornal paulista *Folha de S. Paulo* publica nove textos — reportagem, entrevista, cartas do leitor, artigo, relacionados às cotas raciais. O primeiro deles, da sucursal do Rio de Janeiro, é uma entrevista com a professora Petronilha Beatriz Gonçalves, “primeira negra a ocupar uma vaga no Conselho Nacional de Educação”. O jornal cumpriu a regra jornalística de averiguar tudo o que foge ao estabelecido na sociedade. A entrevista com a professora submetida à categoria de “primeira negra” dá espaço amplo para as considerações que explicam a condição histórica dos negros na educação, mas acaba redundando na pergunta-chave que orienta raciocínio semelhante no jornal carioca: “A entrada de negros sem que seja pelo critério do mérito não é um golpe na auto-estima dos próprios estudantes que se beneficiariam das cotas?”

‘Racismo expulsa criança negra da escola’

**ANTÔNIO GOIS
DA SUCURSAL DO RIO**

A professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, 59, será a primeira negra a ocupar uma vaga no Conselho Nacional de Educação (CNE). Sua indicação foi oficializada no "Diário Oficial" da União na segunda-feira passada pelo ministro Paulo Renato Souza (Educação) e por FHC.

A escolha de uma negra para uma das 24 cadeiras não se deu por acaso. Fazia parte de uma promessa de Paulo Renato de incluir um representante dos negros e dos índios no conselho. A representante dos índios é a professora Francisca Novantino Pinto de Angelo.

No caso de Petronilha, pesou o fato de sua produção acadêmica ter como foco a presença do negro na educação brasileira. Para ela, as desigualdades raciais na educação permanecem não por causa da falta de acesso ao ensino básico, mas pela ausência de uma política que estimule a permanência do negro na sala de aula.

(Cont.)

(Cont.)

*Além de fatores como a necessidade de trabalhar mais cedo para ajudar a família, Petronilha cita o racismo e a falta de imagens do negro nos livros didáticos como elementos que expulsam a criança negra da escola. Segundo ela, o problema é de falta de conhecimento real da história dos negros no Brasil. Uma história que começa, como lembra, na África, e não na chegada dos escravos em solo brasileiro. Soluções para esses problemas, diz a professora, devem ser discutidas no CNE, órgão que tem a função de auxiliar o MEC na execução e elaboração de normas e políticas públicas para o ensino. A história dos negros foi ensinada para Petronilha por sua família, e não na escola onde estudou, em Porto Alegre (RS). Ela conta que suas avós, mesmo negras, chegaram ao nível máximo de escolarização permitido a uma mulher no início do século passado. Petronilha seguiu pelo mesmo caminho. Após seu doutorado em ciências humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fez pós-doutorado em teoria da educação na Universidade da África do Sul, em Pretória, onde foi professora visitante. Hoje, ela participa da coordenação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos). Veja os principais trechos de sua entrevista à Folha. **

Folha - A escola básica está praticamente universalizada no Brasil, com quase todas as crianças tendo acesso a ela. No entanto, a impressão é que a diferença entre negros e brancos não diminuiu. O que está errado?

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - As escolas estão recebendo as crianças negras em suas salas iniciais. Até a 4ª série do ensino fundamental, o atendimento é até razoável. O problema é que não há políticas públicas para garantir a permanência dessas crianças na escola. Uma das razões para a evasão é que as famílias precisam de que os filhos ajudem no orçamento, e muitas crianças negras têm de começar a trabalhar. Além disso, inúmeros estudos têm mostrado que o racismo expulsa a criança da escola. Um dos primeiros foi feito em 1985 pelo professor Luiz Roberto Gonçalves, da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), e falava sobre o silêncio do professor. Ele mostrava que a criança negra sofre discriminação de outros colegas, mas o professor não sabe como lidar com isso ou não vê.

Folha - Esse é um problema só do professor?

Petronilha - Não. Há uma ausência quase absoluta de imagens da população negra nas escolas. (...) Há muitas coisas que a gente desconhece. Eu, pelo menos, nunca estudei na escola que havia reinos africanos, como o do Congo e do Zimbábue. Quando falamos de ruínas de antigas civilizações, falamos de Grécia e Roma. Ignora-se que já no século 13 havia três grandes universidades islâmicas na região onde hoje está Mali [África subsaariana]. Os negros também descendem de gente educada, com cultura. Outra coisa que não se fala é que os negros escravizados eram trazidos de regiões onde tinham experiência agrícola, ou seja, não eram mão-de-obra desqualificada. O que falta é conhecimento real da história. Quem não se orgulha da história de seus antepassados que trouxeram desenvolvimento? (...)

Petronilha - A questão racial não é exclusiva dos negros. Ela é da população brasileira. Não adianta apoiar e fortalecer a identidade das crianças negras se a branca não repensar suas posições. Ninguém diz para o filho que ele deve discriminar o negro, mas a forma como se trata o empregado, as piadas, os ditados e outros gestos influem na educação.

Folha - A senhora é a favor das cotas para negros em universidades?

Petronilha - Sou absolutamente a favor. O movimento negro costuma dizer que sempre existiram cotas no Brasil. Elas beneficiavam brancos e descendentes de europeus, que sempre tiveram posição garantida nas universidades.

Folha - A entrada de negros sem que seja pelo critério do mérito não é um golpe na auto-estima dos próprios estudantes que se beneficiariam das cotas?

Petronilha - Ninguém está dizendo que eles ingressarão na universidade sem qualificação. O sistema de cotas que sugerimos é o que leve em conta a aprovação do estudante no vestibular. Em 95, fiz parte de um grupo que estudou a adoção desse sistema na USP (Universidade de São Paulo). As cotas que propusemos beneficiariam os estudantes que fossem aprovados no vestibular, mas que não conseguissem a classificação para uma vaga.

Em 1º. de maio de 2002, o ator e produtor “norte-americano” Morgan Freeman, “um dos mais respeitados artistas da comunidade afro-americana em Hollywood” esteve no Brasil para divulgar seu novo filme, Crimes em Primeiro Grau. Em entrevista, ele respondeu, entre outras perguntas, qual seria a solução para uma maior representatividade dos negros no cinema. A resposta acaba por corroborar a opinião difundida de que as cotas são perigosas para a qualidade do sistema.

(...) **Folha** - Na sua opinião, qual seria a solução para que os negros tivessem uma maior representação no cinema brasileiro?

Freeman - Eu não sabia que o Brasil tinha problemas raciais até chegar aqui. Quando cheguei, vi que não havia negros na TV brasileira e pensei: "Eles precisam de cotas urgentemente". Mas para resolver o problema é preciso começar pela base. A primeira coisa seria tornar o sistema educacional mais incluyente. A criação de cotas para atores negros é perigosa, pois o sistema acaba admitindo pessoas sem qualificação e produzindo mediocridade. Mas como resolver o problema? As ações afirmativas são necessárias como solução provisória.
p. E4, 1º maio 2002.

As declarações de Freeman ganham destaque e são repetidas na seção Frases da mesma edição:

FRASE

"Eu não sabia que o Brasil tinha problemas raciais até chegar aqui. Quando cheguei, vi que não havia negros na televisão brasileira e pensei: 'Eles precisam de cotas urgentemente'. Mas para resolver o problema é preciso começar pela base. (...) A criação de cotas para os atores negros é perigosa, pois o sistema acaba admitindo pessoas sem qualificação e produzindo mediocridade."

MORGAN FREEMAN, ator

p. E4, 1º maio 2002.

Outro artigo, ainda no mesmo mês, atribui à política de cotas a responsabilidade por reproduzir os mesmo resultados “discutíveis” verificados nos Estados Unidos:

Problema de escolarização surge no ensino básico

EUNICE R.DURHAM

Especial para a Folha

Lamento que, no Brasil, tenhamos nos encaminhado no sentido de imitar os Estados Unidos na questão das cotas “raciais”, quando eles já reconheceram os resultados discutíveis dessas iniciativas, as quais, além do mais, não levam em consideração as diferenças entre a realidade americana e a brasileira.

O Brasil sempre teve o bom senso de evitar o destrutivo caminho seguido pelos Estados Unidos e pela África do Sul, que consistiu em oficializar uma rígida separação preexistente entre brancos e pretos, forçando que cada um optasse por uma ou outra condição: quem não é branco é negro. Entre nós, há de fato muito poucos negros e poucos brancos puros. A imensa maioria da população é mestiça, e o nosso caminho para enfrentar a discriminação consiste em reconhecer essa realidade e valorizar a mestiçagem.(...)

Fonte: Folha de São Paulo, p. E5, 23 maio 2002.

O assunto volta depois, em julho, na seção Painel do Leitor — definição mais apropriada para a participação editada do que se convencionou chamar opinião pública — em carta que reconhece as injustiças históricas que atingem negros e mestiços, mas contestando as cotas como uma possibilidade de solução:

Cotas raciais

Vem-se falando em separar cotas para estudantes negros nas universidades públicas já há algum tempo. Constata-se, desta vez, que a idéia se tornou fato numa nota sobre a Universidade Estadual da Bahia (Cotidiano, pág. C3, 22 de julho), que destinou 40% de suas vagas a 'afro-descendentes'. Mas é preciso atentar para o caráter dúbio desse ato.

Historicamente, negros e mestiços são vítimas de injustiças raciais constantes. Mas tomar como solução para o problema uma medida integralmente paliativa como essa só dará um retorno negativo para negros e brancos. Uma medida construtiva é investir no ensino, do pré-escolar ao superior. E quanto aos brancos? Com a medida, suas chances de ingressar na faculdade decairão?

Gabriela Celebrone, Jaú, SP.

Folha de S. Paulo, p. A3, 24 jul. 2002.

A reportagem de agosto dá conta de uma decisão governamental, onde o próprio ministro se declara contra a política de cotas:

Governo financiará bolsas para índios, negros e pobres

O governo editou ontem uma MP (Medida Provisória) no "Diário Oficial" da União criando o programa Diversidade na Universidade, que transferirá recursos financeiros da União para entidades que atuam na área de educação, como escolas e universidades, e implementem cursos pré-vestibulares ou dêem bolsas de estudo para pobres, negros e índios. O Ministério da Educação obteve verba de US\$ 10 milhões para custear o programa por meio de empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O programa foi a forma encontrada pelo MEC para desenvolver políticas de inserção social e estratégias de promoção ao ensino superior para grupos socialmente desfavorecidos, afro-descendentes e indígenas sem ter de implementar cotas para negros. O ministro Paulo Renato Souza (Educação) é contra as cotas. Ele escreveu, em artigo na Folha, em 2001, que espera que o Brasil não precise chegar à instituição de cotas raciais na universidade e que acredita na capacidade de desempenho do estudante brasileiro de qualquer origem social ou racial, quando estimulado e apoiado.

O ministro afirmou que, se isso não for suficiente, ele será o primeiro a defender as cotas, porém ressaltou que não há por que imaginar que alunos pobres, negros ou pardos não entrem na universidade por seus próprios méritos. O MEC considera que a adoção das cotas não é ideal, pois criaria novas desigualdades. (...)

Fonte: *Folha de S. Paulo*, sucursal de Brasília, p. C6, 28 ago. 2002.

Em dezembro, uma nota “da redação” informa que a Suprema Corte dos Estados

Unidos vai rever o sistema de cotas para minorias:

Supremo dos EUA vai reexaminar ação afirmativa

Órgão anuncia que reabrirá casos controversos ligados ao favorecimento de estudantes pertencentes a minorias étnicas

DA REDAÇÃO

A Suprema Corte dos EUA anunciou ontem que determinará se as universidades públicas poderão continuar a levar em conta a raça dos estudantes ao analisar os pedidos de admissão. O tema é delicado e tem repercussão nacional, afetando a educação superior e as políticas de ação afirmativa – que favorecem as minorias. A mais elevada instância da Justiça americana concordou em reexaminar casos que envolvem a faculdade de direito da Universidade de Michigan e seu sistema de admissão de alunos. Esses casos têm um valor político muito elevado e foram estudados pela última vez há 24 anos, quando uma decisão histórica foi tomada. Negros e representantes de outras minorias étnicas defendem a ação afirmativa e argumentam que se trata de um modo de diminuir o fosso existente entre os brancos e as outras raças e de diversificar o corpo estudantil.

Os críticos da ação afirmativa sustentam que ela é uma forma inconstitucional de "discriminação ao contrário".

Fonte: *Folha de S. Paulo*, p. A9, 3 dez. 2002.

Ainda no mesmo mês, o editor de *Ciência*, Marcelo Leite, informa que “não existe base *objetiva* para a introdução de cotas raciais nas universidades públicas.” As bases objetivas remetem ao discurso da *Ciência*, da qual o entrevistado é o representante neste espaço. Em poucas intervenções, o jornal *Folha de S. Paulo* explicitou sua posição no debate sobre as cotas raciais. Argumentos fortalecidos por instâncias que detêm

também um lugar de fala privilegiado na questão: a Suprema Corte dos Estados Unidos, e a Ciência, através de um de seus representantes. A utilização, pela imprensa, do discurso científico, cumpre a função de validar seus argumentos junto ao receptor, agregando credibilidade a seus pontos de vistas. A naturalização desta premissa poderia indicar a observação de que, afinal, trata-se de uma declaração respaldada na Ciência.

Raça é só conceito social, diz DNA brasileiro

**MARCEIO LEITE
EDITOR DE CIÊNCIA**

Nem todo negro no Brasil é geneticamente um afro-descendente, e nem todo afro-brasileiro é necessariamente um negro. Assim se pode resumir a pesquisa do grupo de Flavia Parra e Sérgio Danilo Pena, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), divulgada hoje na internet pela revista da Academia de Ciências dos EUA, onde o estudo dos pesquisadores brasileiros poderá ter grande impacto.

De quebra, o trabalho deita por terra a possibilidade de encontrar um "critério científico" de grupos raciais, como defendeu o presidente eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, em debate na TV. Pena, 55, um especialista na origem genética da população brasileira, diz que a complexidade envolvida é "brutal" e que não existe base objetiva para a introdução de cotas raciais nas universidades públicas, por exemplo.

Fonte: Folha de S. Paulo, p. 16, 17 dez. 2002.

Sobre o discurso da Ciência e sua relação como cotidiano, Moles afirma:

O pensamento científico julga-se pela contingência histórica tornar-se um novo totalitarismo do espírito: totalitarismo, pois não existe ninguém, tanto o cidadão televisivo quanto o homem político, que pretenda reverenciar o pensamento racional e científico como guia de suas ações, inclusive é claro quando se sacrifica ao culto ecológico ou ao das pesquisas de opinião. Se não pensamos cientificamente, nós nos queremos mal e nos consideramos indignos (provisoriamente) de ser um agente da modernidade¹⁰¹.

¹⁰¹ MOLES, A. *As ciências do impreciso*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988. p. 360.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vamos apresentar nesta etapa final apenas algumas considerações sobre o que observamos neste levantamento, resumindo os pontos mais conceituais das observações que estão explicitadas ao longo do trabalho.

Percebemos, logo de início, ao colecionar os diversos recortes que compõem o *corpus* de análise, que temos uma imprensa conservadora, que repete padrões que não condizem com as demandas sociais contemporâneas, demonstrando que ainda está impregnada de preconceitos arcaicos, o que fica evidente no discurso que constrói no calor da polêmica sobre as cotas raciais. Acreditamos que essa tendência afeta a grande imprensa de um modo geral, mesmo quando a observamos pela amostra de dois grandes jornais. Essa tendência, em nossa opinião, está relacionada, em um estágio mais primitivo, à própria gênese da imprensa no Brasil, representante que foi de interesses pragmáticos de uma classe que reconhecia na força do povo a alavanca para mudanças, e que produzia não propriamente jornais, mas panfletos e revistas doutrinárias, com o objetivo de atingir metas políticas que nem sempre tinham um compromisso com a massa de que se valiam.

Por outro lado, em pese a naturalização dos processos ideológicos submersos no campo das opacidades discursivas, a atualização desses preconceitos raciais se atualizam no discurso pela participação individual dos jornalistas no processo de produção das notícias e se formalizam enquanto discurso na organização editorial.

Os dois jornais analisados são visivelmente contra a instituição das cotas raciais para a promoção do acesso dos negros às universidades públicas. Mas o fato de serem contra, em que pese o caráter de isenção e imparcialidade que os deveria por regra

caracterizar, não é de todo o mais grave aspecto observado. Podemos até eventualmente admitir que os argumentos contrários às cotas são mais plausíveis do que os argumentos a favor, se aos dois lados fossem dadas oportunidades iguais de manifestação. Esta seria a única forma de os cidadãos se inteirarem do debate, já que nem todos são diretamente afetados pela decisão da implementação ou não das cotas e, por isso, não participam dos fatos diretamente. A “opinião pública” que percebemos através dos jornais é uma construção discursiva que se organiza no encadeamento das editoriais e que passa a ser considerada, em uma revitalização e re-atualização promovida pelo próprio processo de produção do discurso jornalístico, como a opinião pública por excelência.

Em fins do século XIX, a imprensa artesanal vai aos poucos sendo substituída pela imprensa industrial; na virada do século temos já a chamada “indústria jornalística” que acompanha o desenvolvimento das relações capitalista no país. Ao contrário dos jornais do século XIX, que eram de opinião explícita e nascidos, muitos deles, a propósito da defesa de seus ideários, porta-vozes de lutas políticas e partidárias que manifestavam claramente — mas que também desapareciam quando já não havia mais por que lutar — o jornais modernos atendem a uma lógica de mercado que os subordina como a qualquer empresa produtora de um bem comercial qualquer.

Instala-se nesse momento uma contradição com que os grandes jornais terão que eternamente lidar: como servir ao bem comum pertencendo a um universo onde o poder político e empresarial se impõe? Pensar que poderá ser pelos compromissos comerciais que lhes exigem eficiência é transferir ao mercado a função de controle de algo que também não é de sua natureza — o atendimento preferencial aos interesses do cidadão, o que seria fácil em se tratando de automóveis e geladeiras, mas nem tanto quanto se afeta a ordem social hegemônica. Principalmente se levarmos em consideração que os

governos estão entre os principais anunciantes dos veículos de imprensa, com uma substancial fatia das verbas publicitárias que circulam no setor.

O que configura o poder dos veículos jornalísticos é sua relação com a “opinião pública” — essa entidade abstrata que apenas o próprio veículo tem o poder de auscultar, através de suas pesquisas, cartas dos leitores, páginas de opinião etc.; e de também mobilizar, levar às ruas e passeatas. A capacidade de mobilização da opinião pública é que se constitui na força política do jornal. Essa massa que se homogeneiza em opinião pública apesar de geralmente difusa, ao atender ao “apelo” às vezes insistente do jornal, não o faz pela qualidade de seu noticiário apenas, nem por sua qualidade técnica. Mas pela garantia de que o jornal — e neste caso muito mais os impressos do que os de outras mídias — estará permanentemente a serviço de seus interesses, principalmente contra os desmandos de governos e classes empresariais — porque a chamada “opinião pública qualificada” tem acesso direto aos setores onde eventualmente precisa discutir seus interesses, e até mesmo aos jornais e suas seções de Opinião. Os indivíduos da massa comum que confiam na imprensa o fazem por motivos claros e a imprensa deve retribuir com os atributos da imparcialidade, isenção e credibilidade, sua real moeda de valor. Sabemos todos que a isenção é uma ficção e a imparcialidade é uma difícil construção. A credibilidade, no entanto, está na dependência direta da capacidade de o jornal resolver as duas outras complicadas premissas.

Com esse preâmbulo queremos ressaltar apenas o fato de que os discursos do jornal e da imprensa em geral são controlados por esses valores simbólicos, que se constituem na peça de divulgação por excelência dos veículos. No entanto, os jornais, na figura de seus diretores, editores e até mesmo de seus jornalistas em funções com

menos autonomia não se abstêm de interpor suas opiniões nos assuntos mais candentes. É aí que se dá a construção de um discurso que analisamos como o discurso da imprensa.

No caso de um juiz que rouba ou de um político corrupto, o texto de condenação é fácil e certo: estamos todos de acordo. Mas quando a questão é racismo, ou benefício com base na constatação de que há discriminação na sociedade, fica mais difícil assumir claramente a posição contrária ao que se oferece como positivo para os indivíduos que compõem a população prejudicada na questão. Afinal, eles também conformam — e quanto! — a opinião pública. Como deixar que o debate transcorra sem tomar posição? E afinal quem toma posição: jornal ou os jornalistas? Quem é contra as cotas: o jornal ou jornalistas? Podemos falar de um “discurso da imprensa”?

Nosso ponto de vista é de que a interdiscursividade de vários graus a que nos referimos conforma um discurso, que podemos referir como o discurso da imprensa nas seguintes condições:

1. Em assuntos onde há consenso entre os grandes jornais impressos, já que costuma haver consenso na maioria dos temas;

2. Na contradição entre discurso manifesto e discurso implícito. Quando conseguimos “ler” através dos títulos e elementos de edição, a conformação de um texto outro que poderá contradizer a vocação da imprensa, publicizada pelos diversos veículos jornalísticos, confirmando-a ou simplesmente contradizendo a linha editorial do próprio jornal.

O que notamos como tomada de posição dos “jornais” pode ser arrolado como um erro básico na regra jornalística que recomenda a imparcialidade. Notamos, na

seqüência dos textos reproduzidos, uma tendência desfavorável aos defensores das cotas raciais. Seria um erro técnico, não se tratasse de uma oportunidade rara de interferência em um processo social excludente que secularmente vitima os negros. No entanto, o que pudemos perceber foi uma flagrante tendência a um dos lados do debate, construída ao longo das diversas edições.

Entre a imprensa e a empresa, sabemos que a distância é curta. Mas entre o discurso da imprensa e a realidade social, sabemos que existe uma larga distância que apenas os jornalistas são capazes de cerzir. Isso mesmo, cerzir nos sentido de costurar e aproximar, de fazer valer a profissão de fé de que a imprensa trabalha na defesa do bem comum. Afinal, já que aos jornalistas se atribui a força da comunicação e a responsabilidade pelas falhas que a imprensa comete, que se cumpra a lenda e que a eles seja atribuída a missão de restaurar a imprensa humanística do fosso tecnicista onde se meteu.

O esforço empreendido nesta tese, de certa forma, caminha nesta direção e visa a oferecer aos jornalistas, aos estudantes de jornalismo e aos cidadãos em geral subsídios para a compreensão do papel que a imprensa e o jornalismo desempenham na construção da sociedade que compartilhamos. Acreditamos que a única forma legítima de controle e supervisão do trabalho da imprensa é aquela instalada pelo conhecimento — de quem elabora e de quem recebe a informação.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. *A regra do jogo*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1988.
- ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- ALSINA, M. R. *Los modelos de la comunicación*. 2a. ed. Madrid: Tecnos, 1995.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 7a. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- BAGDIKIAN, B. H. *Sociologia da comunicação: máquinas de informar*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.
- _____. *O monopólio da mídia*. São Paulo: Scritta, 1996.
- BAKHTIN, M. *La poétique de Dostoievski*. Paris: Seuil, 1970.
- _____. *Questões de literatura e estética – a teoria do romance*. São Paulo: Hucitec/Edunesp, 1988.
- BAKHTIN, V. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10a. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.
- BARBERO, J. M. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. 12a. ed. São Paulo: Cultrix, 1964.
- BENTO, M. A. S. (org.) *Ação afirmativa e diversidade no trabalho – desafios e possibilidades*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.
- BENVENISTE, E. *Problemas de lingüística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. 17a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A economia das trocas lingüísticas – o que falar quer dizer*. 2a. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. *A produção da crença – contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.

BRAGA, William Dias. Ciência e mídia: a legitimação de um mito perigoso. *Revista da ECO*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin, dialogismo e construção do sentido*. Campinas: Unicamp, 1997.

BRIGGS, A.; BURKE, P. *Uma história social da mídia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BURKE. *Uma história social do conhecimento – de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CARNEIRO, E. *Antologia do negro brasileiro*. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

CHIAVENATO, J. J. *O negro no Brasil – da senzala à guerra do Paraguai*. 2a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

D'ADESKY, J. *Racismos e anti-racismos no Brasil – pluralismo étnico e multiculturalismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DeFLEUR, M. L.; BALL-ROKEACH, S. *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DIJK, T. A. *Communicating racism – ethnic prejudice in thought and talk*. 11a. ed. Londres: Sage, 1999.

DIJK, T. A. *Ideología – una aproximación multidisciplinaria*. Barcelona: Gedisa, 1999.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 12a. ed. São Paulo: Perspectiva, 1995.

ESTEVES, J. P. *A ética da comunicação e os media modernos – legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.

FAIRCLOUGH, N. *Language and power*. 7a. ed. Londres: Longman, 1994.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.

_____. *Analyzing discourse – textual analysis for social research*. Londres: Routledge, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 4a. ed. São Paulo: Loyola, 1998.

FRAGOSO, J.; FLORENTINO, M. *O arcaísmo como projeto – mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

FREITAS, R. S. *Sociologia do conhecimento – pragmatismo e pensamento evolutivo*. São Paulo: Edusc, 2003.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande & senzala*. 43a. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GADET, F.; HAK, T. (orgs.) *Por uma análise automática do discurso – uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2a. ed. Campinas: Unicamp, 1993.

GREIMAS, A. J.; LANDOWISKI, E. *Análise do discurso em ciências sociais*. São Paulo: Global Universitária, 1979.

_____; COURTÈS, J. *Sémiotique: dictionnaire raisonné de la théorie du langage*. Paris: Hachette, 1986. v. I.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *As garantias constitucionais do processo*. In: *Novas tendências do direito processual*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

GUARESCHI, P. et al. *Os construtores da informação – meios de comunicação, ideologia e ética*. Petrópolis: Vozes, 2000.

- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Sueli. *Micropolítica* cartografias do desejo. 5a. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HABERMAS, J. *A inclusão do outro* – estudos de teoria política. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 4a. ed. Rio de Janeiro: DP 7& A, 2000.
- HANCHARD, M. G. *Orfeu e o poder* – movimento negro no Rio e São Paulo 1945-1988. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation. De la subjectivité dans le langage*. Paris: Armand Colin, 1980.
- LAGE, N. *Ideologia e técnica da notícia*. 2a. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- LUSTOSA, I. *As trapaças da sorte* – ensaios de história política e de história cultural. Belo Horizonte: UFMG, 2004.
- MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L'analyse des discours constitutants. *Langages* 117, p. 113, 1995.
- _____. *Termos-chave da análise do discurso*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.
- MANNHEIM, K. *Ideology and utopia*. N. Iorque: Harverst Book, 1936.
- MATTELART, A.; MATELLART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MATTOS, H. M. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- MENDES, José Manuel Oliveira. O desafio das identidades. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

- MERTON, R. *Social theory and social structure*. 20a. ed. [s.l.]: Free Press, 1968.
- MOLES, A. *As ciências do impreciso*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.
- MOURA, C. *Rebeliões da senzala – quilombos, insurreições, guerrilhas*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- NETO, A. F. *Comunicação e mídia impressa – estudo sobre a Aids*. São Paulo: Hackers, 1999.
- NOELLE-NEUMANN, E. Return to the concept of powerful mass media. *Studies of Broadcasting*, v. 9, p. 67-112, 1973.
- _____. *The spiral of silence – public opinion, our social skin*. 2a. ed. Chicago: University of Chicago Press, 1993.
- O'DWYER, E. C. (org.). *Quilombos – identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio – no movimento dos sentidos*. 4a. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. *Análise de Discurso – princípios e procedimentos*. Pontes, Campinas, 1999.
- _____. (org.) *Discurso fundador – a formação do país e a construção da identidade nacional*. 2a. ed. Campinas: Pontes, 2001.
- _____. *Discurso e texto – formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.
- PÊCHEUX, M. *Semântica do discurso – uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- _____. *O discurso - estrutura ou acontecimento*. 2a. ed. Campinas: Pontes, 1997.
- PINTO, M. J. *As marcas lingüísticas da enunciação – esboço de uma gramática enunciativa do português*. Rio de Janeiro: Numem, 1994.

_____. *Comunicação e discurso* – introdução à análise de discursos. São Paulo: Hackers, 1999.

_____. *Discurso, implícitos e ideologia: - As ONGs e a visão arcaica da relação entre o público e o estatal*. Rio de Janeiro: NUPEC, UFRJ, 2001.

RAMOS, S. (org.). *Mídia e racismo*. Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

RODRIGUES, A. *Estratégias da comunicação*. 2a. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

SANTAELLA, L. *Produção de linguagem e ideologia*. 2a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. *Comunicação e pesquisa*. São Paulo: Hackers, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, G. A. *A invenção do ser negro* – um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro* – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. *O espetáculo das raças* – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 5a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCISÍNIO, A. E. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 1997.

SCHIMITT, A.; TURATTI, M. C. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & sociedade*, ano V, n. 10, p. 4, 2002.1.

SCHWARCZ, L. M. *Retrato em branco e negro* – jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

- SEARLE, J. R. *Mente, linguagem e sociedade* – filosofia no mundo real. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SERVA, L. Os marcianos estão chegando, Folha de S. Paulo, 29 out. 1985. In: MEDITSCHI, E. (org.) *Rádio e pânico* – a guerra dos mundos 60 anos depois, [s.l.]: Insular, 1998.
- SILVA, E. L. *O adiantado da hora* – a influência do jornalismo americano sobre o jornalismo brasileiro. São Paulo: Summus, 1991.
- SILVA, E. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura* – uma investigação de história cultural. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SODRÉ, M. *Claros e escuros* – identidade, povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.
- _____. *O terreiro e a cidade* – a formação social negro-brasileira. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. 4a. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SOVIK, L. *Da diáspora* – identidade e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- TEIXEIRA, M. P. *Negros na universidade* – identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- TOCQUEVILLE, A. *A emancipação dos escravos*. Campinas: Papirus, 1994.
- VELASCO, M. *Ética do discurso* – Apel, Habermas. Rio de Janeiro: Mauad, 2001.
- WOLF, M. *Teorias da comunicação*. 4a. ed. Lisboa: Presença, 1995.